



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA)
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – INHCS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-MESTRADO
PROFISSIONAL**

MÁRCIA DE SOUZA PEREIRA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008:
REFLEXÃO SOBRE A INSERÇÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO
DO CEPMG JOSÉ PIO DE SANTANA**

**CATALÃO (GO)
2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Av. Dr. Lamar ne Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário,
Catalão/GO, CEP 75704-020 Telefone: - - h ps://www.ufcat.edu.br

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES**

**ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL
DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
(UFCAT)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação ou Tese?

Dissertação e Produto final

2. Nome completo do autor:

Márcia de Souza Pereira

Nome completo do(a) orientador(a):

Luciana Leite da Silva

3. Título do trabalho

Título: **"DESAFIO E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008: REFLEXÃO SOBRE A INSERÇÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO DO CEPMG JOSÉ PIO DE SANTANA"**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento: [x] **SIM** [] **NÃO**¹

[¹] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Obs.: Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor
Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA LEITE DA SILVA, Orientador(a)**, em 06/12/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia de Souza Pereira, Usuário Externo**, em 09/12/2024, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0143664** e o código CRC **FD061E18**.

Referência: Processo nº 23852.008044/2024-38

SEI nº 0143664

MÁRCIA DE SOUZA PEREIRA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008:
REFLEXÃO SOBRE A INSERÇÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO
DO CEPMG JOSÉ PIO DE SANTANA

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional, do Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título de Mestre em História e Ciências Sociais – INHCS.

Área de concentração: História.

Linha de pesquisa I: Cultura, Linguagens e Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Leite da Silva.

CATALÃO (GO)
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Pereira, Márcia de Souza

Desafios e possibilidades na implementação da lei 11.645/2008 :
reflexão sobre a inserção da temática indígena no ensino médio do
CEPMG José Pio de Santana / Márcia de Souza Pereira. - 2025.
166, cxlviii f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Leite da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação
em História, Catalão, 2025.

Bibliografia. Anexos.

Inclui lista de figuras.

1. Temática indígena. 2. Ensino de história. 3. Lei n. 11.645/2008.
4. Descolonização do conhecimento. I. Silva, Luciana Leite da, orient.
II. Título.

CDU 37(09)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

**ATA Nº 156 DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTR EM HISTÓRIA, A QUE SE SUBMETEU A
ALUNA MÁRCIA DE SOUZA PEREIRA – RA, ORIENTADA PELA PROFA. DRA.
LUCIANA LEITE DA SILVA**

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 09:00 horas, no(a) Sala 08 do Bloco C da Universidade Federal de Catalão, reuniu-se a Comissão Examinadora da defesa em epígrafe indicada pela Comissão de Pós-Graduação da Universidade Federal de Catalão, composta pelos: Presidente e Orientadora Profa. Dra. Luciana Leite da Silva, outros membros Profa. Dra. Maria Helena de Paula (IEL - UFCAT - Examinadora Titular Externa ao Programa) e Profa. Dra. Luzia Marcia Resende Silva (INHCS - UFCAT - Examinadora Titular Interna ao Programa), para analisar o trabalho da candidata Márcia de Souza Pereira, apresentado sob o título **DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008: REFLEXÃO SOBRE A INSERÇÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO DO CEPMG JOSÉ PIO DE SANTANA** (dissertação definitiva e produto final, que sairão na versão final). O Presidente declarou abertos os trabalhos, a seguir a candidata dissertou sobre o seu trabalho e foi arguida pela Comissão Examinadora. Terminada a exposição e a arguição, a Comissão reuniu-se e deliberou pelo seguinte resultado:

APROVADA [] **APROVADA CONDICIONALMENTE** ao atendimento das alterações sugeridas pela Comissão Examinadora especificadas no parecer anexo).

[] **REPROVADA**(anexar parecer circunstanciado elaborado pela Comissão Examinadora).

Proclamados os resultados aos presentes pelo Professora Dra. Luciana Leite da Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 11:34, devendo a Mestranda observar as recomendações explicitadas pela Banca Examinadora no Exame e cumprir os prazos e tramites formais do Programa e UFCAT para o depósito da Versão Final da Dissertação e os demais encaminhamentos formais devidos.

PARECER

A ser elaborado pela Comissão Examinadora (ou individualmente pelos seus membros), obrigatório no caso de tese/dissertação Aprovada Condicionalmente ou Reprovada. Formato livre devendo ser assinado por todos os membros no caso de parecer único, ou individualmente no caso de vários pareceres. O aluno e o Coordenador de Pós-graduação deverão tomar ciência do contido em cada um deles.

Esse parecer é parte integrante da ata nos casos de tese/dissertação Aprovada Condicionalmente ou Reprovada.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MARCIA RESENDE SILVA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/12/2024, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA HELENA DE PAULA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/12/2024, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA LEITE DA SILVA, Orientador(a)**, em 14/01/2025, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia de Souza Pereira, Usuário Externo**, em 21/01/2025, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.SSS](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0148488** e o código CRC **A0014A56**.

AGRADECIMENTO

Neste momento tão significativo da minha trajetória acadêmica, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização do meu trabalho de conclusão de curso.

Aos meus queridos pais, Maria de Lourdes e Tarcízio, o meu agradecimento mais sincero. Vocês sempre foram meu alicerce, com seu amor incondicional e apoio constante, me incentivando a seguir em busca dos meus sonhos. Sem vocês, não estaria aqui hoje.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional da Universidade Federal de Catalão, por me proporcionar um ambiente de aprendizado enriquecedor e desafiador. À minha orientadora, Luciana, sou imensamente grata pela orientação, paciência e pelas valiosas contribuições que enriqueceram meu trabalho.

Aos professores do mestrado, obrigada pelas aulas inspiradoras e pelo compromisso com a formação de todos nós. A cada um de vocês, minha admiração e respeito.

Aos membros da banca examinadora, professoras Maria Helena de Paula e Luzia Márcia Resende Silva, agradeço a disponibilidade e pelas considerações que certamente contribuirão para meu crescimento acadêmico e profissional.

Por fim, quero dedicar um espaço especial ao meu marido, Ivan Paulo, e à minha amiga, Máisa Pacheco. Obrigada por estarem ao meu lado nos momentos de desafios, oferecendo apoio e incentivo. A presença de vocês fez toda a diferença.

A todos, meu sincero muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho investiga a abordagem da temática indígena no ensino de História, focalizando os desafios e avanços na implementação da Lei nº 11.645/2008 para promover a descolonização do conhecimento. Analisando o contexto histórico de elaboração dessa legislação, destaca-se a contribuição significativa dos movimentos negro e indígena. O presente estudo examina os documentos escolares formais como Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Escolar, e o papel dos livros didáticos no ensino médio brasileiro e adequação dos mesmos às normativas educacionais vigentes, especialmente à Lei nº 11.645/2008. Percebe-se que há ainda lacunas na adaptação desses materiais para uma educação que valorize as culturas indígenas de maneira adequada. Ademais, são exploradas abordagens anticoloniais para o ensino da temática indígena, propondo o uso de fontes de autoria indígena que reconheçam e valorizem os protagonismos desses povos. O objetivo deste trabalho é proporcionar materiais didáticos interdisciplinares, fundamentados pelos saberes indígenas e no formato de aulas-oficinas. Assim, pretende-se enriquecer o estudo de História no Ensino Médio em uma perspectiva que celebre a diversidade cultural e os saberes tradicionais indígenas, especialmente no contexto educacional do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana (Ipameri-Go).

Palavras-chave: temática indígena, ensino de História, Lei 11.645/2008, descolonização do conhecimento.

ABSTRACT

This study investigates the approach to Indigenous themes in the teaching of History, focusing on the challenges and progress in implementing Law No. 11,645/2008 to promote the decolonization of knowledge. By analyzing the historical context of the legislation's development, the significant contributions of Black and Indigenous movements are highlighted. The study examines formal school documents such as the Political-Pedagogical Project (PPP), School Regulations, and the role of textbooks in Brazilian high schools, particularly their alignment with current educational norms, especially Law No. 11,645/2008. It is observed that gaps remain in adapting these materials to provide education that adequately values Indigenous cultures. Furthermore, anti-colonial approaches to teaching Indigenous themes are explored, proposing the use of Indigenous-authored sources that acknowledge and value the agency of these peoples. The objective of this study is to provide knowledge and develop interdisciplinary didactic material in the form of workshop classes based on Indigenous sources, aiming to enrich the study of History in high school from a perspective that celebrates cultural diversity and Indigenous traditional knowledge, thereby reducing stereotypes produced in the educational context, specifically in high school at the Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana in Ipameri.

Keywords: Indigenous themes, History teaching, Law 11,645/2008, decolonization of knowledge.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Encenação da cultura indígena	37
Figura 2 - Livro didático do Ensino Médio 2020	40
Figura 3 - Diferenças culturais	42
Figura 4 - Etnia dos Apiacás	43
Figura 5 – Citação de Rousseau	44
Figura 6 - Links de pesquisa.....	45
Figura 7 - Etnia Macuxi.....	46
Figura 8 - Deputada federal Joênia Wapichana.....	47
Figura 9 - Manifestação social indígena.....	48
Figura 10 – Celebração.....	49
Figura 11 - Capa de abertura da unidade	50
Figura 12 - Pintura do artista indígena Jaider Esbell.....	51
Figura 13 - Dança de guerra dos iroqueses.....	53
Figura 14 - Movimento indígena na América do Norte	54
Figura 15 - Música chegança e atividade	59
Figura 16 - Texto Paisagens naturais do Brasil	60
Figura 17 - Cosmologia indígena	62
Figura 18 – Ritual do Kuarup da etnia Waurá	63
Figura 19 – Indígena Kamaiurá.....	64
Figura 20 - Indígena Kayapó.....	65
Figura 21 – Atividade do livro didático.....	66
Figura 22 - Gravura de 1592 Théodore de Bry	67
Figura 23 - Violação de direitos	69
Figura 24 - Indígena Pataxó e a tecnologia	70
Figura 25 - Material didático na língua guarani e portuguesa.....	72
Figura 26 - Perigo do desaparecimento da língua indígena	73
Figura 27 - Escola indígena da etnia Kayapó	74
Figura 28 - Manifestação pela recuperação de terras	76
Figura 29 - Trabalho escravo indígena.....	77
Figura 30 - A igreja e os povos indígenas	81
Figura 31 - A igreja e os povos indígenas	82
Figura 32 - Confronto entre bandeirantes e indígenas.....	85

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA À LUZ DA MODERNIDADE/COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE.....	19
2.1 Descolonização do currículo: caminho para sociedades mais justas e culturalmente ricas na perspectiva de Ailton Krenak	25
3. TEMÁTICA INDÍGENA NO CONTEXTO DO CEPMG JOSÉ PIO DE SANTANA.....	31
4. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA	89
5. TECENDO NOVAS NARRATIVAS: DESCOLONIZANDO A EDUCAÇÃO E CONSTRUINDO PONTES PARA O FUTURO	93
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
7. APÊNDICE	104

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe evidenciar questões pessoais vivenciadas, revelando um olhar a partir de minhas experiências como discente e como docente, haja visto apontamentos estimulados pelas abordagens que são discursadas dentro dos ambientes escolares ao tratar a temática indígena no Brasil. Desta maneira, segue-se um pequeno relato acerca de dois papéis fundamentais neste processo: aluna e professora.

Na perspectiva de aluna no Ensino Fundamental e Médio, rememoro que a temática indígena nos livros didáticos colocava os povos originários como coadjuvantes no processo de colonização do Brasil, assim como se estabeleceu dia 19 de abril, data oficial para lembrar das contribuições e tradições indígenas. Isto posto, nessa data, a escola era decorada com murais com motivos representativos da cultura indígena, além de encenações teatrais, nas quais os alunos eram fantasiados com penas na cabeça e pintura corporal, rodopiavam em círculo, batendo os pés no chão e as mãos na boca, liberando sons repetitivos e isso foi o mais próximo que cheguei do entendimento da cultura indígena. Por conseguinte, “A escola foi o principal instrumento devorador de culturas e de povos indígenas no Brasil. Ela esmagou os índios, arrasou línguas, ignorou conhecimentos, perseguiu e proibiu culturas, tradições, ritos e cerimônias” (Baniwa, 2006, p. 123).

Posteriormente, como professora, as atividades não foram diferentes, principalmente no início de carreira, quando trabalhava em uma escola particular em 1997, onde as atividades eram previamente programadas pela equipe gestora que determinava o que e como fazer. A temática indígena era um momento de descontração e mera encenação, sem significado concreto, em que as crianças brincavam enfeitadas de penas na cabeça, pintura no corpo e tangas de papel pardo. Também havia sempre a pintura de capas de prova, a do primeiro bimestre era, inevitavelmente, intitulada “19 de abril Dia do Índio”, e o desenho era de um indiozinho ou indiazinha que as crianças pintavam e decoravam com pena, lantejoula e folhagens.

Outra atividade muito utilizada, em comemoração ao dia do “Índio”, eram a contação e encenação de histórias de mitos indígenas como, por exemplo, o mito da Mani Mandioca¹, muito apreciada e que ficou na minha memória. Nele conta-se a história de uma indiazinha muito estimada pela aldeia tupi onde vivia. Ela era neta do cacique e a gravidez de sua mãe foi motivo de tristeza para o chefe da tribo. Isso porque ela tinha engravidado e não era casada

¹ Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/lenda-da-mandioca/>. Acesso em: 10 março. 2023).

com um bravo guerreiro, tal como ele desejava. O cacique obrigou a filha a dizer quem era o pai do seu filho, mas a índia² dizia que não sabia como tinha ficado grávida. A desonestidade da filha desagradava muito o cacique. Até que um dia, ele teve um sonho que o aconselhava a acreditar na filha, pois ela continuava pura e dizia a verdade ao pai. Desde então, aceitou a gravidez e ficou muito contente com a chegada da sua neta. Certo dia, pela manhã, Mani foi encontrada morta por sua mãe. Ela simplesmente tinha morrido durante o sono e, mesmo sem vida, apresentava um semblante sorridente. Triste com a perda, sua mãe enterrou Mani dentro da sua oca e suas lágrimas umedeciam a terra tal como se estivesse sendo regada. Dias depois, nesse mesmo local, nasceu uma planta, diferente de todas as que conhecia, a qual ela passou a cuidar. Percebendo que a terra estava ficando rachada, cavou na esperança de que pudesse desenterrar sua filha com vida. No entanto, encontrou uma raiz, a mandioca, que recebeu esse nome em decorrência da junção do nome de Mani e da palavra oca.

Essa forma de representação das narrativas indígenas passou a ser questionada por mim quando li ‘A Queda do Céu’ de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), que retrata a cosmologia de um grupo indígena por meio da narrativa de Davi. A obra descreve sua jornada em busca de se tornar um xamã, uma função de grande respeito dentro da aldeia, responsável por proteger a comunidade e curar doenças, que são interpretadas como a ação de maus espíritos. A obra relata, entretanto, que muitos jovens tinham medo dos xapiri (espíritos), por isso poucos queriam ser xamã. A espiritualidade, o sobrenatural, a onipresença dos ancestrais fazem parte das cosmologias contadas e transmitidas por graça das narrativas orais. Os mitos não são uma simples mentira, mas a verdade que é considerada essencial para um povo e que tem diversas funções e significados.

Este livro, uma testemunha da cosmovisão Yanomami e dos desafios do povo Yanomami, abre novas oportunidades para a compreensão e apreciação da riqueza da cultura indígena. Indubitavelmente, os povos indígenas organizam seus saberes a partir da cosmologia ancestral que garante e sustenta a possibilidade de vida. “A base primordial é a natureza/mundo. É a cosmologia que estabelece os princípios norteadores e os pressupostos básicos da organização social, política, econômica e religiosa” (Baniwa, 2006, p. 171).

Isto posto, fornece-se uma compreensão da cosmovisão indígena, explicando como o mundo foi formado, como as pessoas vieram a existir e como os seres humanos estão interligados com a natureza e o mundo espiritual. A forma como se trabalhava os mitos na

² No trabalho, o termo “Índio” é utilizado para descrever um texto encontrado na internet que conta o mito da mandioca. Historicamente, a palavra “índio” foi atribuída pelos europeus aos povos nativos da América. Além de implicar uma confusão geográfica, seu uso reflete uma negação das culturas e identidades próprias desses povos, promovendo uma visão eurocêntrica imposta sobre eles.

escola reduz toda diversidade cultural a um preceito simplista e impreciso, que não leva em consideração os saberes e experiência de vida construídos ao longo de milhares de anos, muito menos explicitam os conhecimentos da relação natureza e sua cosmologia na cultura indígena.

É crucial evitar a perpetuação de estereótipos e visões simplistas que possam marginalizar os povos indígenas. Isso inclui questionar e desconstruir narrativas históricas que minimizam ou apagam sua contribuição, bem como usar uma linguagem respeitosa e precisa ao falar sobre suas culturas, evitando termos que possam reforçar estereótipos ou romantizar suas realidades. O mito da mandioca, citado acima, exemplifica uma expressão que denota a narrativa histórica depreciadora do papel dos povos indígenas na formação da cultura alimentar brasileira, especialmente em relação à introdução e disseminação da mandioca. Além disso, essa narrativa é frequentemente acompanhada pela noção de que a mandioca foi “descoberta” pelos europeus, ignorando assim os séculos de conhecimento e prática dos povos indígenas em termos de agricultura e cultivo do alimento. A palavra “oca” também é rotineiramente usada nesse sentido para descrever a habitação indígena. Novamente, isso pode levar a uma percepção estereotipada e simplificada da vida e da cultura indígenas. Ao usar o termo “oca” para se referir à todas habitações indígenas, temos uma generalização e simplificação de suas vidas, romantizando ou exotizando suas vidas e culturas. Além disso, a associação restritiva para importância destes povos para a alimentação brasileira também se deve à falta de reconhecimento de sua importância histórica e em curso para a diversidade alimentar do país.

Tive diversas experiências quando aluna do Ensino Fundamental e Médio, que moldaram minha visão sobre as práticas pedagógicas nas escolas. Lembro-me de aulas tradicionais, nas quais o professor era a figura central, absolutamente respeitada e valorizada e transmitia o conhecimento de forma unidirecional, sem muita interação com os alunos. No entanto, também tive a sorte de vivenciar outras atividades mais dinâmicas e participativas, no Ensino Médio e Superior que estimulavam a criatividade e a autonomia dos estudantes.

Uma das experiências marcantes como aluna foi a participação de projetos interdisciplinares que até então era algo novo, nos quais professores de diferentes disciplinas se uniam para abordar um tema de forma integrada e uma das temáticas foi a cultura indígena. Neste trabalho específico, algumas áreas como História, Sociologia, Literatura e Artes se uniram para discutir a importância e a valorização dos povos indígenas. Desde então, essas reflexões apresentadas sempre estiveram presentes. Por intermédio desse estudo, pude também perceber como as práticas pedagógicas na atualidade têm buscado uma abordagem

mais contextualizada e significativa para as/os alunas (os), conectando os conteúdos ensinados com a realidade em que vivem:

Já que a interdisciplinaridade é uma forma de compreender e modificar o mundo, pelo fato de a realidade do mundo ser múltipla e não uma, a possibilidade mais imediata que nos afigura para sua efetivação no ensino seria a eliminação das barreiras entre as disciplinas. Anterior a esta necessidade básica, é óbvia a necessidade da eliminação das barreiras entre as pessoas (FAZENDA, 2011, p.88).

A partir desta e outras experiências inseridas no processo de ensino aprendizagem como aluna, comecei minha carreira profissional justamente para atuar no Ensino Fundamental e Médio. Da mesma maneira que tinha vivenciado como aluna, observei que a abordagem pedagógica variava de acordo com cada professora. Alguns ainda seguiam o modelo mais tradicional, transmitindo o conhecimento de forma passiva aos alunos, enquanto outros buscavam estratégias mais ativas e participativas. À escola, segundo Fazenda, foi designado o papel de Transmissora de Cultura, pelo motivo de ser a detentora de uma educação sistematizada.

De uma ideia deturpada de cultura como “Transmissão de Conhecimentos”, o valor do indivíduo passou a ser medido pelo maior número de conhecimentos que ele pudesse adquirir. Isto fez com que o homem deixasse de ser o sujeito-efetivo, o agente de transformações, para constituir-se no homem-objeto, o receptor das transformações (FAZENDA, 2011, p.82).

Ao longo dos anos, percebi que as práticas pedagógicas nas escolas passaram a valorizar cada vez mais a participação e o engajamento das (os) alunas (os). Aulas expositivas deram lugar a atividades práticas, colaborativas entre disciplinas e baseadas em problemas do cotidiano, com intuito de contextualizar ainda mais os conteúdos. Alguns docentes passaram a atuar como mediadores do conhecimento, auxiliando as (os) estudantes a construírem seu próprio aprendizado de forma autônoma e a desenvolver uma compreensão mais completa e profunda dos problemas e desafios que enfrentam e, corajosamente, mudando a concepção de ensino e colaborando também para transformação do indivíduo e do mundo.

Como forma de compreender e modificar o mundo Fazenda diz:

O homem está no mundo, e pelo próprio fato de estar no mundo, ser agente e sujeito do próprio mundo, e deste mundo ser Múltiplo e não Uno, torna-se necessário que o homem o conheça em suas múltiplas e variadas formas, para que possa compreendê-lo e modificá-lo (FAZENDA, 2011, p.81).

Outra mudança significativa observada foi o uso das tecnologias educacionais como ferramentas pedagógicas. Antes, recursos como lousas digitais, tablets e aplicativos eram raros nas salas de aula, no máximo eram retroprojetores. Hoje em dia, essas tecnologias estão presentes em muitas escolas, proporcionando acesso a materiais educativos, estimulando a pesquisa e permitindo a interação e colaboração entre professores e alunos, além de proporcionar uma relação entre conhecimentos tradicionais e os novos conhecimentos, assim diz Baniwa.

A escola é, assim, neste contexto, um lugar onde a relação entre os conhecimentos tradicionais e os novos conhecimentos científicos e tecnológicos deverão articular-se de forma equilibrada, além de ser uma possibilidade de informação a respeito da sociedade nacional, facilitando o “diálogo intercultural” e a construção de relações igualitárias – fundamentadas no respeito, no reconhecimento e na valorização das diferenças culturais – entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado. Sabemos que esta é inclusive a perspectiva apontada pelos “Novos Parâmetros Curriculares do MEC”, nos quais a questão da diversidade cultural figura entre os “temas transversais” (BANIWA, 2006, p.148).

As práticas pedagógicas nas escolas também têm buscado valorizar a diversidade e a inclusão. Professoras (es) e gestoras (es) estão mais preocupadas em adaptar suas metodologias para atender às necessidades individuais de cada aluno, respeitando suas diferenças e promovendo uma educação mais equânime e confiável, valorizando o sujeito histórico. No entanto, ainda temos inúmeros desafios. Como afirma Kayapó (2019),

Apesar de estarmos vivenciando “tempos de direitos”, instaurados com a constituição de 1988, as posturas etnocêntricas, de matriz europeia, embebidas pela racionalidade iluminista e capitalista, não permitem facilmente que a sociedade e o Estado brasileiro admitam formas alternativas de organização social, a exemplo das vivências socioculturais específicas dos povos indígenas. Sistemáticamente são impostos rótulos que desqualificam ou discriminam a diversidade étnica, ou são implementadas políticas públicas de “adaptação” desses povos aos hábitos ditos “civilizados” (p.58 e 59).

Desta forma, observa-se que as práticas pedagógicas nas escolas na atualidade têm se mostrado mais reflexivas e baseadas em evidências. Os professores estão cada vez mais engajados em pesquisas e estudos sobre educação, buscando constantemente aprimorar suas práticas e oferecer uma educação de qualidade. E a busca para oferecer o melhor ensino de história também faz parte das preocupações. Ainda há desafios a serem enfrentados, muitos currículos históricos ainda são moldados por uma visão que destaca eventos, figuras e conquistas europeias, relegando outras culturas e civilizações a papéis secundários ou

ignorando suas contribuições. É necessário um currículo que valorize e foque no desenvolvimento integral dos alunos e na preparação para um mundo em constante transformação.

No entanto, inserir os povos indígenas na história/ciência e nos currículos escolares é um desafio que pressupõe uma mobilização em termos de pesquisa e da produção de outras histórias que confrontem a versão da história que silencia e generaliza esses povos. É necessário avançar, rompendo o silêncio, lacunas e os preconceitos que permanecem nos dias atuais (KAYAPÓ, 2019, p.73).

Como pesquisadora em história, e professora “branca”, destaco que olhar para uma cultura indígena, ou para qualquer outra cultura diferente da sua, requer sensibilidade, respeito e uma abordagem ética. É necessário aprender sobre as culturas indígenas, suas histórias, tradições, desafios e conquistas, sobretudo ouvir dos próprios protagonistas a sua cosmologia. É importante também conhecer os próprios preconceitos e estereótipos em relação às culturas indígenas e estar dispostos a desafiá-los, para não correr o risco de ser influenciada pela própria cultura e experiência.

Como professora, tentarei desconstruir a abordagem dominante europeia e colonial por meio da perspectiva intercultural e transformadora, na tentativa de romper com o silêncio e mudar minha mentalidade, desenvolvendo uma série de ações que promovam a igualdade, o respeito à diversidade e a colaboração entre culturas, por meio do meu ofício. Neste sentido, para Kayapó (2019),

Inserir os povos indígenas na história/ciência e nos currículos escolares é um desafio que pressupõe uma mobilização em termos de pesquisa e da produção de outras histórias que confrontem a versão da história que silencia e generaliza esses povos. A escola e seus currículos têm pactuado com a reprodução de lacunas históricas e a propagação de preconceito sobre os povos indígenas, estando alinhados a interesses de grupos hegemônicos de perspectiva colonizadora. A Lei n. 11.645/2008 abre novos horizontes para o ensino da história e cultura dos povos indígenas, possibilitando o rompimento com o silêncio e com a memória produzida pelos grupos hegemônicos, colocando sob suspeita o currículo que produz e reproduz a invisibilidade e a inaudibilidade destes povos, rejeitando o reducionismo de suas memórias e histórias (p.59).

O autor destaca a crítica à maneira como a escola e seus currículos têm historicamente contribuído para a perpetuação de estereótipos e a marginalização dos povos indígenas, refletindo interesses colonizadores e hegemônicos. A Lei n. 11.645/2008, ao ser mencionada, é vista como um marco na educação, pois oferece a oportunidade de desafiar e reformular

essas narrativas, trazendo à tona as vozes e histórias dos povos indígenas que foram sistematicamente silenciadas. Ao questionar a invisibilidade e o reducionismo presentes nos currículos, a lei promove uma educação mais inclusiva e representativa, comprometida com a justiça histórica e a valorização das culturas indígenas.

A implementação da Lei n. 11.645/2008, ao abrir novos horizontes para o ensino da história e cultura dos povos indígenas, não apenas questiona o currículo tradicional que tem perpetuado a invisibilidade desses povos, mas também cria espaço para a valorização e integração dos saberes indígenas no ambiente escolar.

Os principais saberes indígenas estão ligados à percepção e à compreensão que eles têm da natureza, e se manifestam no trabalho, nos ritos, nas festas, na arte, na medicina, nas construções das casas, na comida, na bebida e até na língua, que tem sempre um significado cosmológico primordial (BANIWA, 2006, p.170).

A forma como entendemos o universo indígena nos leva a refletir sobre a Lei 11.645/2008, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as etapas escolares. Essa lei representa uma oportunidade importante para questionarmos como a legislação tem influenciado a educação, especialmente em um mundo marcado por dinâmicas de modernidade e colonialidade. A inclusão desse conteúdo é um passo significativo rumo a uma educação mais ampla e representativa, que busca dar visibilidade às histórias e culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros, muitas vezes apagadas da narrativa oficial do Brasil.

Dentro dessa perspectiva, este trabalho busca entender como essa legislação tem moldado a produção de materiais didáticos e quais são as necessidades dos professores ao abordar esses temas na sala de aula. O objetivo é identificar as lacunas nos recursos educacionais e apoiar os educadores no ensino de temas indígenas, da diversidade cultural e da História do Brasil de uma maneira que valorize e respeite essas culturas.

Especificamente, este projeto pretende desenvolver materiais didáticos interdisciplinares no formato de aulas-oficinas, destinados a apoiar os professores no Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana, em Ipameri. A ideia é contribuir para a implementação da Lei 11.645/2008, ajudando a reduzir os estereótipos que muitas vezes surgem no ambiente escolar, especialmente no Ensino Médio. Mais do que fornecer conteúdos prontos, esse projeto visa oferecer ferramentas que tornem o ensino mais inclusivo e respeitoso com os povos indígenas brasileiros.

Ao atender aos requisitos legais e oferecer uma experiência educativa enriquecedora,

este projeto prepara o terreno para enfrentarmos juntos os desafios e explorarmos as possibilidades da descolonização do currículo. Essa abordagem nos leva a questionar as estruturas tradicionais da educação e buscar um currículo que valorize todas as histórias e culturas, promovendo um ambiente mais acolhedor e justo para todos.

2. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA À LUZ DA MODERNIDADE/COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE.

Explorar os desafios e as possibilidades da descolonização do currículo na educação é uma tarefa significativa e, ao mesmo tempo, desafiadora. Muitas das nossas instituições de ensino foram construídas com bases profundamente enraizadas na tradição ocidental o que, em muitos casos, gera resistência quando se trata de introduzir mudanças e adotar uma abordagem decolonial. Para realizar essa transformação precisamos de uma série de recursos: pesquisas atualizadas; materiais didáticos mais inclusivos; formação continuada de professores e apoio institucional. Não é só a falta de recursos que pesa, mas também a necessidade de enfrentar preconceitos e estereótipos antigos, que exigem um esforço contínuo de conscientização e desenvolvimento pessoal de todos os envolvidos.

Uma abordagem decolonial oferece a chance de empoderar comunidades historicamente marginalizadas, dando o espaço e o respeito que suas histórias, saberes e culturas merecem. Ela não se resume a mudar o conteúdo das aulas, trata-se de transformar a identidade da própria educação. Quando integramos perspectivas globais e locais, honrando diferentes histórias e contribuições culturais, abrimos espaço para uma instituição mais inclusiva, sensível e engajada politicamente.

Nessa linha de pensamento, o movimento Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade nos ajuda a enxergar e questionar as relações de poder e exploração que ainda moldam nossa sociedade e nosso sistema educacional. Em essência, descolonizar o currículo é uma jornada para construir uma educação que não só informe, mas também transforme, promovendo um ambiente mais justo e respeitoso para todos.

No final da década de 1990, pouco após a dissolução do Grupo de Estudos Subalternos Latino, organiza-se novo coletivo, denominado Modernidade/Colonialidade (M/C), que busca afastar-se das influências dos Estudos Subalternos e de sua origem pós-estruturalista, mas também de outras linhas do pensamento pós-colonial, em busca de rupturas epistemológicas mais contundentes e de diálogo mais intenso com a genealogia do pensamento latino-americano (mais tarde, o grupo caminha para a inclusão de referências a pensamentos não acadêmicos e não ocidentais) (CARVALHO, 2015, p.4).

A modernidade, nesse contexto, refere-se a um período histórico marcado pelo desenvolvimento científico, tecnológico e capitalista, bem como pelas práticas de colonização e exploração:

A modernidade, com seu discurso universal, busca esconder a colonialidade, oculta-a. Porém, não teria havido modernidade sem a colonialidade, pois elas são mutuamente constitutivas. É por isso que Mignolo, ao afirmar que a colonialidade é a face oculta da modernidade, sugere que este processo passe a ser denominado modernidade/colonialidade, pois não pode haver modernidade sem colonialidade (CARVALHO, 2015, p.6).

A colonização, geralmente, diz respeito ao processo em que as potências europeias invadiram e dominaram outros territórios, subjugando suas populações e impondo suas culturas e valores:

A colonialidade passa a ser também o lugar, o espaço, de onde é possível revelar o projeto moderno e o que ele se recusa a ver. Espaço de pensar e enunciar “novos projetos” (de vida, de mundo). A colonialidade assinala dois processos paralelos: a tentativa de supressão dos conhecimentos e culturas subordinados, que passam a ser vistos como conhecimentos particulares. Tais conhecimentos, ainda que moldados por essa experiência, têm o potencial de converter-se em projetos alternativos. É este o mecanismo que permite aos teóricos e teóricas decoloniais conferir capacidade de ação, de resistência e de produção de conhecimentos aos grupos localizadas nas fronteiras da modernidade/colonialidade, racializados (ESCOBAR, 2010).

A decolonialidade é mais do que apenas uma crítica ao legado da colonialidade, ela é uma tentativa genuína de desconstruir as hierarquias e as narrativas que o colonialismo impôs e que ainda ecoam nas nossas estruturas sociais. Esse processo busca dar voz e visibilidade a perspectivas e conhecimentos que, por muito tempo, foram deixados à margem. Mais do que isso, a decolonialidade tem a missão de promover liberdade, justiça e dignidade para aqueles que foram historicamente silenciados e oprimidos. É uma maneira de reconhecer e valorizar a diversidade dos saberes e das culturas, abrindo espaço para uma convivência mais justa e respeitosa.

O pensamento descolonial é a estrada para a pluri-versalidade como um projeto universal. O Estado pluri-nacional que os indígenas e os afros reivindicam fica nos Andes, é uma manifestação particular do maior horizonte da pluri-versalidade e o colapso de qualquer universal abstrato apresentado como bom para a humanidade inteira, sua própria similaridade. Isto significa que a defesa da similaridade humana sobre as diferenças humanas é sempre uma reivindicação feita pela posição privilegiada da política de identidade no poder (MIGNOLO, 2008, p.300).

Neste sentido, o movimento Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade é uma maneira de entender e desafiar as estruturas de poder que o colonialismo deixou como herança, ainda presentes na nossa sociedade. Ele nos convida a refletir sobre como essas estruturas moldaram nossas relações e identidades, muitas vezes ignorando ou oprimindo a

diversidade de culturas e vozes. Esse movimento é, acima de tudo, uma busca por uma sociedade que valorize e respeite essa diversidade, onde cada povo tenha o direito à autonomia e à autodeterminação. É um chamado para criar um mundo mais justo, onde as culturas e as histórias de todos grupos humanos sejam reconhecidas e valorizadas:

É da exterioridade, das exterioridades pluriversais que circundam a modernidade imperial ocidental (quer dizer, grego, latino etc.), que as opções descoloniais se reposicionaram e emergiram com força. Os eventos no Equador nos últimos 10 anos, assim como os da Bolívia que culminaram na eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia, são alguns dos sinais mais visíveis da atualidade de opção descolonial, embora o pensamento e as forças descoloniais existam nos Andes e no sul do México por quinhentos anos. Na América do Sul, na América Central e no Caribe, o pensamento descolonial vive nas mentes e corpos de indígenas bem como nas de afrodescendentes (MIGNOLO, 2008, p.291).

O movimento Modernidade/Colonialidade surgiu de um grupo de pesquisadores latino-americanos no início do século XXI, com um objetivo claro: questionar e desconstruir a visão de mundo eurocêntrica que tem dominado a forma como entendemos o conhecimento. Ele nos propõe olhar para além da história que sempre foi contada a partir de uma única perspectiva, oportunizando vozes a saberes e experiências que foram apagados ou silenciados ao longo do tempo. Esse movimento é um convite a repensar o que consideramos como verdade universal, reconhecendo que as histórias e os conhecimentos de muitos povos, especialmente os que foram oprimidos pelo colonialismo, também têm um valor imenso e merecem ser ouvidos e respeitados. É uma maneira de trazer à tona uma nova forma de ver o mundo:

Em outros termos, a modernidade foi implementada escondendo o seu lado obscuro que é a colonialidade. Para esses intelectuais, colonialidade e modernidade são as duas faces da mesma moeda. Graças à colonialidade, a Europa pode produzir as ciências humanas com um modelo único, universal e pretensamente objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente (WALSH, OLIVEIRA, CANDAU, 2018, p.3).

De acordo com as referidas autoras, a colonialidade é o lado obscuro da modernidade, referindo-se aos processos de dominação, exploração e desigualdade que acompanham a expansão colonial europeia.

O texto “Colonialidade e Pedagogia Decolonial: Para Pensar uma Educação Outra”, de Catherine Walsh, Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Candau, aponta três conceitos que fundamentam a perspectiva teórica do movimento Modernidade/Colonialidade: mito de

fundação da modernidade; colonialidade e pedagogia decolonial.

A modernidade foi uma invenção das classes dominantes europeias a partir do contato com a América. A modernidade não foi fruto de uma autoemancipação interna europeia que saiu de uma imaturidade por um esforço autóctone da razão que proporcionou à humanidade um pretenso novo desenvolvimento humano (WALSH, OLIVEIRA, CANDAU, 2018, p.3).

Assim, as autoras destacam a necessidade de reconhecer e confrontar as estruturas de poder e dominação presentes na modernidade bem como na produção de conhecimento, evidenciando a importância de valorizar e incorporar epistemologias e perspectivas diversas, especialmente aquelas historicamente marginalizadas pela colonialidade. Essa reflexão pode contribuir para uma abordagem mais crítica e completa no estudo das ciências humanas e sociais.

A modernidade foi inventada a partir de uma violência colonial. A Colonialidade implica na classificação e reclassificação da população do planeta, em uma estrutura funcional para articular e administrar essas classificações, na definição de espaços para esses objetivos e em uma perspectiva epistemológica para conformar um significado de uma matriz de poder na qual canalizar uma nova produção de conhecimento (WALSH, OLIVEIRA, CANDAU, 2018, p.4).

As autoras nos convidam a refletir sobre como a Europa, através da colonialidade, impôs um modelo de conhecimento científico como único e universal, ignorando e marginalizando os saberes das culturas periféricas. Isso significa que, ao longo da história, o conhecimento nas ciências humanas foi moldado pelos interesses coloniais, perpetuando desigualdades e relações de poder que ainda estão presentes em nossa sociedade.

Por isso é tão importante pensarmos na ação pedagógica como algo politizado, ou seja, uma ação que busca, conscientemente, desafiar essas estruturas de poder e conhecimento dominantes. Quando falamos em politizar a educação, estamos nos referindo à ideia de integrar teoria e prática, com o objetivo de refletir criticamente sobre como as relações de poder e as hierarquias sociais ainda influenciam o que é considerado válido no conhecimento, muitas vezes em favor de uma visão ocidental e hegemônica do mundo.

É um trabalho de politização da ação pedagógica. Esta perspectiva é pensada a partir da ideia de uma práxis política contraposta a geopolítica hegemônica monocultural e monoracional, pois trata-se de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do

mundo e a manutenção da colonialidade (WALSH, OLIVEIRA, CANDAU, 2018, p.5).

Ao questionar a visão dominante e única de mundo, a decolonialidade nos ajuda a perceber a riqueza da diversidade de conhecimentos, culturas e formas de vida que muitas vezes são ignoradas ou silenciadas pelo sistema dominante. Isso vai além de uma simples crítica às instituições que ainda seguem a lógica de um único saber "ocidental" como verdadeiro e universal. Trata-se de um movimento de transformação, com o compromisso de construir uma educação que seja mais inclusiva, mais respeitosa das diversas formas de ser e saber, e que promova a emancipação dos indivíduos.

Ao destacar como o racismo e o colonialismo se entrelaçam e moldam as relações sociais e a forma como vemos o mundo, o texto também nos convida a perceber que a opressão não vem de uma única fonte, mas de múltiplas camadas de desigualdade. A politização da ação pedagógica, então, vai além de ensinar conteúdos, ela envolve um compromisso com a ética e a justiça social, propondo uma prática educativa que ajude a desconstruir as ideias coloniais e a fomentar uma sociedade mais justa.

Esse desafio exige que as educadoras e educadores repensem suas abordagens e práticas, buscando formas de ensino que não apenas transmitam conhecimento, mas que incentivem a autonomia, a consciência crítica e a capacidade dos estudantes de transformar sua realidade e a sociedade ao seu redor. É um convite a fazer da educação um agente de mudança real, tanto no âmbito pessoal quanto coletivo.

O campo da educação no Brasil vem, nos últimos anos, sendo chamado a rediscutir uma série de questões temáticas clássicas como currículo, didática, formação docente, cultura escolar etc, em função de novas demandas implicadas com o desafio de superar desigualdades e discriminações raciais, de gênero, sexualidade, religiosas, entre outras, assim como reconhecer e valorizar as diferenças, assumindo as tensões entre igualdade e diferença, políticas de redistribuição e de reconhecimento (WALSH, OLIVEIRA, CANDAU, 2018, p.6).

Nos últimos anos, tem se tornado cada vez mais evidente a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível às diversidades no campo da educação no Brasil. Há uma crescente conscientização sobre a importância de reconhecer e valorizar as diferenças, sejam elas de raça, gênero, sexualidade, religião ou qualquer outra forma de identidade. Esse reconhecimento é fundamental para promover um ambiente educacional mais justo e igualitário.

A discussão sobre currículo, didática, formação docente e cultura escolar é central nesse contexto, pois esses elementos influenciam diretamente a maneira como o

conhecimento é transmitido e como os alunos são tratados nas escolas. É necessário repensar esses aspectos à luz das demandas contemporâneas por igualdade e justiça social, a fim de construir uma educação mais inclusiva e transformadora.

Além disso, é importante reconhecer as tensões que surgem ao lidar com questões de igualdade e diferença, bem como os desafios de equilibrar políticas que visam corrigir desigualdades com aquelas que buscam o reconhecimento das diversas identidades. Esse equilíbrio, embora complexo, é essencial para a construção de uma educação crítica, que respeite as múltiplas identidades e promova a transformação social.

Há uma crescente aderência por parte de diversos pesquisadores brasileiros no sentido de pensar e formular uma perspectiva de educação outra com e a partir dos sujeitos subalternizados pela colonialidade, como povos indígenas e afrodescendentes, quilombolas, diversidades de sexo-gênero e outros marcadores das diferenças contrapostas às lógicas educativas hegemônicas. (WALSH, OLIVEIRA, CANDAU, 2018, p.6).

Pesquisadores brasileiros na área de educação têm voltado cada vez mais a atenção para uma abordagem que coloca no centro da prática educacional os grupos historicamente marginalizados, como povos indígenas, comunidades afrodescendentes, quilombolas e outras identidades que têm sido sub-representadas. Ao valorizar as experiências e conhecimentos dessas comunidades, busca-se não apenas reconhecer, mas também desafiar os modelos de educação que, ao longo do tempo, as excluíram.

Estudiosos como Walsh, Oliveira e Candau (2018) propõem uma nova perspectiva de educação, que chamam de "educação outra." Essa visão busca descolonizar o pensamento e as práticas escolares, abrindo espaço para uma verdadeira diversidade cultural e de saberes dentro da educação brasileira. Ao trazer essas vozes e experiências para o debate, essa abordagem não só enriquece o diálogo sobre educação, mas também cria oportunidades para transformar as desigualdades que se refletem dentro e fora da escola.

Essa perspectiva de decolonialidade contribui para a construção de uma visão de educação que reconhece e respeita as diversas histórias, culturas e formas de conhecimento. Desafiar o currículo tradicional, muitas vezes alinhado a um pensamento eurocêntrico, é um passo essencial para que a educação se torne mais justa e relevante para todos. Como Walsh aponta em sua obra 'Interculturalidad, decolonialidad y aprendizaje crítico' (2010), essa transformação vai além do conteúdo: ela exige que se repensem as próprias estruturas e práticas educacionais para que reflitam a realidade e a riqueza cultural do Brasil.

2.1 Descolonização do currículo: caminho para sociedades mais justas e culturalmente ricas na perspectiva de Ailton Krenak

A chegada dos europeus ao território que hoje chamamos de Brasil trouxe uma transformação profunda e devastadora para os povos indígenas. Mais do que um simples encontro entre culturas, esse momento marcou o início de uma colonização brutal, onde valores, religiões e sistemas de governo foram impostos de forma violenta, apagando e subjugando as culturas nativas.

Em ‘Ideias para adiar o fim do mundo’, Ailton Krenak (2019) reflete sobre o impacto desse processo de dominação. Ele explora as consequências dessa história de extermínio para os povos originários e para o meio ambiente, questionando de maneira contundente como as sociedades contemporâneas continuam a lidar com o planeta e com as comunidades que ainda carregam o peso da exploração. Para Krenak, não se trata apenas de recordar o passado, mas de perceber como as escolhas e atitudes de hoje refletem o mesmo padrão de destruição e exploração.

A colonização não foi apenas um evento histórico; ela criou desigualdades e traumas que reverberam até hoje, perpetuando marginalizações e exclusões. Krenak nos convida a refletir sobre esses temas de uma maneira muito real e urgente, desafiando-nos a reconsiderar nosso papel na preservação não só das culturas indígenas, mas da própria Terra.

Já que se pretende olhar aqui o Antropoceno como o evento que pôs em contato mundos capturados para esse núcleo preexistente de civilizados — no ciclo das navegações, quando se deram as saídas daqui para a Ásia, a África e a América — é importante lembrar que grande parte daqueles mundos desapareceu sem que fosse pensada uma ação de eliminar aqueles povos. O simples contágio do encontro entre humanos daqui e de lá fez com que essa parte da população desaparecesse por um fenômeno que depois se chamou epidemia, uma mortandade de milhares e milhares de seres (KRENAK, 2017, p.34).

O contato entre diferentes grupos humanos durante as navegações não trouxe apenas descobertas, mas também consequências trágicas, como epidemias que devastaram populações inteiras. Esse fenômeno histórico nos lembra de algo essencial que Krenak (2017) destaca: a necessidade de cuidar do nosso planeta com mais responsabilidade e respeito. Para Krenak, a maneira como lidamos com a natureza reflete uma desconexão profunda — uma visão que vê o mundo apenas como um recurso a ser explorado.

O autor nos alerta para a urgência de repensarmos essa relação, de olharmos para o

planeta como uma entidade viva que precisa de cuidado e equilíbrio. A natureza, para Krenak, tem nos chamado para despertar nossa consciência ambiental, reconhecer o impacto das nossas ações e a responsabilidade que temos para com as futuras gerações. Em suas palavras, é um convite para repensar nossas práticas e abraçar uma nova forma de coexistência com a Terra.

Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios. Eles inventam kits superinteressantes para nos manter nesse local, alienados de tudo, e se possível tomando muito remédio. Porque, afinal, é preciso fazer alguma coisa com o que sobra do lixo que produzem, e eles vão fazer remédio e um monte de parafernália para nos entreter (KRENAK, 2017, p.11).

Krenak faz uma crítica contundente ao conceito de Antropoceno, apontando que a crise ambiental que enfrentamos vem de uma visão de mundo que separa o ser humano da natureza, alimentada pelo consumismo e pela exploração sem limites. Ele nos alerta sobre a urgência de resgatar a cosmovisão indígena, que vê a Terra como um ser vivo e respeita a interdependência entre todas as formas de vida.

Para ele, superar os desafios do Antropoceno exige mais do que apenas soluções tecnológicas; é preciso reavaliar nossos valores e adotar práticas que respeitem o equilíbrio ambiental. A visão de Krenak é, na verdade, um convite para repensarmos nossa relação com o planeta e reconhecermos o impacto destrutivo deixado pela colonização. Ele questiona o modelo econômico atual, que coloca o crescimento acima da preservação, e nos chama a refletir sobre os danos que causamos – como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas.

Devíamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem. E nós criamos essa abstração de unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral até que todos aceitem que existe uma humanidade com a qual se identificam, agindo no mundo à nossa disposição, pegando o que a gente quiser (KRENAK, 2017, p.33).

Ao destacar a importância da sustentabilidade, Krenak (2017) argumenta que é fundamental adotarmos um estilo de vida que respeite os limites do meio ambiente e promova a harmonia entre seres humanos e natureza. Isso implica em repensar nossos padrões de consumo, reduzir o desperdício de recursos naturais, promover práticas agrícolas sustentáveis

e conservar as áreas naturais. Nesse sentido, relata um fato lamentável ocorrido no rio Doce.

O Watu, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de seiscentos quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma. Faz um ano e meio que esse crime — que não pode ser chamado de acidente — atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou (KRENAK, 2017, p.21 e 22).

A conscientização ambiental, segundo o autor, envolve não apenas compreender os problemas ambientais, mas também agir de forma responsável e engajada para enfrentá-los. Isso inclui educar as pessoas sobre a importância da preservação ambiental, promover ações de conservação e pressionar governos e empresas para adotarem políticas e práticas não degradantes.

Quando nós falamos que o nosso rio é sagrado, as pessoas dizem: “Isso é algum folclore deles”; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: “Não, uma montanha não fala nada”.

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista (KRENAK, 2017, p.24).

As culturas indígenas, frequentemente, promovem uma relação de respeito com a natureza, considerando-a sagrada e mantendo uma abordagem de coexistência e interdependência. Essa visão de mundo contrasta com a mentalidade dominante de exploração e dominação dos recursos naturais, sendo crucial na promoção de uma abordagem mais sustentável e equilibrada em relação ao meio ambiente.

Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que fomos capazes de inventar, não botar ela no mercado (KRENAK, 2017, p.15).

O autor discute as interconexões entre desigualdade social e ambiental ao apontar como certos grupos sociais são desproporcionalmente afetados pelos problemas ambientais. O referido autor destaca que as comunidades marginalizadas, frequentemente indígenas,

quilombolas, ribeirinhas e populações de baixa renda são as mais vulneráveis aos impactos ambientais negativos, tais como desmatamento, contaminação da água e do ar, e mudanças climáticas.

Dilema político que ficou para as nossas comunidades que sobreviveram ao século XX é ainda hoje precisar disputar os últimos redutos onde a natureza é próspera, onde podemos suprir as nossas necessidades alimentares e de moradia, e onde sobrevivem os modos que cada uma dessas pequenas sociedades tem de se manter no tempo, dando conta de si mesmas sem criar uma dependência excessiva do Estado (KRENAK, 2017, p. 21).

Essa desigualdade ambiental é resultado de uma série de fatores, incluindo históricos de exclusão social, discriminação e falta de acesso a recursos e serviços básicos. Muitas vezes, essas comunidades são forçadas a viverem em áreas de risco, como encostas de morros ou margens de rios poluídos, devido à falta de opções de habitação seguras e acessíveis.

Desde o Nordeste até o leste de Minas Gerais, onde fica o rio Doce e a reserva indígena das famílias Krenak, e também na Amazônia, na fronteira do Brasil com o Peru e a Bolívia, no Alto Rio Negro, em todos esses lugares as nossas famílias estão passando por um momento de tensões nas relações políticas com o Estado brasileiro e as sociedades indígenas (KRENAK, 2017, p.20).

O autor, argumenta que abordar as questões ambientais de maneira séria e equitativa requer uma análise cuidadosa das causas subjacentes da desigualdade social e ambiental, bem como a implementação de políticas e práticas que levem em consideração as necessidades e preocupações dessas comunidades marginalizadas. Para tal inclui o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais das populações tradicionais, a promoção da participação ativa dessas comunidades na tomada de decisões que afetam seu meio ambiente e o investimento em infraestrutura e serviços básicos nessas áreas.

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais — sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros —, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza (KRENAK, 2017, p.21)

Além disso, o autor destaca a importância de uma abordagem que reconheça as interconexões entre raça, classe, gênero e meio ambiente na determinação dos impactos

desiguais das mudanças ambientais. Para esse propósito, requer uma análise holística e abrangente das questões sociais e ambientais, bem como a promoção da justiça ambiental como parte integrante de qualquer estratégia de sustentabilidade.

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar (KRENAK, 2017, p.23).

Segundo Krenak essa transformação cria uma "abstração civilizatória"(Krenak, 2017, p. 12), pois resulta em uma vida dissociada da terra e da natureza, uma vida insustentável, pois sem a terra e a natureza, a própria existência se torna inviável.

O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso estaremos adiando o fim (KRENAK, 2017, p.13).

A ideia de "adiar o fim do mundo" por meio das histórias é realmente poderosa. Contar e ouvir histórias tem sido uma das formas mais humanas de preservar memórias, identidades e culturas ao longo do tempo. Cada história contada é uma chance de renovar laços, reforçar valores e lembrar que um futuro melhor é possível, mesmo quando o presente parece difícil.

Ao longo da história, um dos impactos mais devastadores da colonização foi a perda das terras indígenas, resultado da exploração de recursos como ouro e madeira. Essa usurpação não envolveu apenas a retirada física das terras, mas também o rompimento forçado dos laços dos povos com seus territórios, o que significou uma perda profunda de identidade e modos de vida. Além disso, o encontro com os colonizadores trouxe doenças como a varíola e o sarampo, que dizimaram populações inteiras. Violência, conflitos armados e massacres foram, infelizmente, comuns.

Pesquisadores como Catherine Walsh acreditam que precisamos de um novo diálogo intercultural para superar essas feridas históricas. Para ela, é necessário que haja espaços onde diferentes modos de ser e pensar possam se encontrar e se respeitar, onde os saberes indígenas, afrodescendentes e de outros grupos historicamente marginalizados possam ser

valorizados e compartilhados. A proposta dela é, em essência, uma defesa de justiça social, que pede o reconhecimento e o respeito a conhecimentos que existem fora do padrão eurocêntrico.

Apesar das dificuldades, muitos povos indígenas resistiram. Hoje, vemos essa resistência em movimentos sociais, organizações e na luta pelos direitos territoriais e culturais. Essa luta exige que reavaliemos a educação que oferecemos, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento das culturas e conhecimentos tradicionais. É aqui que entra a Lei 11.645/2008, que exige a inclusão da história e cultura indígena e afro-brasileira nos currículos escolares.

No contexto do CEPMG José Pio de Santana, pensar em como aplicar esses princípios e transformar as limitações em práticas educativas mais profundas e transformadoras é um caminho de respeito e responsabilidade. Essa integração pode servir de exemplo para outras instituições, mostrando como uma educação comprometida com a diversidade e a justiça social pode impactar de verdade na formação dos alunos e na construção de uma sociedade mais justa e consciente

3. TEMÁTICA INDÍGENA NO CONTEXTO DO CEPMG JOSÉ PIO DE SANTANA

Nesse momento, o trabalho traz a reflexão sobre como os povos originários vem sendo discutidos no contexto escolar, considerando que a lei 11.645/2008 nos traz algumas problematizações. Como ir da crítica e das limitações contingenciais para a prática? Como movimentar as temáticas indígenas no cotidiano da escola? Essa reflexão perpassa também pela desconstrução de estereótipos reproduzidos no contexto educacional, bem como pela análise crítica das relações entre indígenas e não indígenas no que diz respeito a aspectos espaciais (territoriais) e temporais.

O que tenho percebido, no interior das paredes da escola na atualidade, e durante os vinte e quatro anos de profissão como educadora da rede estadual e municipal, é que não houve mudanças significativas e tão pouco discussões e reflexões sobre a temática indígena. Estaria os integrantes desses espaços ainda hipnotizados e adormecidos pela história romantizada dos conquistadores? A escola sendo um espaço de convívio social e de desenvolvimento intelectual e cognitivo, tem contribuído para a conscientização dos impactos da colonização e a promoção de uma narrativa histórica mais honesta e precisa?

Para tanto recorro aos dados documentais/bibliográficos, que se fundamentam em apontamentos como: o livro do Gersem Baniwa 'O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje' (2021), que traz uma relação desses estereótipos; o texto do Ailton Krenak 'O eterno retorno do encontro' (1999), que questiona o marco temporal de 1500; o texto de Luciana Ballestrin intitulado 'América Latina e Giro Decolonial' (2013), que traz as reflexões teóricas e conceituais, e o texto da Catherine Walsh, intitulado 'Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento 'outro' a partir da diferença colonial' (2019).

Além das referências supracitadas, analisamos documentos relacionados à atividade educacional, tais como o Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2024, o Regimento Escolar dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás de 2023, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2021, e os 6 volumes de livros didáticos "Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas", do Ensino Médio, da editora Moderna. Estes documentos são considerados fontes preciosas que indicam os tipos de políticas acadêmicas, disciplinares, pedagógicas e administrativas aplicadas à escola.

Com base no exposto acima, a análise dos livros didáticos utilizados no Ensino Médio, do PPP (Projeto Político Pedagógico), do Regimento Escolar e do cotidiano do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana, mostra que o ensino de história e

cultura indígena nas práticas pedagógicas, em conformidade a Lei n. 11.645/2008, não se aplica na totalidade.

O referido colégio foi fundado em 1952, pelo Professor José Pio de Santana, com o nome de Escola Maria Antônia dos Santos, tornando-se, posteriormente, a Escola Estadual José Pio de Santana, situada no centro da cidade de Ipameri. A partir do ano de 2018, passou por uma transição, transformando-se em Colégio Militar, ou seja, Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás José Pio de Santana, passando a situar-se em um outro prédio escolar do estado, a antiga Escola Estadual Polivalente, que estava em processo de fechamento, devido ao baixo fluxo de alunos existentes no período.

Atualmente, sob a gestão do Diretor/Comandante PM Major Adorinho Divino Silva Fernandes, o colégio possui uma equipe de 15 militares e 68 profissionais da educação e atende 372 alunos matriculados na 2ª fase Ensino Fundamental e 156 matriculados no Ensino Médio distribuídos nos turnos matutino e vespertino. Hoje o colégio está localizado na Rua Espírito Santo, Vila Souza, na periferia da cidade e atende estudantes de diversos contextos socioeconômicos.

Esta escola situa-se em Ipameri, cidade do Estado de Goiás, fundada em 12 de setembro em 1870 e hoje possui 27.365 habitantes.

Antes da chegada dos europeus ao continente americano, a porção central do Brasil era ocupada por indígenas do tronco linguístico macro-jê, como os acroás, os xacriabás, os xavantes, os caiapós e Iny (Javaé e Karajá). Em 1816 surgiu o "Arraial do Vai-Vem", depois "Povoado do Vai-Vem" à margem esquerda do Ribeirão "Vai-Vem". Em 1833, o povoado foi elevado à categoria de Vila, pertencente ao "Arraial de Catalão", sendo elevada à categoria de cidade em 1870, recebendo o nome de "Entre Rios". Em 1926, o nome foi alterado para "Ypameri", que é uma tradução modificada da expressão "entre rios" em tupi ("Y": rio; "pan" "meri": vão, espaço, entre). Posteriormente, o "Y" deixou de integrar o alfabeto português brasileiro e foi substituído por "I". (Ipameri. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ipameri>).

Essa rica história de transformação e adaptação reflete a complexidade cultural e histórica da região, elementos que são fundamentais para compreendermos o contexto educacional atual e as necessidades específicas da comunidade escolar em Ipameri. A cidade, com suas profundas raízes indígenas e coloniais, serve como um palco para a implementação de práticas educacionais que respeitem e integrem essa diversidade histórica e cultural.

No contexto educacional, a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola revela os princípios, metas, objetivos e diretrizes que orientam suas práticas educativas. Este documento abrange aspectos essenciais como a visão e missão da instituição, práticas

pedagógicas, formas de avaliação, estrutura curricular, infraestrutura e relações com a comunidade. Refletindo as escolhas da instituição em sua abordagem educacional, o PPP busca alcançar seus objetivos por meio de uma educação que valorize a diversidade cultural e os saberes locais, em consonância com a rica história e identidade de Ipameri. Dessa forma, o PPP não só direciona a prática pedagógica da escola, mas também se alinha com a necessidade de integrar e respeitar a complexidade cultural da região.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico do Colégio José Pio de Santana, está em consonância com outros documentos como: Documento Curricular para Goiás Atualizado (2023), as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás (2022), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Novo Ensino Médio e Fundamental, Regimento Interno do Comando de Ensino Polícia Militar (2024), Documento Curricular para o Goiás do Ensino Médio (DC/EMGO), Formação Básica Bimestralização (2022), DC/EMGO Itinerários Formativos (2022), Documento Curricular para Goiás do Ensino Fundamental (DC/EFGO) Cortes Temporais (2022), DC/EFGO Matriz de Referência e Habilidades Estruturantes (2020/2021) e, é uma exigência legal, expressa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O Projeto Político Pedagógico dessa unidade de ensino, mostra a importância da escola como um espaço de construção de si mesmo e do mundo, compromete-se com a redução das desigualdades sociais, a articulação das propostas educacionais com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade; a defesa da educação básica, gratuita de qualidade como direito fundamental do cidadão.

O referido documento, discorre sobre a importância da escola como ambiente privilegiado de aprendizagem, devendo ser agradável para que os alunos sintam prazer em vir e permanecer. O PPP traz um diálogo com Carvalho (2011), no que diz respeito ao ato de ensinar, ambos anseiam por uma ação de fornecimento de conhecimento, informações e habilidades tendo como meta capacitar os alunos a compreenderem conceitos, desenvolverem habilidades e pensarem de forma crítica. Entende que um educador ensina, busca transmitir conhecimentos de maneira aberta, incentivando a análise e a discussão.

Esse Projeto Político Pedagógico propõe vários instrumentos para a avaliação, que é compreendida como uma prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica. O processo avaliativo é tido como um dos principais componentes do ensino, pelo qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem. O que se percebe é que a estrutura do sistema de avaliação escrita tem uma relevância maior. Ao aluno com baixo rendimento escolar, diagnosticado durante cada bimestre letivo, são oferecidos estudos de recuperação contínua,

sem limite de componente curricular. Os estudos de recuperação paralela contínua constituem-se em orientação contínua de estudos, com criação de novas e diversificadas situações de aprendizagem,

Observa-se que o documento que descreve a rotina escolar, que traduz a identidade, os princípios, as diretrizes e os objetivos da instituição de ensino, não trouxe a temática indígena e nem afro-brasileira para o âmbito escolar, como prevê a Lei 11.645/2008. O que se nota é a invisibilidade da história e cultura indígena, de várias formas, sendo que neste caso se dá pela ausência de discussão e reflexão sobre a temática.

Para superar essa invisibilidade, é fundamental promover a inclusão de conteúdos relevantes sobre as culturas indígenas no currículo escolar, garantindo uma abordagem respeitosa, autêntica e transversal. Além disso, é importante fomentar o diálogo intercultural, envolvendo membros das comunidades indígenas na construção e implementação de políticas educacionais. A conscientização sobre a diversidade cultural e a promoção do respeito mútuo são passos essenciais para construir uma sociedade mais integradora e digna.

Analisando o Regimento interno do Comando CEPMG (2023), encontrei o inesperado, ou o tão esperado, especificamente na SEÇÃO V, uma diretriz sobre “do bullying, do respeito e à valorização do idoso e da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Art. 78. O CEPMG desenvolverá as seguintes ações e projetos durante o ano letivo, sem prejuízo aos outros previstos no PPP:

I – projetos de prevenção e enfrentamento ao bullying, resolução de conflitos, cultura da paz, entre outros, que promovam a melhoria na qualidade do relacionamento entre os alunos e o bom clima escolar interno;

II – projetos e ações que visam o cumprimento da Lei nº 11.645/2008 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
Parágrafo Único. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimento sobre a matéria (REGIMENTO ESCOLAR, 2023 p.241).

A análise do Regimento Interno do Comando do CEPMG (2023), especialmente na SEÇÃO V, levanta questões importantes sobre a abordagem de temas fundamentais como a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Embora seja positivo que essas temáticas sejam incluídas no documento, o fato de estarem agrupadas em uma diretriz junto com outros temas, como bullying e valorização do idoso, pode minimizar sua relevância e profundidade.

Esses temas possuem uma complexidade histórica e social que demanda uma

abordagem específica, reflexiva e crítica. Tanto a história afro-brasileira quanto a indígena têm uma importância estrutural na formação da sociedade brasileira, e a maneira como são tratadas na educação impacta diretamente na construção de identidades e na luta contra o preconceito e a discriminação.

Agrupar a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena com outras pautas pode transmitir a mensagem de que são apenas mais um entre vários temas a serem abordados, o que corre o risco de diluir a reflexão necessária sobre o papel crucial dessas culturas na sociedade atual. Essas temáticas, amparadas pela Lei 11.645/2008, devem ser tratadas de forma individualizada e destacada, permitindo que os estudantes compreendam suas especificidades e suas contribuições para a formação do Brasil contemporâneo.

Por fim, o agrupamento pode indicar uma abordagem genérica, sem considerar as demandas e complexidades que essas temáticas exigem no contexto educacional. Isso sugere a necessidade de rever como os temas são organizados no regimento e como são trabalhados nas práticas pedagógicas, garantindo que recebam a devida atenção e profundidade.

Diante do fato mencionado, resta o questionamento: se há uma diretriz no regimento interno escolar, que é um documento de suma importância que normatiza e padroniza os colégios militares, por que não há nenhum projeto ou outra ação pedagógica voltada para a temática indígena no Projeto Político Pedagógico? Que a lei maior, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 2003 e a lei 11.645/2008 não foram efetivamente aplicadas já sabemos, por isso muitas pesquisas ainda se voltam para essas questões.

O que vem dificultando a implementação da lei 11.645/2008? Que desafios são esses que impedem a escola de promover a inclusão da história e cultura indígena? Considerando um descaso da aplicação da lei a responsabilidade da comunidade escolar, quando se entende a realidade que assola o chão da escola, fica claro os entremeados de fatos que podem impedir a efetividade de qualquer lei e propósito pedagógico.

Presenciar a rotina escolar por 27 anos me dá o direito de voz para dizer que as escolas, muitas vezes, enfrentam diversas limitações como: falta de recursos; falta de material didático específico qualificado; formação adequada para educadores e tempo disponível na carga horária para pesquisa e elaboração de projetos. Assim sendo, a implementação de mudanças curriculares exige ainda investimentos e apoio governamental.

Como pesquisadora, ao analisar reflexivamente e criticamente a realidade da escola em questão, percebo diversos desafios na implementação da Lei 11.645/2008. Entre eles, destacam-se o desconhecimento da existência da lei, a falta de compreensão sobre sua importância e a falta de material didático adaptado para tratar a temática indígena, que

reconheça e respeite profundamente as histórias, culturas e conhecimentos dos povos indígenas como legítimos e valiosos. Esses fatores implicam em apresentar as histórias não apenas como parte do passado distante, mas como narrativas vivas e em contínua resistência frente aos impactos do colonialismo. Deve-se evitar estereótipos e generalizações, priorizando uma compreensão diversificada das diferentes realidades indígenas.

Promover o diálogo intercultural e a colaboração, incluindo vozes indígenas na narrativa educacional, é crucial para construir uma educação que respeite e celebre a diversidade cultural, contribuindo, assim, para a desconstrução de visões eurocêtricas e para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e justo.

Os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, no Colégio José Pio de Santana, são abordados e evidenciados apenas em momentos específicos, como em abril, mês em que se comemora dia dos povos indígenas e em novembro, no qual ocorre o dia da consciência negra.

Houve dois trabalhos sobre essa temática, sendo que um foi executado na disciplina de Ensino Religioso, em que foi realizado estudos superficiais sobre a cultura indígena com construção e exposição de cartazes, com estudantes do Ensino Fundamental e o outro trabalho realizado por uma professora, mestra em História, com estudantes do Ensino Médio na disciplina de história. Este projeto de História acontece anualmente e, por meio dele, são realizados estudos e pesquisas aprofundados da história e cultura dos afro-brasileiros, culminando em uma exposição de banners expressivos sobre violências contra os negros, painéis apresentando o sincretismo, exposição de objetos, degustação culinária típica e som ambiente de músicas africanas. A mestra aqui mencionada, em seu curso de graduação e de mestrado, trabalhou com a temática referente aos afro-brasileiros no Brasil. Este exemplo reforça que a formação apropriada promove e eleva o nível de comprometimento e responsabilidade do profissional da educação com a comunidade em que atua.

Esse exemplo evidencia a necessidade primordial de formação contínua e pesquisa para a elaboração de projetos que promovam uma implementação efetiva e constante da lei ao longo do ano letivo. É essencial que professores do século 21 adquiram competências que incluam pensamento crítico e criativo, comunicação eficaz, colaboração em equipe, inteligência emocional e competência digital entre outras.

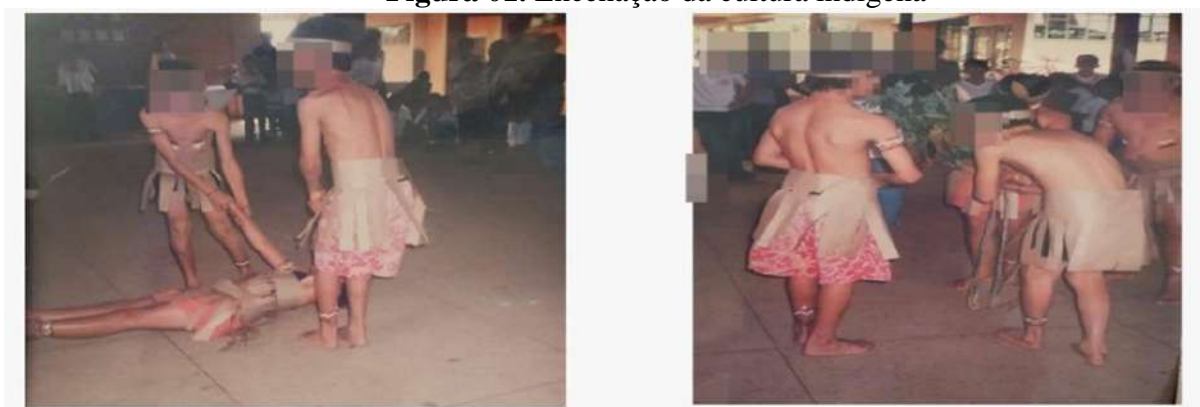
Dessa forma, a falta de capacitação do docente tem mostrado um grande desafio na superação da invisibilidade dos oprimidos. Percebe-se que a temática indígena na escola não aparece nos documentos oficiais da unidade, e tão pouco em seu cotidiano. Educadores estão despreparados para abordar esses temas de maneira sensível e educativa, sua formação

acadêmica não os possibilitou conhecimentos necessários para trabalhar adequadamente, ficando a cargo dos livros didáticos o direcionamento das aulas, sem um olhar reflexivo e crítico.

Outra questão, não menos importante, são as prioridades divergentes. As escolas muitas vezes enfrentam diversas demandas e prioridades em seu cotidiano. Se outras questões forem consideradas mais urgentes ou importantes, a implementação da lei pode ser relegada para segundo plano.

Analisando os documentos imagéticos das atividades realizadas no Colégio José Pio de Santana foi encontrada uma fotografia do acervo de 2002, em que mostra um evento sobre a temática indígena.

Figura 01. Encenação da cultura indígena



Fonte: acervo escolar, 2002.

A imagem registrada apresenta uma encenação teatral que aborda a temática indígena, com destaque para a caracterização dos estudantes. Esse registro é significativo, pois, ao analisar o acervo fotográfico da unidade escolar, que documenta diversos eventos, comemorações e homenagens, constatei que as atividades relacionadas à cultura indígena são extremamente escassas. Em contraste, eventos como festas de quadrilha, Halloween e celebrações da Páscoa são amplamente registrados e comemorados.

A negação do pertencimento, as diversas formas de discriminação, o silenciamento e o escamoteamento da violência histórica contra os povos indígenas estão expressos na composição das memórias ou no esquecimento a que tais povos foram condenados. Tal constatação sinaliza para o fato de que a memória (e o esquecimento) é um campo minado pelas contradições socialmente produzidas (KAYAPÓ, 2019, p.59).

Ressalte-se que os registros fotográficos são formas importantes de apontamento histórico, eles desempenham um papel significativo na documentação e na preservação da história, capturando momentos e eventos que podem fornecer insights importantes sobre o

passado. Fotografias fornecem uma documentação visual de eventos, pessoas e locais de uma época específica. Elas podem ilustrar a vida cotidiana, eventos históricos, mudanças na paisagem e a evolução da sociedade. Dessa forma, podemos analisar a foto e levantar hipóteses sobre a temática nela retratada, nas instituições educacionais, especialmente no Colégio José Pio de Santana.

Ao analisar o documento fotográfico de 2002, constata-se que a encenação de mitos sobre os povos originários brasileiros é muito comum nas escolas em Ipameri, e que no Colégio José Pio de Santana não foi diferente. Nela observa-se que os estudantes estão caracterizados como indígenas, seus corpos estão pintados, estão usando adereços como cocares e saiotes de papel, reproduzindo os mitos de textos retirados de uma literatura eurocêntrica, simplista e inadequada.

As crianças nas escolas são vestidas com saiotes de papel geralmente verdes e não faltam os gritos e os cenários com ocas e florestas! Dizem que estão imitando os índios, numa tentativa de homenageá-los! Entretanto, tais supostas homenagens se referem à qual índio? As supostas imitações correspondem às situações dos povos indígenas no Brasil? Como essas imagens ficarão gravadas na memória dos/as estudantes desde tão cedo? Quais serão suas atitudes quando se depararem com os índios reais? Quais as consequências da reprodução dessas desinformações sobre as diversidades étnicas existente no nosso país? (SILVA, 2010a).

A citação acima aborda como o conhecimento sobre os povos indígenas, adquirido por intermédio da escola e da mídia, geralmente está relacionado a estereótipos e generalizações. Os indígenas são retratados de forma genérica, sem vínculo com uma comunidade indígena específica. Além disso, são associados a características físicas como cabelos lisos, pinturas corporais e adereços de penas, o que reforça a ideia de um 'índio' habitante apenas da Região Amazônica e do Xingu. Essa representação, muitas vezes exótica, ignora a diversidade étnica e cultural existente entre os diferentes grupos indígenas.

A percepção da cultura indígena ao olhar a imagem fotográfica ou mesmo ao assistir essa encenação, sem um diálogo de valorização e enaltecimento da interculturalidade, não passa de uma brincadeira de faz de conta, entretenimento, acentuando o desprezo e os estereótipos de um povo selvagem e sem cultura que vive na/da natureza, aumentando assim o distanciamento entre culturas. Essas imagens costumam dar um quê de fantasia, de espanto, terror e medo o que faz com que as pessoas continuem repetindo esses estereótipos e alimentando um distanciamento sempre perigoso, pois joga as populações indígenas a um patamar de humanidade desprezível (MUNDURUKU, 2018, p.169).

Na foto acima não havia nenhuma legenda explicativa sobre a encenação e para qual

evento essa apresentação fora designada no contexto escolar. Veja na mão dos “indígenas” um galho com folhagens verdes, analisando os detalhes deste teatro me remete a memória o mito da Mani Mandioca, já aqui mencionado, pois na primeira imagem temos um corpo de uma menina (ela está usando um biquini na parte de cima) sendo carregado, e na imagem seguinte temos um ramo que se assemelha a planta da mandioca sendo admirado e observado pelos demais “indígenas”. A relação da natureza e a cultura indígena encenada, daria um material riquíssimo para abordar a profunda conexão espiritual e prática com a natureza, considerada sagrada e fundamental para sua identidade e modo de vida.

[...] em grande parte pela capacidade que têm de estabelecer relação integrada de vida, em que formas específicas da organização social, das relações de parentesco, dos rituais sociais e religiosos apresentam funções indispensáveis ao estabelecimento do equilíbrio. Este se dá não através do domínio da natureza, mas por meio da compreensão em relação a ela e o respeito, o que implica decifrar sua linguagem, seu funcionamento, suas forças e seus mistérios, pois a sobrevivência humana depende da sua capacidade de cooperar, respeitar e integrar-se a esta natureza (BANIWA, 2006, p.190).

Partindo dessas considerações, vamos analisar os livros didáticos do Ensino Médio, que foram escolhidos em 2021, por professoras e professores o Colégio referido. É importante ressaltar que estes livros são, desde 2001, avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que foi instituído pelo Ministério da Educação e que passa por uma avaliação feita por especialistas, visando garantir a qualidade necessária ao aprendizado dos estudantes.

O livro adotado pelos professores do colégio é da coleção *Diálogo*, da editora Moderna, elaborada de acordo com a estrutura do Novo Ensino Médio e com os objetivos de aprendizagem definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É importante reforçar que a BNCC foi homologada em dezembro de 2018 e ela estabelece as competências e habilidades que todos os estudantes do Brasil devem desenvolver ao longo da Educação Básica (Educação Infantil, Educação fundamental e Ensino Médio).

A organização estrutural do Novo Ensino Médio foi instituída com novos parâmetros e diretrizes, a fim de combater índices de evasão escolar e promover um ensino que atendesse às expectativas dos jovens em relação aos seus projetos de vida pessoal e profissional.

O currículo do Ensino Médio propõe um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, assim as aprendizagens necessárias para a formação de uma pessoa estão organizadas por quatro áreas do conhecimento que são: Linguagens e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes, Educação Física); Matemática e suas Tecnologias (Matemática);

Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia).

A BNCC determina que as categorias fundamentais para a formação de estudantes nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduos; Sociedade; Cultura e Ética; Política e Trabalho. Contudo, iremos nos atentar para os conteúdos de história que abordam a temática indígena no Ensino Médio.

A coleção está dividida em seis volumes. O volume 01, tem como tema norteador – “Ser humano, cultura e sociedade”, volume 2 – “Trabalho, tecnologia e natureza”, volume 03 – “Relações de poder: território, Estado e nação”; volume 04 – “Lutas sociais e reflexões sobre a existência”; volume 05 – “América: povos, territórios e dominação colonial”; volume 06 – “Dilemas das repúblicas latino-americanas”. A imagem abaixo é um demonstrativo da coleção utilizada na Área de Ciências Humanas e Sociais no Ensino Médio.

Figura 02. Livro didático do Ensino Médio 2020.



Fonte: Site da Editora Moderna. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/dialogo>. Acesso em: 11 set. 2023.

Na análise do livro didático do Ensino Médio, é essencial destacar os autores que contribuíram para a elaboração desse material. Julieta Romeiro, doutora em Ciências Humanas e especialista em Sociologia e Antropologia, traz uma perspectiva crítica e culturalmente rica, especialmente na defesa dos direitos indígenas e na valorização da diversidade cultural. Sua contribuição é crucial para a inclusão de temas que abordam a

cosmovisão indígena e a desconstrução de estereótipos. Maria Raquel Apolinário, com sua sólida formação em História pela Universidade de São Paulo e vasta experiência como professora e editora, agrega um olhar histórico detalhado e uma expertise editorial que garantem a precisão e a relevância dos conteúdos apresentados no livro didático. Ricardo Melani, mestre em Filosofia e especialista em Comunicação Social, oferece uma abordagem reflexiva e filosófica aos temas tratados, além de uma capacidade única de comunicar ideias complexas de forma acessível. Sua experiência como editor contribui para a clareza e a organização dos conteúdos. Silas Martins Junqueira, formado em Geografia pela Universidade de São Paulo e experiente na formação de professores, traz uma compreensão profunda dos aspectos geográficos e ambientais, fundamentais para a compreensão crítica do espaço e do território. Sua participação assegura que o livro didático tenha uma base sólida na formação geográfica dos alunos. Juntos, esses autores proporcionam uma visão interdisciplinar e integrada, essencial para o desenvolvimento de um material didático que não apenas informa, mas também forma cidadãos críticos e conscientes.

Para a análise do conteúdo dos livros didáticos, focaremos em dois aspectos estruturais: os textos escritos e os textos imagéticos (gravuras, pinturas, mapas, etc.). O uso de temas indígenas em livros didáticos é importante para promover a compreensão e valorização das culturas indígenas, para reconhecer sua contribuição para a formação da identidade e da cultura brasileira, bem como de promover políticas que protejam seus direitos territoriais e sua capacidade de autodeterminação.

No Brasil, onde os conflitos sobre terras indígenas são frequentes e a proteção ambiental muitas vezes entra em conflito com interesses econômicos, as ideias de Krenak têm sido importantes para promover um diálogo intercultural e uma abordagem mais sustentável para o desenvolvimento. O autor nos convida a refletir sobre a profundidade e autenticidade das práticas ditas sustentáveis, e a questionar se elas realmente contribuem para a preservação do meio ambiente ou se são apenas estratégias de marketing. Sua perspectiva nos lembra da necessidade de um comprometimento genuíno com a sustentabilidade, que vai além do discurso e se traduz em ações reais e efetivas.

No volume 01, formado por 16 capítulos, somente o capítulo 11 faz uma menção à temática indígena. No texto intitulado *A expansão marítima europeia*, na página 113, consta o subtítulo *O olhar europeu sobre os indígenas*, em que o filósofo Tzvetan Todorov analisa o olhar de Cristóvão Colombo e examina a visão desse europeu a respeito dos povos americanos e, na página 114, *Europeus e indígenas*. Relata ainda a conclusão de Colombo em deduzir que os indígenas não sabiam falar, por não compreenderem o que eles, europeus,

falavam, que não tinham cultura, costumes e nem religião, por viverem livres e dependerem da natureza. Por acreditar que eram selvagens, resolveu enviar alguns nativos para Europa para aprenderem uma língua.

A problemática indígena no Brasil teve início com a chegada dos portugueses em 1500 e a sucessiva política de desestruturação das tradicionais formas de organização dos povos originários, o que significou a imposição de novas regras para o funcionamento da vida comunitária e o extermínio de centenas de povos, línguas e conhecimentos, em nome da religião, da civilização e da unidade nacional (KAYAPÓ, 2019, p.3)

Com o passar do tempo, no convívio com os indígenas, Colombo percebeu que eram biologicamente humanos tais como os europeus, mas culturalmente inferiores. Para isso foram submetidos à escravidão e à evangelização para assimilar a cultura europeia. O capítulo ressalta a figura heroica de Cristóvão Colombo, desbravando caminhos de vales turbulentos enquanto indígenas foram comparados a animais, selvagens e bárbaros sem culturas.

Figura 03. Diferenças culturais



Representação de Cristóvão Colombo na Corte dos reis Fernando e Isabel, da Espanha, logo após o retorno de sua primeira viagem à América, em 1493. Gravura de cerca de 1800.



Colombo desembarca em terras americanas, gravura de Théodore de Bry, 1594

Fonte: Livro didático (Romeiro et al., 2020, p. 113 - 114).

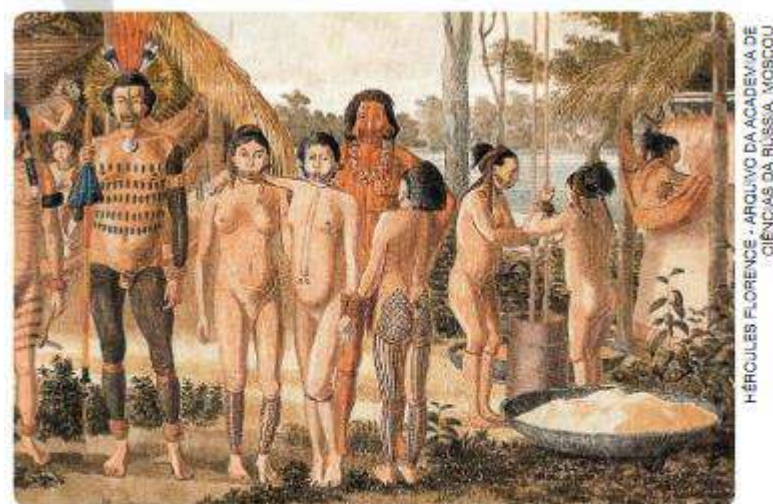
As imagens apresentadas no texto ilustram as diferenças culturais entre os povos e a sobreposição de uma sobre a outra. Os colonizadores estão representados em posicionamento de privilégio, poder e confiança, e os indígenas em posição de servidão e subserviência, oferecendo diversos presentes, cuja atitude em algumas culturas indígenas, muitas vezes, têm um significado simbólico profundo e podem representar amizade, respeito e solidariedade.

As contradições e os preconceitos têm na ignorância e no desconhecimento sobre o mundo indígena suas principais causas e origens e que precisam ser rapidamente superados. Um mundo que se autodefine como moderno e civilizado não pode aceitar conviver com essa ausência de democracia racial,

cultural e política (BANIWA, 2006, p.35)

No volume 02, no capítulo 06, há uma ilustração de um grupo de indígenas Apicás, que ilustra um modo de vida em estado de natureza, em que o filósofo Rousseau os compara com o estilo de vida dos europeus que os escraviza. Segundo o texto, Rousseau prega que a sociedade teria corrompido a natureza humana, retirado sua liberdade e criado um conjunto de vícios, como a busca pelo poder, ambição e a vaidade.

Figura 04. Etnia dos Apicás



Habitação dos Apicás sobre o Arinos, obra de Hércules Florence, 1828. As comunidades indígenas tradicionais americanas eram vistas por Rousseau como exemplo de um modo de vida em estado de natureza, portanto, isento dos vícios que, segundo ele, as normas sociais criam no indivíduo. Livres das necessidades que escravizam o europeu – de adquirir e acumular bens, ostentar riquezas, fazer economias para o futuro –, os indígenas poderiam viver em liberdade e integrados ao ambiente natural.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al.,2020, p.64).

Neste momento percebe-se que há uma nova concepção trazida por um iluminista que desenvolve uma crítica ao ser humano e sociedade, nesse sentido há na própria página uma citação de Rousseau que diz:

Figura 05. Citação de Rousseau

“O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinio, miséria e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!’”

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *Rousseau*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 259. (Coleção Os pensadores)

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.64).

Este texto é um ótimo material de reflexões críticas, debates e discussões de temas como a relação entre ser humano e natureza, a preservação das culturas indígenas, o impacto da colonização e a urgência de repensar nossas práticas e valores na sociedade atual.

Nesta perspectiva, Krenak diz que “o encontro entre as nossas culturas e os nossos povos ele nem começou ainda e às vezes parece que ele já terminou” (Krenak, 1999, p.28). O verdadeiro encontro foi motivado pelo interesse do Ocidente em explorar as riquezas da terra em prol do desenvolvimento e progresso, buscando aniquilar qualquer obstáculo que estivesse em seu caminho.

Desde os primeiros administradores da Colônia que chegaram aqui, a única coisa que esse poder do Estado fez foi demarcar sesmarias, entregar glebas para senhores feudais, capitães, implantar pátios e colégios como este daqui de São Paulo, fortes como aquele lá de Itanhaém (KRENAK, 1999, p.28).

Ailton Krenak utiliza uma linguagem poética e filosófica para transmitir suas ideias, combinando sua experiência pessoal como liderança indígena com uma análise crítica da história e da situação atual da humanidade.

Apesar de percebermos uma boa apresentação textual, que permite uma reflexão crítica da construção da sociedade neste país, vemos que o livro trouxe também uma visão ultrapassada de imagem do indígena, pois a mesma mostra um grupo de indígenas nus, trabalhando cotidianamente em grupos, passando a ideia de liberdade. De fato, reflete uma visão ultrapassada e estereotipada do indígena, uma vez que perpetua uma imagem romantizada e simplificada desses povos. Essa representação tende a ignorar a diversidade cultural, histórica e social das comunidades indígenas, reduzindo-as a uma imagem exótica e

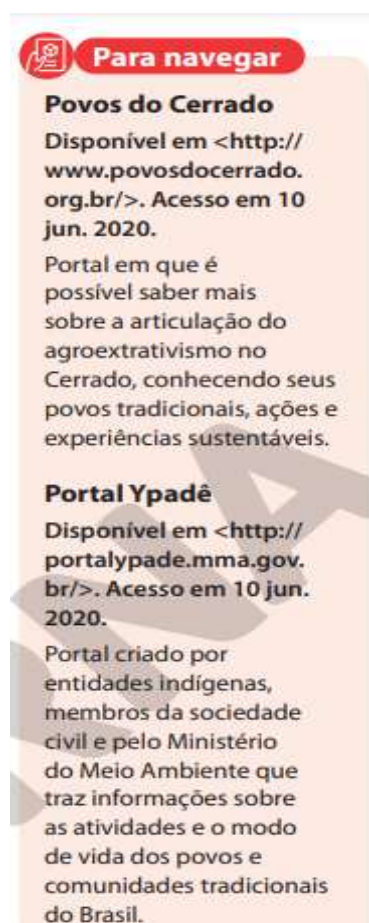
descontextualizada.

Essa visão desconsidera também os desafios reais que enfrentam, como a luta pela demarcação de terras, a preservação de suas línguas e culturas, e a defesa de seus direitos humanos e territoriais. Essa romantização pode obscurecer as questões urgentes que os povos indígenas enfrentam, contribuindo para sua invisibilidade e marginalização na sociedade.

No capítulo 14, *Impactos das atividades econômicas nas cidades e no campo*, os povos indígenas são mencionados como povo do cerrado, em uma parte complementar do texto. O texto trata impactos ambientais decorrentes das atividades energético-mineradoras e de exploração dos recursos naturais, que traz consequências sérias ao meio ambiente e também aos moradores do local.

No lado direito da página em destaque de cor diferenciada são apresentados dois endereços eletrônicos para pesquisar, em que o estudante terá mais informação.

Figura 06. Links de pesquisa



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.139).

Segundo o livro, no portal ‘Povos do Cerrado,’ é possível saber sobre a articulação do

agroextrativismo no cerrado, conhecendo seus povos tradicionais, ações e experiências sustentáveis. O 'Portal Ypadê', criado por indígenas, traz informações sobre as atividades e o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Aqui a temática indígena apareceu separadamente, de forma informativa, deixando para segundo plano ou a quem desejar saber sobre, como sugestão.

As economias indígenas sempre mostraram alto grau de sustentabilidade, em grande parte pela capacidade que têm de estabelecer relação integrada de vida, em que formas específicas da organização social, das relações de parentesco, dos rituais sociais e religiosos apresentam funções indispensáveis ao estabelecimento do equilíbrio. Este se dá não através do domínio da natureza, mas por meio da compreensão em relação a ela e o respeito, o que implica decifrar sua linguagem, seu funcionamento, suas forças e seus mistérios, pois a sobrevivência humana depende da sua capacidade de cooperar, respeitar e integrar-se a esta natureza (BANIWA, 2006, p.190).

Dos 16 capítulos que compõe o volume 03, *Povo, Território e Estado em diferentes tempos e espaços*, apenas um deles faz referência aos povos indígenas por meio do texto intitulado *Povo, nação e território*. Esse texto discute conceitos fundamentais para o estudo de geografia e história, como território, nação e Estado-nação. No trecho em que conceitua o termo "povo", são mencionados os grupos indígenas, associados à ideia de povos que não possuem uma identificação especial com um território nacional delimitado. Um exemplo disso é a etnia Macuxi, que vive na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na fronteira entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela.

Figura 07. Etnia Macuxi



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.25).

Essa complexidade é relevante quando consideramos a crítica de Ailton Krenak ao conceito de nação e sua defesa do conceito de etnoterritório. Enquanto o conceito de nação

muitas vezes implica uma identidade nacional homogeneizadora, o etnoterritório reconhece e valoriza as diferentes identidades culturais e territoriais dos povos indígenas.

Os povos indígenas, como os Macuxi, muitas vezes têm uma relação ancestral com suas terras, mas essa relação pode transcender as fronteiras nacionais estabelecidas pelos Estados-nação. Portanto, o conceito de etnoterritório, que considera a historicidade dos movimentos territoriais indígenas e se opõe ao conceito problemático de nação, oferece uma perspectiva mais integradora e respeitosa da diversidade cultural e territorial dos povos indígenas, destacando a necessidade de respeitar os direitos territoriais e a autonomia das comunidades étnicas em suas próprias terras.

O termo “povo”, por sua vez, quase sempre está associado a parcelas da população, pessoa ou grupos sociais explorados economicamente e desfavorecido socialmente. Para ilustrar e reforçar a posição desse conceito é utilizado a imagem do grupo indígena Macuxi, em uma atividade ritualística de dança entre crianças e adultos.

O volume 04 possui 15 capítulos, sendo que no capítulo 05, na temática *Mundo social: reflexões sobre o mundo em transformação*, encontra-se uma fotografia de Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena eleita a deputada federal na nossa história. Abaixo da foto há um texto que diz que sua eleição representou uma conquista para as mulheres indígenas do país, fortalecendo suas lutas e representatividade.

Figura 08. Deputada federal Joênia Wapichana



As mudanças podem ser percebidas em muitas esferas da vida social. Uma delas é o mundo político. No Brasil, em 2018, a deputada federal Joênia Wapichana foi eleita a primeira mulher indígena da nossa história. Sua eleição representou uma conquista para as mulheres indígenas do país, fortalecendo suas lutas e representatividade. Foto de 2019.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al.,2020, p.50).

A presença de Joênia Wapichana como a primeira mulher indígena eleita deputada federal na história do Brasil é um marco significativo e inspirador. Sua eleição representa um avanço na representação política dos povos indígenas e uma oportunidade para trazer suas

vozes e perspectivas para os mais altos níveis do governo.

No entanto, é importante reconhecer que a eleição de uma única pessoa não é suficiente para resolver os profundos desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil e em todo o mundo. Ainda há uma necessidade urgente de políticas que garantam a proteção dos direitos territoriais, culturais e humanos dos povos indígenas, bem como a promoção de uma verdadeira participação dessas comunidades na tomada de decisões que afetam suas vidas e territórios.

Portanto, enquanto se celebra a conquista histórica de Joênia Wapichana, é importante também continuar pressionando por políticas e práticas que promovam a justiça, a igualdade e o respeito pelos direitos dos povos indígenas em todas as esferas da sociedade.

O capítulo 9, intitulado de *Movimento sociais, relações de poder e território*, traz um texto que analisa movimentos sociais do Brasil contemporâneo, além de conceituar, reconhecer e relacionar a atuação dos movimentos sociais. Na página 91, em destaque está a imagem de Ailton Krenak, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987). Em protesto pela ausência de visibilidade da questão indígena no texto do projeto da nova Constituição, pintou seu rosto com uma tinta de jenipapo, símbolo de luto entre seu povo. Há também um texto que diz que os movimentos sociais tiveram atuação fundamental na elaboração da Constituição de 1988.

Figura 09. Manifestação social indígena



Em 1987, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o então jovem presidente da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, em protesto pela ausência de visibilidade da questão indígena no texto do projeto da nova Constituição, pintou seu rosto com uma tinta de jenipapo, símbolo de luto entre seu povo. Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), 1987.



De acordo com o *Atlas de conflitos na Amazônia*, de 2017, o estado do Amazonas registrou 66 conflitos no campo. Na foto, indígena de Lagoa Azul resiste a uma ação de reintegração de posse. Manaus (AM), 2008.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.91 - 93).

Nas imagens acima, presenciamos as diversas e constantes formas de resistências e protestos dos povos indígenas na luta pela sobrevivência. Esta violência contra os povos originários não cessa, desde que o país foi colonizado pelos europeus. Krenak em seu livro “o eterno Retorno do Encontro” sugere uma ideia de ciclos e repetições, enfatizando a

importância do encontro e da conexão entre diferentes seres humanos e com a natureza ao longo do tempo. “Os nossos encontros, eles ocorrem todos os dias e vão continuar acontecendo, eu tenho certeza, até o terceiro milênio, e quem sabe além desse horizonte” (Krenak, 1999, p. 28). Assim,

Só quando conseguirmos reconhecer essa diferença não como defeito, nem como oposição, mas como diferença da natureza própria de cada cultura e de cada povo, só assim poderemos avançar um pouco o nosso reconhecimento do outro e estabelecer uma convivência mais verdadeira entre nós (KRENAK, 1999, p.24).

Krenak provoca uma reflexão sobre a forma como as sociedades contemporâneas se distanciaram desse encontro e como isso tem contribuído para a crise ambiental, política e social que enfrentamos atualmente.

No capítulo 15, o texto *A identidade nos espaços contemporâneos*, discorre sobre a construção das identidades a partir de suas relações espaciais, considerando diferentes escalas como local, regional, nacional e global. Na página 146, mostra imagem de celebração de uma das mais ancestrais culturas do mundo na reserva de Barangaroo, em Sidney, Austrália em 2018.

Figura 10. Celebração



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.146).

Este texto imagético, vem ilustrar a discussão sobre os conflituosos processos de construção das identidades nacionais e reforçar que manter a cultura de um povo é uma forma de resistência, e isso se dá pela construção identitária de seus espaços de vida com a ressignificação dos lugares em que esses nativos vivem, na busca pelo reconhecimento dos seus direitos.

O texto ressalta que os nativos perderam grande parte de seus territórios e das possibilidades de manter sua identidade cultural e espacial. Também aponta que na Austrália, os aborígenes foram “tirados do mapa” e que prevaleceu foi a cultura do colonizador.

O volume 05 abre a unidade de estudo com a temática “A América antes da conquista”, junto dela uma grande imagem abaixo destacada, que mostra uma família do povo Suruwaha, pescando o Rio Purus, fotografia de Sebastião Salgada, de 2017.

Figura 11. Capa de abertura da unidade



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.12-13).

O volume possui 16 capítulos, sendo que o capítulo 3 *Povoamento da América*, fala sobre as principais cidades e povos indígenas mesoamericanos (olmecas, maias, astecas e incas) e das suas contribuições significativas para o desenvolvimento cultural, tecnológico e social da Mesoamérica, deixando um legado duradouro que continua a influenciar a região até os dias de hoje.

No capítulo 04 o texto *Diversidade cultural e os povos originários* propõe discutir o conceito de diversidade cultural, examinar as condições que a favoreceram e traçar um panorama geral das características sociais, políticas e culturais dessas populações. Nas páginas 39 e 40, há um texto intitulado *Diversidade cultural: problematizando um conceito*, onde se discute a diversidade cultural explicando por que ela não se reduz a uma simples diferença entre as sociedades. Traz ainda uma discussão sobre a globalização e as

possibilidades de conhecer e apreciar a complexidade da vida em sociedade. Ao facilitar a interconexão entre diferentes partes do mundo, a globalização nos expôs a uma variedade de culturas, tradições e modos de vida que anteriormente poderiam ter sido desconhecidos ou inacessíveis.

Essa exposição à diversidade cultural não apenas enriquece as experiências individuais, mas também desafia a refletir sobre as complexidades e nuances das sociedades humanas. Ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural, pode-se promover o respeito mútuo, a compreensão intercultural e a construção de sociedades mais acolhedoras e compreensivas.

A imagem abaixo, da p.39, ilustra o texto para expressar a forma de interpretação da etnia Macuxi, acerca dos símbolos de seu universo. O artista Jaider Esbell, da Etnia Macuxi, representa os diversos elementos e símbolos de seu universo, e representa a diversidade cultural que é uma das principais características da América.

Figura 12. Pintura do artista indígena Jaider Esbell

A diversidade cultural é uma das principais características da América. A pluralidade de povos, hábitos, costumes e valores produz formas distintas de interpretar o mundo, a vida e a natureza. Nessa obra, de 2018, o artista Jaider Esbell, da etnia Macuxi, da Amazônia brasileira, expressa os diversos elementos e símbolos de seu universo.



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.39).

A pintura de Jaider Esbell, artista indígena da etnia Makuxi, reflete profundamente sua conexão com as tradições e cosmologia de seu povo, ao mesmo tempo em que dialoga com questões contemporâneas de identidade e resistência. Nascido em Roraima, Esbell emergiu como uma das vozes mais influentes da arte indígena contemporânea no Brasil. Sua obra combina elementos tradicionais com técnicas modernas, criando uma fusão que desafia a visão ocidental predominante da arte e da cultura indígena.

Esbell utilizou sua arte como um meio de resistência cultural e política, abordando questões socioambientais e decoloniais. Sua participação na 34ª Bienal de São Paulo foi um

marco em sua carreira, onde suas obras trouxeram um olhar crítico sobre a relação entre a sociedade brasileira e os povos indígenas, convidando o público a reconsiderar as narrativas históricas sob a perspectiva indígena.

Essa obra é um exemplo emblemático do estilo de Esbell, onde a simbologia Makuxi é reimaginada em formas e cores que evocam tanto a tradição quanto a inovação. Através dessa obra, Esbell não apenas afirma a vitalidade da cultura indígena, mas também provoca reflexões sobre a necessidade de um diálogo mais profundo entre o Brasil contemporâneo e suas raízes indígenas. Essa reflexão se torna ainda mais urgente quando confrontada com a visão crítica de Krenak sobre a globalização. Enquanto o livro didático apresenta a globalização como um fenômeno positivo em termos de exposição e conhecimento de outras culturas, Krenak alerta para os riscos de uma homogeneização cultural promovida por essa força global. Para ele, a globalização não é apenas um fenômeno econômico, mas também uma ameaça às culturas locais, como a dos povos indígenas, que podem ver suas tradições e conhecimentos apagados em prol de uma cultura dominante e de um mercado global que explora desenfreadamente os recursos naturais em suas terras.

Assim, de acordo com Krenak (2017), a sociedade contemporânea exclui 70% de seus próprios membros do conceito de humanidade, privando-os das condições essenciais para existir com dignidade, cidadania e emancipação histórica e espiritual. O autor prossegue em sua crítica ao destacar que, na era contemporânea da globalização, as grandes corporações estão devastando a natureza e substituindo-a por ambientes artificiais nos quais vivemos.

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiveram vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (KRENak, 2017, p.9).

Além disso, Krenak critica a desigualdade exacerbada pela globalização, onde poucos se beneficiam enquanto muitos sofrem as consequências negativas, como a degradação ambiental e a marginalização socioeconômica das comunidades tradicionais. A visão de Krenak sobre a globalização é profundamente crítica, destacando a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e responsável para garantir a preservação das culturas e dos ecossistemas indígenas.

O mesmo capítulo trata a organização social e política, as cosmologias ameríndias e a inter-relação entre natureza, símbolos e artefatos materiais. Os textos apresentam a relação

dos povos originários com suas divindades, rituais e símbolos ilustrando bem essa cosmologia, que caracteriza a diversidade cultural entre as tradições.

Figura 13. Dança de guerra dos iroqueses, grafismo e pintura corporal



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.41-43).

O texto apresenta a forma de vida dos originários, partindo de um olhar ocidental, externo à cultura, que descreve friamente a cosmologia e a estrutura social e política dos povos, não capturando completamente a complexidade e profundidade das culturas e sistemas sociais indígenas. Ao observar as imagens acima, que ilustram o texto, percebe-se que reforçam a ideia de que a comunidade indígena se limita a rituais com pinturas corporais e muita simbologia, independente de etnias. As organizações sociais e políticas, as novas organizações e estruturas das comunidades não são apresentadas. Até os momentos das imagens são neste sentido, grupos dançando, rituais, corpos pintados e atividades rotineiras na comunidade. Na realidade temos muitos indígenas em diversos contextos sociais brasileiros, como Universidades e instâncias governamentais.

A descrição da estrutura social e política reflete uma perspectiva ocidental de autoridade e tomada de decisões, sem reconhecer plenamente as práticas de liderança e governança indígenas, que muitas vezes são mais coletivas e descentralizadas. Não contextualiza as práticas culturais e sociais dos povos indígenas dentro de suas histórias coloniais e contemporâneas, negligenciando as influências de políticas governamentais, conflitos territoriais e outras pressões externas.

Ainda no capítulo 04, o texto *Povos indígenas hoje: reconstruindo identidade e formas de resistência*, apresenta os impactos da colonização para os povos indígenas, os problemas que enfrentam na atualidade e as reivindicações dos seus movimentos. A imagem abaixo apresenta o movimento realizado em 2019, em Washington, Estados Unidos, para denunciar as injustiças globais que atingem essas populações.

Figura 14. Movimento indígena na América do Norte



Em 18 de janeiro de 2019, povos indígenas de diversas etnias fizeram uma marcha em Washington, Estados Unidos, para denunciar as injustiças globais que atingem essas populações. Na imagem, mulheres indígenas caminham pelas ruas da cidade, empunhando cartazes pedindo justiça para as mulheres indígenas mortas e desaparecidas.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.44).

O texto nos induz a pensar que os movimentos de lutas acontecem, mas não no Brasil, posto que aqui os povos indígenas também não são respeitados e valorizados. O silenciamento e a invisibilidade dos povos indígenas no Brasil podem ser atribuídos a uma série de fatores complexos e interconectados. Um dos principais problemas é a persistência de estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade brasileira, que muitas vezes marginalizam e desvalorizam as culturas e os direitos dos povos indígenas.

Além disso, há interesses econômicos poderosos, como a exploração de recursos naturais em terras indígenas, que muitas vezes entram em conflito com os direitos territoriais e ambientais desses povos. Empresas e setores políticos com interesses nessas atividades econômicas podem exercer pressão para silenciar as vozes dos povos indígenas ou retratá-los de forma negativa, a fim de avançar em seus próprios objetivos.

Outro fator é a falta de políticas públicas eficazes e respeito aos direitos indígenas por parte do governo, o que resulta em negligência e violações constantes desses direitos. A ausência de representação adequada dos povos indígenas nos processos decisórios também

contribui para sua invisibilidade e marginalização.

O silenciamento e a invisibilidade dos povos indígenas no Brasil são alimentados por uma combinação de preconceito, interesses econômicos conflitantes e falhas nas políticas públicas, os quais impedem o pleno reconhecimento e respeito pelos direitos e culturas desses povos.

O livro didático *Índio, indígenas ou povos originários?* (p. 45), de Coet, Paladino e Russo Americano, faz uma reflexão importante sobre o uso incorreto e generalizado dos termos "Índios" ou "indígenas", que muitas vezes não correspondem à maneira como os próprios povos se identificam. Ao lado do texto, há também sugestões de filmes e documentários que buscam ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas. Um desses documentários é *Vozes indígenas da América Latina: nós somos o documento da Terra*, que, por meio de entrevistas com diversas comunidades ao longo da América Latina, rompe as barreiras impostas pelos estados nacionais e aborda questões centrais para os povos originários, como mudanças climáticas, gestão da água, consulta prévia, combustíveis fósseis e a luta pela demarcação de terras.

Esses temas são urgentes e refletem as questões mais prementes para as comunidades indígenas, que enfrentam não apenas a devastação ambiental, mas também a negação de seus direitos fundamentais, como a participação nas decisões sobre seus próprios territórios. O documentário é uma poderosa ferramenta para aumentar a conscientização, pois traz as experiências e lutas dessas comunidades à tona, proporcionando uma perspectiva que não só aborda o impacto ambiental, mas também reconhece as soluções tradicionais e sustentáveis que os povos indígenas oferecem para a preservação do meio ambiente.

Outro documentário importante é *Mê Ôk, nossa pintura*, que nos leva ao sul do Pará, onde a etnia Mebêngôkre-Kayapó preserva uma arte ancestral transmitida de geração em geração pelas mulheres. A pintura corporal, que remonta a tempos mitológicos, não é apenas uma forma de expressão artística, mas um meio vital de transmitir histórias, crenças e a cosmovisão de uma comunidade. As mulheres, como guardiãs dessa tradição, desempenham um papel fundamental na preservação da cultura indígena, reafirmando sua identidade e resistência frente às adversidades.

No entanto, a representação da mulher indígena nas obras mencionadas tende a mostrar uma visão idealizada e simplificada, associando-a muitas vezes a papéis restritos, como a pintura corporal. Embora essas práticas sejam profundamente significativas, é importante lembrar que as mulheres indígenas, como as Potiguara, estão assumindo papéis de liderança e protagonismo em suas comunidades e além delas. Elas são defensoras ativas dos

seus direitos, das suas culturas e da preservação dos seus territórios.

Ao revisitar essas narrativas, devemos não apenas valorizar as práticas tradicionais e a arte, mas também reconhecer o impacto real e profundo que os povos indígenas têm no Brasil e no mundo. Suas vozes e conhecimentos são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, onde suas lutas por dignidade, reconhecimento e direitos sejam finalmente ouvidas.

Antes, as mulheres tinham a sua atuação restrita a cuidar dos afazeres domésticos e da família, mas com o passar do tempo começaram a perceber que podiam e tinham o dever de fazer mais. Começaram a sair das cozinhas de suas casas e a trabalhar junto com as lideranças em prol de seu povo, mas sempre sofrendo o preconceito por parte dessas lideranças, que eram todos homens e não viam com bons olhos a entrada delas no movimento indígena. Insistentes nesse objetivo de ajudar sua comunidade, elas passaram a frequentar as reuniões, participar mais do Toré, envolver-se na política partidária e representarem suas aldeias (POTIGUARA, 2010, p.6).

Além disso, ao desenvolver as diversas atividades e papéis desempenhados por essas mulheres, desde ser mãe, parteira e agricultora até ocupar cargos de liderança política e social, é importante ressaltar a amplitude de suas contribuições para o bem-estar e o desenvolvimento de suas comunidades. Essas mulheres desempenham um papel vital nas esferas domésticas e tradicionais, como também são ativas na esfera pública, ocupando funções de líderes e defensoras de seus povos.

Na página 46, do livro didático, são apresentados dois textos escritos por antropólogos: *Sociedade e diversidade cultural*, de Lévi-Strauss e *Quem somos nós?* de Néstor Canclini. O primeiro texto aponta possíveis explicações para a grande diversidade cultural existente na América antes da chegada dos europeus, o segundo discute a dificuldade de reunir essa imensa diversidade em uma única categoria utilizando, para isso, os argumentos dos próprios indígenas.

É interessante notar como os textos de Lévi-Strauss e Canclini, mencionado no livro didático abordam a questão da diversidade cultural nas Américas de maneiras distintas. Enquanto Lévi-Strauss explora as possíveis explicações para essa diversidade antes da chegada dos europeus, Canclini se concentra na complexidade de categorizar e entender essa diversidade a partir da perspectiva dos próprios povos indígenas.

No entanto, ambos os textos parecem deixar de lado a questão crucial das relações entre cultura e território. A manutenção das identidades culturais está intrinsecamente ligada ao acesso e controle sobre territórios específicos. As práticas culturais, crenças e modos de vida muitas vezes se desenvolvem em estreita relação com o ambiente físico e os recursos

naturais de uma determinada região.

A falta de aprofundamento nessas questões territoriais pode ser vista como uma lacuna nos textos, pois a preservação da diversidade cultural depende além do reconhecimento e respeito às diferenças culturais, também do reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais. Sem abordar essas questões, é difícil compreender completamente os desafios enfrentados por esses grupos na preservação de suas identidades culturais em um mundo cada vez mais globalizado e em constante mudança.

O texto *A importância do etnoconhecimento para a ciência* (p. 48), da socióloga Marcia Maria de Oliveira, aborda a produção e transmissão de conhecimentos entre os povos indígenas da Amazônia. Esse conjunto de saberes, reconhecido como etnociências, constitui um elemento relevante da identidade dos grupos. O texto trata da importância dos conhecimentos indígenas para as ciências, e que a floresta é fundamental para que o etnoconhecimento aconteça, pois, além de ser o espaço que propicia a transmissão de conhecimento para outras gerações, é nela que se encontra a matéria-prima para elaboração dos remédios para a cura de doenças.

Não houve nenhum momento no texto a preocupação de esse conhecimento desaparecer devido à demarcação territorial. A falta de menção à demarcação territorial como um elemento relevante para a preservação dos conhecimentos indígenas é uma lacuna no texto, considerando a importância crucial das terras indígenas como espaços de preservação cultural, ambiental e de transmissão de conhecimento para as gerações futuras. A ameaça à integridade das terras indígenas por meio da invasão, desmatamento ou exploração econômica podem representar um sério problema em relação à preservação dos conhecimentos indígenas, bem como à continuidade das práticas culturais e sistemas de conhecimento tradicionais.

No capítulo 5 - *O povoamento e os primeiros habitantes do Brasil*, (p. 50 - 53), o texto discute sobre os primeiros povos do território que hoje constitui o Brasil e os vestígios deixados, que são parte da nossa história e identidade, constituindo um patrimônio cultural nacional.

Este texto trata da história pré-cabraliana, período anterior à chegada dos portugueses em território brasileiro, traz uma crítica ao termo pré-história por ser um termo eurocêntrico, que considera os povos ágrafos sem história. Nele também são apontadas pesquisas que mostram que as sociedades mais antigas, consideradas “primitivas”, “sem cultura”, e, portanto, “sem história”, são ricas em diversidade étnica e cultural. Pela arqueologia, as evidências apontaram que, antes da chegada dos portugueses, no Brasil, já havia grupos humanos antigos organizados de forma complexa.

É de se pensar que precisou de estudos arqueológicos para comprovar que as civilizações antigas tinham história e uma forma organizada de vida, já que os indígenas estavam aqui o tempo todo. Os povos indígenas têm uma história rica e complexa que remonta há milhares de anos, com suas próprias tradições, sistemas de conhecimento, formas de organização social, econômica e política. A história não pode ser contada pelos povos indígenas, precisou de um grupo de cientistas descobrir para ser considerada verdade e aceita pelo mundo.

Embora os estudos arqueológicos sejam importantes para ajudar a reconstruir e compreender as sociedades pré-colombianas, é essencial reconhecer que os povos indígenas contemporâneos são herdeiros vivos dessas tradições e continuam a manter suas culturas, línguas e formas de vida ancestrais. Suas histórias não começaram apenas com a chegada dos europeus, mas remontam há milênios de ocupação e interação com o ambiente.

Portanto, ao discutir a história do período anterior à invasão das Américas pelos europeus, é fundamental reconhecer a presença contínua e a contribuição dos povos indígenas, que são os verdadeiros guardiões da história e da cultura dessas terras. Toda essa reflexão nos leva a uma abordagem mais holística e abrangente da história das Américas, que valoriza e respeita as perspectivas e experiências dos povos indígenas.

No mesmo capítulo, página 57, A letra da música “Chegança”, de Antônio Nóbrega, alude ao encontro entre os povos originários e os europeus. São oferecidas também alguns questionamentos sobre a música, tais como a imagem abaixo.

Figura 15. Música chegada e Atividade

Chegança

“Sou Palaxó
Sou Xavante e Cariri
Ianomani, sou Tupi
Guarani, sou Carajá
Sou Pancaruru
Carijó, Tupinajé
Potiguar, sou Caeté
Ful-ni-o, Tupinambá

Depois que os mares dividiram os continentes
Quis ver terras diferentes
Eu pensei: Vou procurar
Um mundo novo
Lá depois do horizonte
Levo a rede balançante
Pra no sol me espreguiçar

Eu atraquei
Num porto muito seguro
Céu azul, paz e ar puro
Botei as pernas pro ar
Logo sonhei
Que estava no paraíso
Onde nem era preciso
Dormir para se sonhar [...]

Mas de repente
Me acordei com a surpresa
Uma esquadra portuguesa
Veio na praia atracar
Da grande-nau
Um branco de barba escura
Vestindo uma armadura
Me apontou pra me pegar

E assustado
Dei um pulo lá da rede
Pressenti a fome, a sede
Eu pensei: Vão me acabar
Me levantei de borduna já na mão
Ai, senti no coração
O Brasil vai começar.”

NÓBREGA, Antônio. *Chegança*.
In: Madeira que cupim não rói, 1997.

Atividades

Registre em seu caderno

Compreender

1. **Doc. 1** Como a letra dessa música representa o Brasil do período anterior à chegada dos portugueses?
2. O que significa “O Brasil vai começar”, no contexto apresentado na letra da canção?
3. Como podemos relacionar a segunda estrofe dessa canção com o que sabemos sobre a origem do homem americano?
4. **Doc. 2** Qual é a importância dos geoglifos para o estudo das sociedades pré-cabralinas?

Analisar

5. **Doc. 1** Como os europeus são descritos na letra da música? De acordo com seus conhecimentos, o pressentimento do indígena era justificável? Explique.
6. **Doc. 2** O que a localização dos geoglifos descobertos no Acre pode nos revelar a respeito da relação desses povos com o ambiente?

Retomar

7. Responda às questões-chave do início do capítulo.
 - É correto, ainda, se falar em “Pré-história” brasileira ou americana? Como é possível desvendar o passado de sociedades que não deixaram registros escritos? De que maneira o passado remoto tem a ver com o presente do Brasil?

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.57).

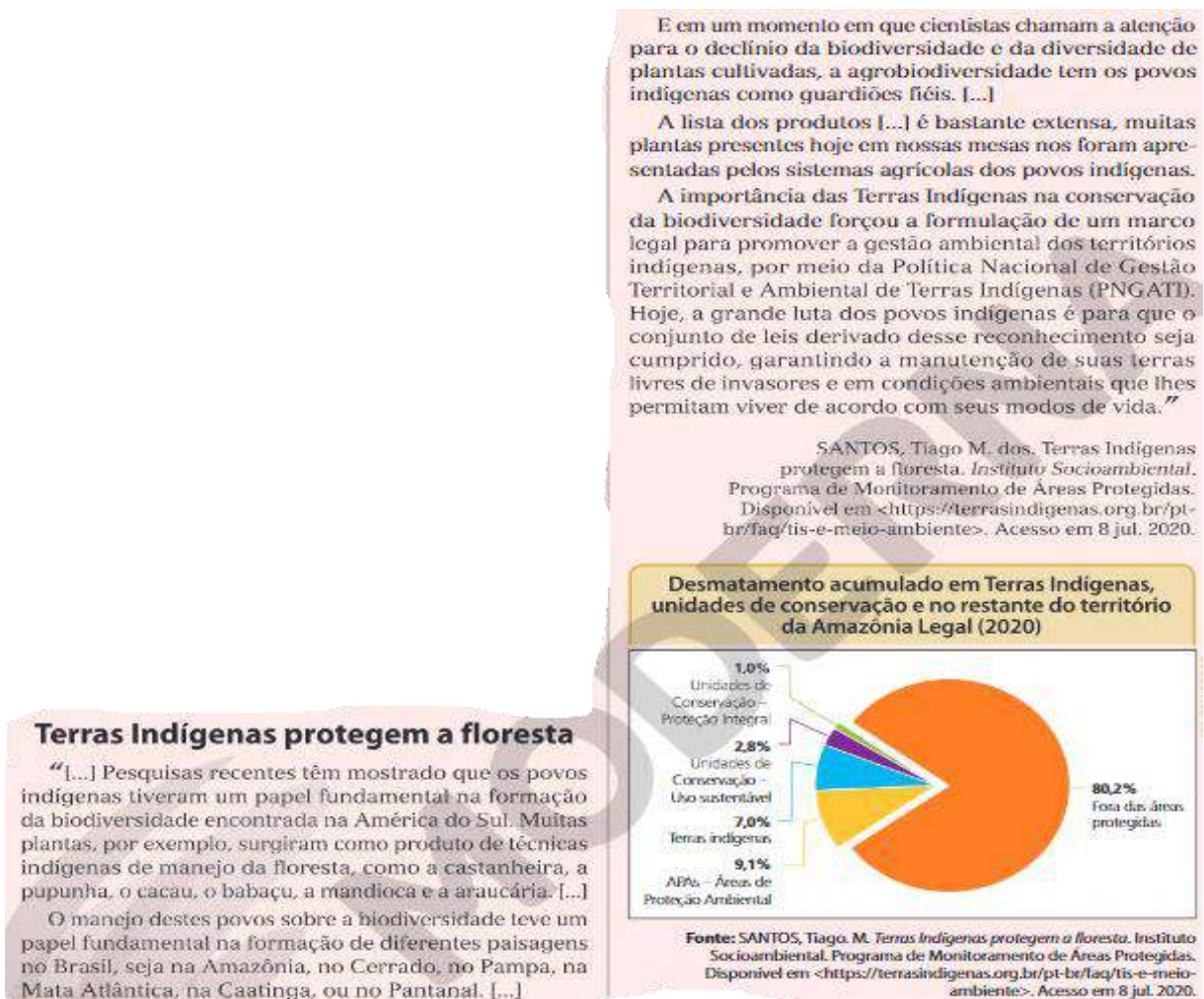
As questões apresentadas no livro, referentes à letra musical de Antônio de Nóbrega, trazem uma reflexão sobre a chegada dos portugueses em terras indígenas e os eventos subsequentes de massacre, violência e tortura que ocorreram a partir da colonização. A abordagem de questões históricas sensíveis como essa, especialmente quando se trata das experiências dos povos indígenas durante a colonização, certamente beneficia-se de uma análise detalhada e sensível. Explorar as perspectivas dos povos indígenas pode adicionar camadas de compreensão e empatia à narrativa, permitindo uma reflexão mais completa sobre os eventos históricos e suas consequências.

Ao discutir esses temas, é importante reconhecer a diversidade de experiências dentro das comunidades indígenas e considerar suas vozes e perspectivas como centrais para a narrativa. Essas discussões não apenas melhora o entendimento histórico, mas também favorece um diálogo mais inclusivo e respeitoso sobre o legado da colonização e suas implicações contemporâneas.

No capítulo 6, intitulado *Paisagens naturais do Brasil*, na página 65 temos o texto *Terras indígenas protegem a floresta*, e um gráfico onde o antropólogo Tiago Moreira dos

Santos destaca a participação dos indígenas na formação da biodiversidade encontrada na América do Sul e a importância do manejo sustentável praticado pelos nativos em seus territórios.

Figura 16. Texto Paisagens naturais do Brasil



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.65).

Esse texto destaca a importância das comunidades indígenas como guardiãs das florestas e praticantes de um manejo ambiental sustentável, que vai além da simples utilização dos recursos naturais. Com sensibilidade e profundo respeito pela natureza, os povos indígenas aplicam conhecimentos ancestrais em práticas como a agricultura tradicional, a coleta sustentável e a gestão de áreas protegidas, preservando a biodiversidade enquanto garantem suas necessidades. Tiago Moreira dos Santos, antropólogo, chama a atenção para a sabedoria desses povos, cujas ações são fundamentais para a conservação do ecossistema local.

Contudo, o texto também toca em uma questão delicada: a invisibilidade dos antropólogos indígenas no ambiente acadêmico e educacional. Embora suas contribuições sejam fundamentais para aprofundar o entendimento das culturas e práticas indígenas, suas vozes muitas vezes não recebem o reconhecimento merecido. Isso reflete uma herança da antropologia, que por muito tempo foi construída a partir da visão de estudiosos não indígenas e que ainda lida com estereótipos e preconceitos. Infelizmente, essas barreiras culturais e institucionais contribuem para a exclusão de suas perspectivas, perpetuando uma visão limitada e desequilibrada das culturas indígenas.

Para mudar essa realidade, é necessário reconhecer e acolher verdadeiramente as contribuições dos antropólogos indígenas, valorizando suas vozes e incorporando suas experiências na academia e na educação de forma autêntica e significativa. Quando apoiamos suas pesquisas e promovemos sua liderança nesses espaços, não apenas enriquecemos o conhecimento sobre as culturas indígenas, mas também damos um passo em direção a uma representação mais justa e inclusiva de seus saberes e histórias na sociedade.

Sobre a abordagem paisagens naturais do Brasil, Baniwa aborda.

O incremento abusivo da produtividade da terra para a exportação e a industrialização está resultando em profunda deterioração da vida humana no campo, além de acirrar os conflitos agrários e fundiários. Vivemos na atualidade um brusco e irracional aumento da exploração dos recursos naturais, resultado da influência das políticas neoliberais que ampliam os problemas locais e globais relacionados com a degradação do meio ambiente (BANIWA, 2006, p.100).

A preocupação dos indígenas, conforme Baniwa (2006) é proteger o planeta e conservar a visão comunitária e sagrada da natureza, enquanto a economia do bem-estar no sistema global capitalista é total destruição do meio ambiente. Depois de toda devassidão espera-se que os povos indígenas recuperem os estragos provados, como salvadores do planeta.

É certo que no Brasil de hoje ainda muitos brasileiros nos vêem como índios preguiçosos, improdutivos, empecilhos para o desenvolvimento. Outros nos vêem como valiosos protetores das florestas, dos rios, e possíveis salvadores do planeta doente em função da ambição de alguns homens brancos que estão devastando tudo o que encontram pela frente. E nós índios, o que pensamos de nós mesmos? Ou melhor, como nos identificamos ou nos posicionamos diante de nós mesmos e diante da sociedade brasileira e da humanidade? (BANIWA, 2006, p.18 - 19).

A visão eurocêntrica sobre a proteção da floresta pelos povos indígenas muitas vezes

simplifica e reduz a complexidade das relações entre os indígenas e seu ambiente. Ao retratar a proteção da floresta como a única finalidade dos povos indígenas, essa perspectiva tende a desconsiderar outros aspectos igualmente importantes da relação entre esses povos e suas terras, bem como a diversidade de práticas e valores culturais dentro de suas comunidades.

Quando os índios se propõem a reflorestar uma área degradada, além de recuperarem espécies florestais, eles estão trazendo de volta os espíritos e os deuses que foram afugentados pela destruição. E esses espíritos e deuses são fundamentais para o equilíbrio da vida na terra, evitando doenças e outras desgraças, como reação da própria natureza ameaçada ou destruída (BANIWA, 2006, p.102).

Os povos indígenas desempenham um papel fundamental na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, isso muitas vezes decorre de suas próprias crenças espirituais, cosmovisões e práticas tradicionais de manejo sustentável da terra. Para muitos povos indígenas, a relação com a terra vai além de simplesmente protegê-la como um recurso natural, ou seja, ela é central para sua identidade, espiritualidade e formas de vida.

No capítulo 7, *O modo de existência dos ameríndios e a visão europeia*, na página 66, temos o texto intitulado *Os povos da diversidade* da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha. O texto faz um paralelo entre os indígenas e o branco ocidental e sua relação com a natureza. Neste sentido, o trecho abaixo da antropóloga são reflexões que vários autores indígenas já disseram. Por que não usar a literatura indígena neste momento?

Figura 17. Cosmologia indígena

A formulação "nós: eu, você, a montanha e o rio", comum entre os povos indígenas, nos causa estranhamento porque utilizamos o pronome "nós" para indicar um conjunto de pessoas, humanos, e não coisas ou elementos da natureza. Em nosso pensamento, o mundo da cultura, propriamente humano, é contraposto ao da natureza. Para os povos indígenas, ao contrário, tudo é natureza, e o indivíduo se identifica e é identificado nela. Um indígena sente que pertence à totalidade da natureza e que dialoga com ela – conversa com as árvores, as montanhas e os rios, reconhece a personalidade desses elementos da natureza, por meio dos quais reencontra sua ancestralidade, seus pais e avós.

Fonte Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.67).

Em relação a invisibilidade indígena na produção e reconhecimento literário Krenak fala:

Quase não existe literatura indígena publicada no Brasil. Até parece que a única língua no Brasil é o português e aquela escrita que existe é a escrita feita pelos brancos. É muito importante garantir o lugar da diversidade, e

isso significa assegurar que mesmo uma pequena tribo ou uma pequena aldeia guarani, que está aqui, perto de vocês, no Rio de Janeiro, na serra do Mar, tenha a mesma oportunidade de ocupar esses espaços culturais, fazendo exposição da sua arte, mostrando sua criação e pensamento, mesmo que essa arte, essa criação e esse pensamento não coincidam com a sua ideia de obra de arte contemporânea, de obra de arte acabada, diante da sua visão estética, porque senão você vai achar bonito só o que você faz ou o que você enxerga (KRENAK, 1999, p.30).

Krenak reforça a importância da diversidade cultural, a necessidade de reconhecer e respeitar os direitos dos povos indígenas e o papel fundamental da arte, da espiritualidade e da solidariedade na construção de um futuro mais justo e sustentável. O autor fala que “Tem um esforço comum que nós podemos fazer que é o de difundir mais essa visão de que tem importância sim a nossa história, que tem importância sim esse nosso encontro, e o que cada um desses povos traz de herança, de riqueza na sua tradição, tem importância, sim” (Krenak, 1999, p. 30).

Figura 18. Ritual do Kuarup da etnia Waurá



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.66).

A imagem acima apresenta um ritual muito praticado nas diversas etnias indígenas, que é a celebração da memória dos mortos. Mas, para que essa imagem tenha uma função didática crítica faz-se necessário trazer as cosmologias dos povos originários. Caso contrário podemos estar reforçando um certo exotismo com relação a essas culturas.

Baniwa (2006) fala que para os indígenas, o invisível faz parte do visível, assim como os não-humanos fazem parte dos humanos. O mundo dos mortos, dos espíritos e dos deuses não está em outra dimensão cósmica, está na própria natureza que constitui o território indígena. Sobre as danças ritualísticas Krenak fala:

Algumas danças nossas, que algumas pessoas não entendem, talvez achem que a gente esteja pulando, somente reagindo a um ritmo da música, porque não sabem que todos esses gestos estão fundados num sentido imemorial, sagrado. Alguns desses movimentos, coreografias, se você prestar atenção, ele é o movimento que o peixe faz na piracema, ele é um movimento que um bando de araras faz, organizando o vôo, o movimento que o vento faz no espelho da água, girando e espalhando, ele é o movimento que o sol faz no céu, marcando sua jornada no firmamento e é também o caminho das estrelas, em cada uma das suas estações (KRENAK, 1992, p.2).

Dessa forma, as narrativas das histórias antigas, que são as memórias contadas, são elucidadas pelo contexto paisagístico. São heranças culturais que mantêm viva a esperança dos jovens nativos em poder continuar e a natureza é parte integrante dessa história. Um povo sem memória é um povo sem história. Na página 67, temos o texto *Destituição dos sentidos*, que faz pensar sobre as utilidades das coisas e a contribuição da ciência moderna para esse pensamento, a fim de dominar a natureza e explorá-la. No mesmo capítulo, há um texto intitulado de Destituição de sentidos em que há um trecho do livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak, cuja crítica aborda um tipo de humanidade que ele chama de zumbi, na qual as pessoas estão sendo convocadas a se integrarem.

Figura 19. Indígena Kamaiurá



Na foto, indígena Kamaiurá mergulha na cachoeira Santa Bárbara, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), em 2017.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p. 67).

Figura 20. Indígena Kayapó

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.68).

Para ilustrar o texto são apresentadas as duas imagens acima, de grupos étnicos diferentes do Estado de Goiás, ambas mostrando os indígenas nus, em sua atividade diária, dentro de contexto histórico ingênuo e romantizado, de um grupo integrado à natureza, vivenciando tranquilamente sua cultura.

Neste momento, caberia uma reflexão e imagens que demonstrassem com mais realismo as diferentes maneiras de entender a realidade, de vivenciar a natureza e dar sentido à vida. Mostrar a maneira como a sociedade ocidental entende a natureza e se relaciona com ela. Não é interessante apresentar essa realidade “nua e crua”, de total destruição, evidenciaria a tolice da ambição que contribui para a doença e morte da própria espécie.

Evidenciar a realidade como as comunidades indígenas valorizam e respeitam a natureza como uma parte intrínseca de sua identidade e cosmovisão, torna-se interessante, posto que essa maneira de se relacionar e entender a natureza daria visibilidade e contribuiria para reforçar suas lutas por território.

Em vez de perpetuar estereótipos prejudiciais, uma abordagem mais crítica e enriquecedora seria destacar as contribuições significativas dos povos indígenas para a conservação ambiental e para uma compreensão mais profunda da relação entre os seres humanos e a natureza. Isso nos ajudaria a promover uma visão mais equilibrada e respeitosa das diferentes formas de entender e viver em conexão com o mundo natural.

A página 68 apresenta um pequeno texto e apenas duas questões, abaixo registrados, que fala sobre *As Terras Indígenas*. O trecho ressalta sobre como as terras Indígenas no Brasil têm sido objeto de intensos debates e polêmicas, especialmente no que diz respeito à

demarcação e proteção desses territórios.

Figura 21. Atividade do livro didático

De olho no presente

As Terras Indígenas

A colonização europeia, além de causar o extermínio de muitos povos indígenas e alterar suas práticas culturais tradicionais, estabeleceu uma relação diferente de exploração da terra. Em um processo progressivo, os indígenas foram perdendo sua territorialidade. Atualmente, a demarcação de terras indígenas no Brasil tem sido objeto de polêmicas. Alguns setores da sociedade buscam explorá-las comercialmente e são contrários à demarcação. Outros veem na demarcação uma maneira de defender os direitos indígenas, entre os quais o direito à terra, para garantir seu modo de existência.

Questões

1. Explique por que a necessidade atual de demarcação das Terras Indígenas pode ser considerada uma herança dos processos de constituição do Brasil e de colonização.
2. Qual é a sua opinião sobre a demarcação das Terras Indígenas? Justifique.

Registre em seu caderno

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.68).

Muitas vezes, esses debates envolvem interesses econômicos, políticos e ideológicos, que podem obscurecer a importância fundamental da preservação dos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas. Nesse sentido, uma pedagogia descolonizadora é fundamental para promover uma educação mais justa e contextualizada. Ela reconhece e confronta as estruturas de poder, dominação e opressão que historicamente têm permeado os sistemas educacionais, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais.

Um educador que traga informações adequadas sobre essa temática desempenha um papel determinante nesse processo. Ele não apenas fornece conhecimentos sobre a história e as dinâmicas do colonialismo e suas consequências, mas também promove uma reflexão crítica sobre como essas estruturas continuam a afetar as sociedades contemporâneas.

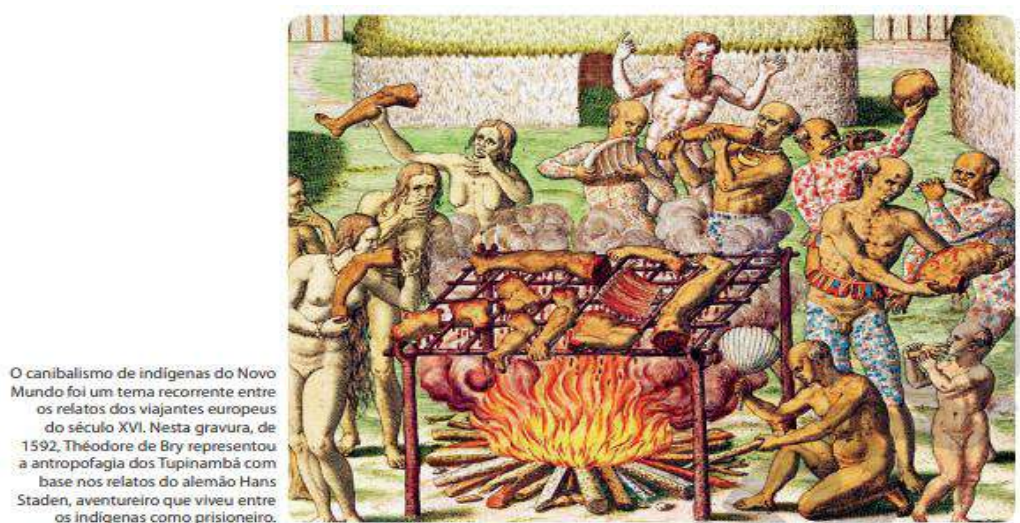
É importante refletir sobre como as políticas de demarcação de terras indígenas podem contribuir para a descolonização do pensamento e das práticas sociais, promovendo uma maior valorização da diversidade cultural e uma relação mais equilibrada e respeitosa entre os seres humanos e o meio ambiente. Esse processo envolve o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, assim como a promoção de políticas públicas que garantam sua participação efetiva na gestão e no uso sustentável desses territórios, de acordo com seus modos de vida e suas cosmovisões.

Uma pedagogia descolonizadora e educadores comprometidos com essa abordagem têm o potencial de transformar as práticas educacionais, ressignificar as estruturas sociais mais amplas, e assim, contribuir efetivamente para a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias.

Ainda na página 68, o texto *A humanidade e o projeto civilizador* e na 69 - *Imposição do imaginário português*, apresentam as diversas narrativas de fantasias e ideias europeias sobre as riquezas das terras americanas e ingenuidade dos indígenas. Essas narrativas contribuíram para moldar as relações entre os colonizadores europeus e os povos indígenas das Américas, que frequentemente resultaram em exploração, violência e desumanização dos povos nativos. É importante reconhecer e problematizar essas representações eurocêntricas para uma compreensão mais completa e congruentes da história e das dinâmicas coloniais.

Na página 70 temos o texto *Deus e o diabo na terra de Santa Cruz* ilustrado pela gravura, de 1592, Théodore de Bry.

Figura 22. Gravura de 1592 Théodore de Bry



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.70)

A representação da antropofagia dos Tupinambá na gravura de Théodore de Bry, baseada nos relatos de Hans Staden, é um exemplo histórico complexo e controverso. A gravura, criada em 1592, reflete além das percepções e preconceitos da época, também a narrativa eurocêntrica predominante sobre os povos indígenas das Américas.

Hans Staden, um aventureiro alemão do século XVI, foi capturado pelos Tupinambá e viveu entre eles como prisioneiro por um tempo. Seus relatos sobre as práticas de antropofagia e outros aspectos da cultura tupinambá foram posteriormente publicados e

amplamente divulgados na Europa. No entanto, é importante reconhecer que as narrativas de Staden e a representação de Bry foram influenciadas pelo contexto cultural e pelas agendas da época.

A gravura de Bry, perpetua estereótipos e visões eurocêntricas negativas sobre os povos indígenas. Ao retratar a antropofagia de forma sensacionalista e pejorativa, contribui para uma imagem distorcida e desumanizadora dos Tupinambá e de outros povos indígenas.

Na página 71, o texto *Humanidade: intolerância à diversidade, negação da identidade*, discute.

A civilização europeia trouxe para o Brasil e para todo o Novo Mundo a lógica dos ganhos, do lucro e do trabalho voltado para a produção, o acúmulo e o comércio de mercadorias – lógica que depois se desenvolveria plenamente com o capitalismo. Trouxe a racionalidade e o planejamento da vida, a análise como forma primordial de entender a realidade e o divórcio irreconciliável entre ser humano e natureza (ROMEIRO et al., 2020, p.71).

A citação acima, reforça também que além disso, essa civilização introduziu a intolerância à diversidade e a negação das identidades locais e indígenas, resultando em um legado de desigualdade e exploração que continua a impactar profundamente as sociedades contemporâneas.

Neste mesmo texto, há um fragmento do texto de Krenak, que diz “Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história” (Krenak, 2019, p. 11).

Em suas obras e discursos, Krenak nos convida a refletir sobre a necessidade de romper com a lógica de exploração e acumulação que nos foi legada e a abraçar uma visão de mundo que respeite e celebre a diversidade e as identidades locais. Somente assim, segundo ele, poderemos adiar o fim do mundo e criar um futuro sustentável para todos.

A respeito dessa visão estereotipada descrita, na página 72 há dois textos. O primeiro é o artigo *Crimes e violação de Direitos humanos contra os indígenas*, da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, em que a autora relata as investigações sobre crimes praticados na década de 1960 contra os indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O segundo consiste em um fragmento extraído da obra *Bons escravos*, das historiadoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling, no qual se associa a visão europeia sobre as culturas indígenas com a escravidão dessas populações.

Figura 23. Violação de direitos

Doc. 1

Crimes e violações de Direitos Humanos contra os indígenas

“Em 1967, o ministro do Interior, general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, ordenou a realização de uma comissão de inquérito administrativo para apurar os delitos praticados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). [...] Nomeou para presidir a comissão o procurador federal Jäder Figueiredo Correia. [...]”

[...] Havia conluio de funcionários do SPI com fazendeiros, políticos locais, arrendatários, mineradoras; havia corrupção e desvio de dinheiro, apropriação de recursos, usurpação do trabalho dos índios; dilapidação do patrimônio dos índios, com venda de gado, de madeira, de castanha e outros produtos extrativistas, exploração de minérios, doação criminosa de terras; havia trabalho obrigatório ou escravo, venda de crianças, maus-tratos, espancamentos, prostituição, cárcere privado, seviciamento, torturas, suplício no tronco que esmagava os tornozelos, mortes por deixar faltar remédios, assassinatos, em suma um vasto rol de ‘crimes contra a pessoa e o patrimônio do índio’. [...]”

Figueiredo [...] mencionou denúncias, nunca apuradas pelo SPI de inoculação de vírus da varíola que provocou a ‘extinção da tribo localizada em Itabuna, na Bahia, para que se pudesse distribuir suas terras entre figurões do governo’. Falou do que passou a ser chamado de ‘Massacre do Paralelo 11’, quando os cinta-largas em Mato Grosso, atacados por dinamite jogada de avião, foram envenenados por açúcar com estricnina, abatidos por metralhadora, pendurados e cortados ao meio, de cima

a baixo, com um facão, sem que ninguém incomodasse os perpetradores do crime.

Esse relatório foi divulgado oficialmente em 1968. [...] O ministro do Interior continuou a divulgar massacres dos craós, dos canelas, dos maxacalis, dos nhambiquaras, dos tapaiunas. Em dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5, a situação mudou e aparentemente os documentos foram arquivados. O paradeiro do Relatório Figueiredo ficou ignorado durante mais de quatro décadas e o documento só reapareceu em 2012, graças ao pesquisador Marcelo Zelac, que o identificou no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. [...]”

CUNHA, Mariana Carneiro da Povos da megadiversidade: *Piauí*, n. 148, 13 jan. 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/povos-da-megadiversidade/>>. Acesso em 1º ago. 2020.

Doc. 2

Bons escravos

“[...] A difusão da prática do canibalismo nas Américas ajudou a consolidar um povo propósito: o de escravizar os nativos [...]. Na carta que escreveu à Coroa, Colombo asseverava que eles eram preguiçosos, andavam nus, eram carentes de vergonha, pintavam o corpo para a guerra e usavam apenas tatuagens, braceletes e colares para cobrir as intimidades. O argumento era que os canibais estavam longe dos valores da humanidade ocidental mas poderiam ser úteis como bons escravos.”

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 22-23.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CH5105 EM13CH5503 EM13CH5504 EM13CH5601

Atividades

Compreender Registre em seu caderno

Doc. 1

- O que a investigação da comissão de inquérito administrativo apurou sobre os delitos praticados pelo Serviço de Proteção aos Índios?
- Que tipo de relação pode ser estabelecida entre a situação denunciada no relatório, em especial o massacre de diversos povos indígenas (craós, canelas, maxacalis, nhambiquaras, tapaiunas), e o início da formação do Brasil?
- O que indica ou revela o fato de que, de 1968 a 2012, o relatório das atrocidades cometidas contra os indígenas foi ignorado e seu paradeiro desconhecido?

Doc. 2

- Com base nos estudos realizados e no texto das historiadoras Lília Schwarcz e Heloisa Starling, responda:
 - em que medida as narrativas dos viajantes europeus criaram argumentos para a violência do processo de colonização e de escravização dos indígenas?
- Muitos ocidentais zombam da prática da antropofagia. No entanto, práticas ou valores de nossa sociedade também podem ser questionados. Cite alguns exemplos dessas práticas ou valores.
- O que você entende por respeito à diversidade cultural? No seu modo de ver, a diversidade cultural do indígena brasileiro é respeitada? Justifique.

Retomar

- Responda às questões-chave do início do capítulo.
 - Existe um modo de ser próprio do indígena brasileiro e outro do europeu ocidental? Como eles se relacionaram na história do Brasil? Como se relacionam hoje?

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.72)

Os textos apresentam as barbáries contra os povos indígenas como resposta ao seu modo de viver. Destacam a importância de reconhecer e confrontar as injustiças históricas cometidas contra os povos indígenas, além de desafiar as narrativas eurocêntricas que justificavam tais práticas desumanas. Eles nos lembram da necessidade de respeitar e valorizar as culturas indígenas, assim como de defender os direitos humanos e a dignidade de todos os povos, independentemente de sua origem ou identidade cultural.

A atividade proposta, baseada nos textos apresentados, incentiva os estudantes a

refletirem criticamente sobre os crimes e violências sofridas pelos povos indígenas desde a chegada dos colonizadores. Além disso, a atividade promove a análise do comportamento humano em relação à diversidade cultural ao longo da história do país. A página do livro está colorida em rosa, indicando, conforme o manual do professor, que se trata de um estudo mais reflexivo. Vejo essa atividade como uma pequena parte de um longo caminho rumo à descolonização do conhecimento.

No capítulo 8, *Povos indígenas no Brasil: passado, presente e futuro*, o primeiro texto *Por um Brasil plural: desconstruindo equívocos históricos* (p. 73 - 74) discute os equívocos que ainda são frequentes, como o uso pejorativo e preconceituoso do termo genérico “índio” e a qualificação dos indígenas como “atrasados” ou “primitivos” e ressalta que as culturas indígenas não estavam paradas no tempo e nem isoladas entre si.

Figura 24. Indígena Pataxó e a



A tecnologia da informação tem sido usada por diversos povos indígenas como uma importante ferramenta para preservar e divulgar suas culturas, denunciar crimes ambientais, defender seus direitos e mostrar suas condições de vida. Na imagem, indígena Pataxó registra uma foto com um *smartphone*, na Aldeia Jaqueira, município de Porto Seguro, Bahia, 2019.

tecnologia

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p. 73).

A imagem de um indígena Pataxó com um celular em mãos ilustra de forma marcante a integração da tecnologia da informação nas comunidades indígenas. Essa cena representa a confluência entre as tradições ancestrais e as inovações modernas, mostrando como essas comunidades estão se adaptando ao mundo contemporâneo ao mesmo tempo em que preservam e fortalecem suas culturas.

O uso de celulares e outras tecnologias nas comunidades indígenas oferece diversas vantagens. Primeiramente, permite a preservação cultural, registrando e disseminando práticas

tradicionais, histórias orais, danças e artesanato, garantindo que esses conhecimentos sejam transmitidos às futuras gerações. Em segundo lugar, amplia as oportunidades educacionais, oferecendo acesso a recursos de aprendizagem *online* que podem complementar tanto a educação formal quanto o conhecimento tradicional. A imagem é um símbolo da resiliência e adaptabilidade das comunidades indígenas, que estão usando a tecnologia para reforçar sua identidade cultural e lutar por um futuro mais justo.

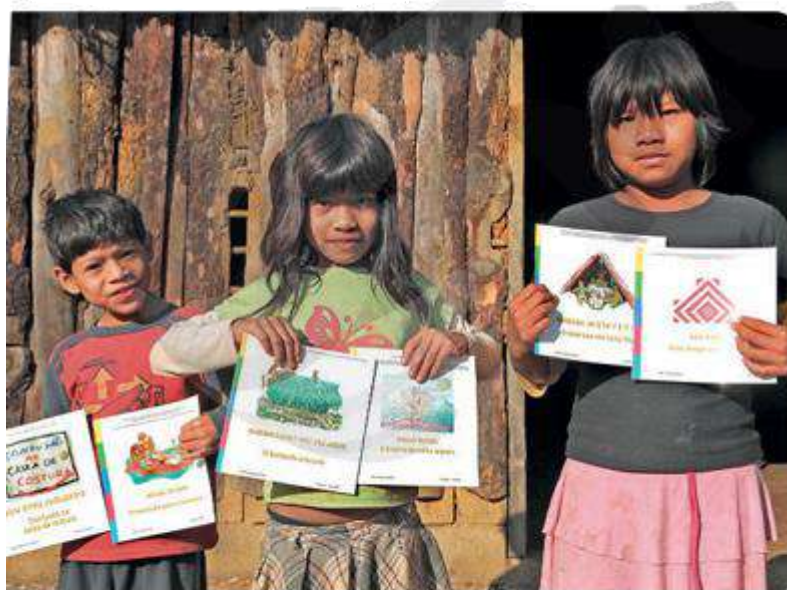
O texto *Diversidade e cultura dos povos indígenas do Brasil*, nas páginas 74 a 76, propõe-se a identificar o conceito de comunidade étnica, destacando sua importância para a manutenção dos laços internos do grupo e para a sua continuidade ao longo do tempo. No subitem "A Babel tropical" (p. 74 - 75), compara-se o número de línguas indígenas faladas no Brasil atualmente com o número de línguas que, provavelmente, existiam antes da colonização. Destacam-se dois grandes troncos linguísticos: o Tupi e o Macro-Jê. Discute-se que a língua é um patrimônio cultural de um povo e um fator de identidade fundamental para a transmissão de conhecimentos através das gerações.

Segundo dados do censo do IBGE de 2010, no Brasil são faladas 274 línguas indígenas, distribuídas em 305 etnias. A diversidade linguística, no entanto, era muito maior antes da dominação europeia. Estudos na área de linguística apontam que antes da colonização existiam aqui aproximadamente 1.200 línguas. A diversidade linguística dos povos indígenas despertava a atenção dos colonizadores, tanto que, ao chegar ao norte do Brasil, o Padre Antônio Vieira, um importante jesuíta, apelidou a região de a Babel do Rio Amazonas (ROMEIRO et al., 2020, p.73).

O termo *Babel tropical* nos faz pensar sobre a real intenção da literatura sobre a diversidade linguística indígena no Brasil, uma vez que na interpretação da narrativa mitológica a Torre de Babel trata das diferenças de língua entre as pessoas e como isso trouxe grandes problemas, desestruturando um projeto maior e audacioso.

Ainda na página 74, é apresentada a imagem de crianças Guarani, com livros didáticos em língua indígena guarani e em língua portuguesa.

Figura 25. Material didático na língua guarani e portuguesa



Crianças Guarani com livros didáticos em língua indígena guarani e em língua portuguesa. Terra Indígena Tenondé Porã, município de São Paulo, 2014.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.74)

Livros didáticos em língua indígena guarani e em língua portuguesa é um reflexo de um esforço importante para preservar e valorizar as culturas e línguas indígenas dentro do sistema educacional. A utilização de materiais didáticos na língua indígena guarani promove a preservação e revitalização dessa língua, que é uma parte crucial da identidade cultural dos povos Guarani. Contudo é essencial que os livros didáticos sejam desenvolvidos com a participação de educadores indígenas e especialistas na língua e cultura Guarani para garantir que os conteúdos sejam culturalmente relevantes e pedagogicamente adequados e que os recursos destinados ao desenvolvimento e distribuição de materiais didáticos em línguas indígenas não sejam limitados, o que pode comprometer a qualidade e a abrangência desses materiais. Ademais, esse seria um momento propício para se discutir a histórica luta indígena por uma educação diferenciada e pautada em seus próprios saberes.

Na página 75, há um texto que destaca *O perigo do desaparecimento das línguas indígenas*. Essa é uma questão muito importante, pois o desaparecimento de uma língua representa não apenas a perda de um sistema linguístico único, mas também a perda de uma parte importante da identidade e da cultura de um povo.

Figura 26. Perigo do desaparecimento da língua indígena

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.75)

Assim, a literatura sobre a diversidade linguística indígena no Brasil desempenha um papel crucial na sensibilização e conscientização sobre a importância da preservação das línguas indígenas, bem como na valorização da diversidade cultural e na luta contra o processo de homogeneização cultural e linguística. É essencial reconhecer e celebrar a riqueza das línguas indígenas como parte integrante do patrimônio cultural do Brasil e do mundo.

Na mesma página, o texto *Cultura e sociedade*, explica o papel das relações de parentesco, a divisão sexual e etária dos papéis sociais, a relação entre o universo simbólico dos indígenas e a organização da vida social. Além disso, identifica a articulação nas culturas indígenas entre o território, os recursos naturais e a cosmologia dos diferentes grupos, resultando em uma grande diversidade cultural.

Essas questões relatadas no texto e outras que já foram mencionadas são claramente encontradas no livro de Baniwa, *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*, obra que aborda diversas questões relacionadas aos povos indígenas contemporâneos no Brasil. O livro trata de temas como a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, seus modos de vida, organização social, e os desafios que enfrentam na atualidade. Também discute a relação dos indígenas com o território, seus direitos e lutas por reconhecimento e preservação de suas terras, além de destacar a importância da preservação de suas culturas e conhecimentos tradicionais.

O tópico *Identidade, resistência e cidadania* (p. 76 - 78) traz fragmentos dos textos do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e de Luciano Baniwa. São pontos importantes de partida para discutir a questão da identidade entre os indígenas e compará-la a definições identitárias da cultura ocidental, mais pautadas pela individualidade.

Na página 76, há uma indicação de leitura do livro "Das coisas que aprendi", de Daniel Munduruku. Este material apresenta uma série de lições de vida, histórias e pensamentos, com o objetivo de transmitir sabedoria, valores e perspectivas do mundo indígena para leitores de todas as idades. Conjuntamente é indicado o livro "Ideias para adiar o fim do mundo", de Ailton Krenak, uma leitura que nos faz repensar nossas prioridades e valores, colocando o cuidado com a terra e a convivência harmoniosa com todos os seres vivos no centro de nossas ações.

Na página 77, continuação do texto *Identidade, resistência e cidadania*, traz fragmentos dos textos do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e de Luciano Baniwa. Ambos, pontuam que a identidade é um objeto de luta indispensável para os indígenas e que está geralmente associada à demarcação e garantia de seus territórios. Embora esses direitos estejam consagrados na Constituição de 1988, os indígenas ainda enfrentam muitos obstáculos para efetivar plenamente o direito à identidade e às terras tradicionais.

Na mesma página, há uma imagem de uma indígena Kayapó na sala de aula na aldeia Moikarako, que ilustra não só um direito adquirido pela Constituição de 1988, à educação escolar indígena, mas também a oportunidade de as crianças buscarem conhecimento sobre seu povo e sobre o mundo ao seu redor. Nessa mesma página, Baniwa comenta que é notório o interesse das novas gerações indígenas pela recuperação do valor e significado da identidade indígena, e que os velhos sábios estão embarcando no caminho que os jovens estão traçando.

Figura 27. Escola indígena da etnia Kayapó



A educação escolar indígena no Brasil foi efetivamente garantida a partir da Constituição de 1988. Na foto, sala de aula na aldeia Moikarako, da etnia Kayapó, Município de São Félix do Xingu, Pará, 2016.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.77).

No artigo intitulado *Terras indígenas, garimpeiros e a Covid-19* (p. 78) de João Fellet, é apresentado um panorama dos desafios enfrentados pelos Yanomami, destacando o contexto do ano de 2020, exacerbado pela pandemia da Covid-19. O texto ressalta a presença de garimpeiros em terras indígenas Yanomami, a precária assistência à saúde e alguns hábitos culturais durante a pandemia, o que dificulta a contenção da transmissão do vírus e resulta na morte de muitos membros da comunidade.

Na página 79, há dois textos que exploram aspectos importantes da cultura indígena. O primeiro, *Cura e conhecimento indígena*, de Rodrigo Bertolotto, discute os conhecimentos desenvolvidos pelas comunidades tradicionais a respeito de plantas medicinais. No segundo texto *As diversas formas de ler o mundo*, Daniel Munduruku relata suas memórias de infância e suas experiências de aprendizado junto aos mais velhos.

Na página 81, encontramos o texto *A diversidade como herança*, de Ailton Krenak, parte do livro *O eterno retorno do encontro*. Nele, Krenak expõe os aspectos fundamentais da cultura indígena: a cosmologia, o papel da tradição e o território como fator de identidade. Ele também analisa o tema do contato entre duas civilizações tão diversas, desde 1500, sob o ponto de vista dos indígenas.

Os três últimos textos desse capítulo oferecem uma contribuição significativa para a descolonização por várias razões. Primeiramente, eles colocam em destaque a diversidade como herança, reconhecendo a riqueza das culturas indígenas e sua importância para a identidade brasileira. Ao destacar aspectos fundamentais da cultura indígena, como a cosmologia, o papel da tradição e o território como fator de identidade, os textos promovem uma compreensão mais profunda e respeitosa das tradições e modos de vida desses povos.

Esses textos também subvertem narrativas históricas eurocêntricas ao dar voz aos próprios indígenas, permitindo que suas perspectivas e conhecimentos sejam valorizados e difundidos. Ao relatar memórias pessoais e experiências de aprendizado junto aos mais velhos, Daniel Munduruku, por exemplo, reforça a importância da oralidade e da transmissão intergeracional de conhecimento, aspectos frequentemente negligenciados pelas narrativas coloniais.

Além disso, ao discutir os conhecimentos desenvolvidos pelas comunidades tradicionais a respeito de plantas medicinais, Rodrigo Bertolotto sublinha a relevância dos saberes indígenas na área da saúde e do meio ambiente, setores que frequentemente foram marginalizados pela ciência ocidental.

Por fim, ao analisar o tema do contato entre civilizações diversas desde 1500 sob o ponto de vista dos indígenas, Ailton Krenak nos convida a refletir sobre as consequências

desse encontro histórico, incentivando uma reavaliação crítica das relações de poder estabelecidas ao longo dos séculos. Dessa forma, esses textos não apenas enriquecem o conhecimento sobre as culturas indígenas, mas também desafiam e desconstruem as narrativas coloniais que historicamente marginalizaram esses povos.

O capítulo 08 do volume 05, intitulada de *A conquista e a colonização espanhola na América*, é aberto com uma imagem de manifestação da resistência do povo mapuche, no Chile em 2018.

Figura 28. Manifestação pela recuperação de terras



Manifestação em favor da resistência do povo indígena mapuche pela recuperação de suas terras e pela libertação de presos políticos indígenas. Santiago, Chile, 2018.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.83).

A imagem apresentada no início do capítulo traz à tona uma representação de uma manifestação indígena de uma região fora do Brasil. Ao optar por utilizar imagens de contextos indígenas externos, o livro corre o risco de criar a impressão de que os problemas e desafios enfrentados pelos povos indígenas são exclusivos dessas áreas e não fazem parte da realidade dos povos indígenas brasileiros. Essa escolha pode contribuir para uma visão fragmentada das lutas indígenas, como se as questões enfrentadas no Brasil fossem algo isolado ou distante, quando, na verdade, são parte de uma luta global pela preservação das culturas e direitos indígenas.

Outro aspecto que gera incômodo é o uso recorrente do termo "conquista". Este termo carrega uma carga histórica pesada, frequentemente associado ao processo de colonização e à opressão dos povos indígenas. A "conquista" não deve ser romantizada, pois, na realidade, ela remonta a um período de invasão, exploração e violência contra os povos nativos. Durante a colonização, a "conquista" envolveu a imposição de culturas estrangeiras, a destruição de línguas e tradições, e o uso da força para subjugar e dominar as populações locais. Esse

conceito, muitas vezes, é utilizado para encobrir a brutalidade de um processo que, na prática, se deu à custa de vidas, culturas e territórios.

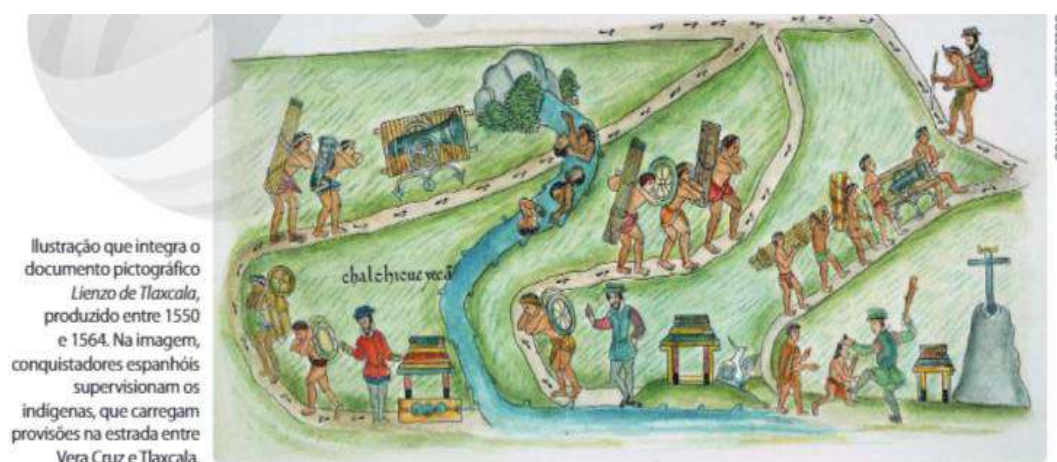
Em vez de seguir a linha da "conquista", seria mais justo e enriquecedor reconhecer as histórias de resistência e sobrevivência dos povos indígenas, entendendo-os como protagonistas da preservação de suas culturas e territórios. Eles não foram conquistados, mas sim forçados a lutar pela sua sobrevivência, pela sua dignidade e pelo direito de manter viva a sua identidade, que é intrinsecamente ligada à terra, à natureza e à sua visão de mundo.

O livro didático traz como subtópico, *O trabalho indígena: encomienda e mita* (p.88), onde são apresentados os dois sistemas que caracteriza a forma de trabalho compulsório imposta aos indígenas.

Esses sistemas de exploração, que afetaram povos de diversas regiões da América Latina, são retratados no livro didático como uma oportunidade para os alunos do Ensino Médio refletirem sobre o sofrimento imenso e as injustiças que os povos indígenas enfrentaram. A violência em massa que esses povos sofreram durante o período colonial não foi apenas uma perda de terras e culturas, mas também uma tragédia de vidas, memórias e tradições destruídas.

A imagem abaixo mostra como a conquista e o sistema de “encomienda” se dava nas colônias dominadas pelos espanhóis.

Figura 29. Trabalho escravo indígena



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.88)

A mita, que teve origem no Império Inca, foi transformada pelos colonizadores espanhóis em um sistema cruel de trabalho forçado. Os indígenas eram obrigados a trabalhar por longos períodos em condições extremamente difíceis, muitas vezes em minas perigosas ou

em obras públicas, sem direito a descanso ou segurança. Esse sistema brutal não só arrancava a dignidade das pessoas, mas também impunha uma carga de sofrimento que se perpetuaria por gerações. Estudar esses sistemas de exploração permite que os alunos entendam o impacto devastador do colonialismo, não apenas no passado, mas como as feridas dessas histórias ainda ressoam em nossa sociedade hoje. Com isso, buscamos não só lembrar o que aconteceu, mas refletir sobre como esses episódios moldaram a realidade que vivemos.

As comunidades indígenas foram e são submetidas a situações violentas em todo canto do mundo, inclusive no Brasil. Pode se utilizar imagens atuais de condições bem semelhantes à imagem do documento *Lienzo de Tlaxcala*, basta uma pesquisa no google, para se obter diversas imagens de manifestações indígenas no Brasil, além de mostrar ataques aos povos indígenas na atualidade. Trago como exemplo trecho de uma publicação do site da Organização dos Povos Indígena Xavante, intitulada *Xavantes bloqueiam BR – 070 em MT em protesto contra a morte de indígenas*.

A morte é a única certeza do ser humano, em algum momento ela chega para todos. Mas sentir a perda é algo imensurável e não existem palavras que expressem o sentimento. Uma comunidade inteira sofreu a dor da perda de seus entes queridos, o povo Xavante chorou a morte de ambos os mortos por atropelamento. Emocionado, o Cacique maior, Alexandre Pseerppse, relatou ao Circuito Mato Grosso, um dia após as mortes a revolta da aldeia. "Nós não somos animais para as pessoas passarem por cima da gente. Não respeitam o índio. Passam por cima do índio e não prestam socorro", desabafou.

A audiência solicitada pelos indígenas demonstrou às autoridades o sofrimento de uma comunidade inteira. "O branco sofre até o sétimo dia depois bebe cerveja, fica louco. Nós nascemos chorando e morremos chorando. Está é a nossa cultura e por isso mesmo a nossa decisão sobre o pedágio", justificou o Xavante e Professor Oswaldo Buruwé que foi o porta voz dos povos indígenas.

Em um momento do discurso, Buruwé falou da relação índio e homem branco. "Muitos brancos falam que os índios são ruins. Nem todos. Nem todos os brancos são ruins, alguns são, porque houve esse assassinato do meu sobrinho que nunca saqueou caminhões. Por isso que eu falo: nem todo Xavante é ruim, tem Xavante que são bons. Temos que usar as expressões com prudência" (OPIX, 2016, s/p. Disponível: <https://aldeiasangradouro.blogspot.com/>. Acesso em: 02 de jan. 2024).

Na página 91, o subtítulo *A dizimação dos indígenas* de Paulo Cannabrava Filho, que apresenta uma visão geral dos desastres demográficos indígenas decorrentes da conquista e colonização das Américas pelos Europeus, propondo também uma discussão sobre a pertinência do conceito de genocídio para a dizimação das populações indígenas. Na página, a

(o) estudante acessa ainda o poema³ de Pablo Neruda, com o objetivo de realizar uma associação entre o poema e a situação atual dos indígenas latino-americanos.

Muitas vezes, são pessoas que não pertencem a povos indígenas que discutem o genocídio e a redução das populações originárias em regiões fora do Brasil, ao se referirem à diminuição das comunidades indígenas. Esse é um ponto importante ao analisarmos os materiais escolares contemporâneos. Embora esses materiais, produzidos no século XXI e utilizados em salas de aula a partir de 2020, tragam uma abundância de informações sobre o tema, é impressionante como, apesar da riqueza de literatura escrita por autores indígenas, essas vozes raramente são ouvidas ou consideradas como fontes confiáveis. Não seria mais justo e apropriado incluir as perspectivas e as vivências dos próprios povos indígenas ao falarmos de algo tão delicado e complexo?

Outro aspecto que merece atenção é o uso do termo "dizimação" para descrever a história das populações indígenas. Embora essa palavra sugira uma redução em massa e dramática das populações, ela não reflete a totalidade da experiência indígena, com todas as suas complexidades e sofrimentos. Termos como "genocídio", "violência colonial" e "desapropriação de terras" são mais adequados para descrever as profundas injustiças históricas que os povos indígenas enfrentaram durante e após o período de colonização. É fundamental que essas questões sejam discutidas, mas também é importante reconhecer e celebrar a resistência, a resiliência e o renascimento das comunidades indígenas, tanto no Brasil quanto no resto do mundo.

No capítulo 11, *As reformas religiosas na Europa e seus efeitos na América portuguesa*, na página 104, o subtema *A Igreja Católica e a colonização do Brasil*, possui uma narrativa sobre o papel da Igreja Católica no processo de colonização da América portuguesa, com foco em sua influência social, cultural e política. A Igreja, ao lado da Coroa Portuguesa, foi um dos pilares da colonização, exercendo forte controle sobre a vida colonial.

³NERUDA, Pablo. Trecho de "Oda a la araucaria araucana". Disponível em: <https://www.neruda.uchile.cl/obra/obranuevasodas2.html>. Acesso em 02 de julho. 2024.

"A cruz,
a espada,
a fome
dizimavam
a família selvagem.
Terror,
terror de som
de ferradura,
batida de folha,
vento,
dor
e chuva".

Sabemos que a Igreja Católica desempenhou um papel central na colonização do Brasil, influenciando profundamente diversos aspectos da sociedade colonial. Desde o início da colonização portuguesa, a Igreja foi uma parceira fundamental do Estado, acompanhando as expedições e a instalação de colônias. Uma das principais missões da Igreja era a conversão dos povos indígenas ao cristianismo.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil cheios de vigor e expectativa, mas suas cartas aos superiores logo denunciaram a frustração diante da realidade do Novo Mundo: os nativos não abandonavam suas tradições facilmente e, quando cristianizados, apenas repetiam mecanicamente o que lhes era ensinado, sem compreender o sentido profundo do cristianismo (ROMEIRO et al., 2020, p.104).

Os missionários, em especial os jesuítas, desempenharam um papel essencial no processo de colonização do Brasil, não apenas como propagadores da fé, mas também como agentes de transformação cultural. Estabeleceram missões e aldeias, onde buscavam ensinar os povos indígenas sobre a religião católica, a língua portuguesa e práticas agrícolas trazidas da Europa. A intenção por trás dessa catequese era "civilizar" os indígenas, tentando fazer com que eles adotassem os costumes e crenças europeias, ao mesmo tempo em que suas tradições, saberes e espiritualidade eram silenciados ou desvalorizados.

Além de sua atuação religiosa, a Igreja também se envolveu na educação, criando escolas e colégios que transmitiam a cultura e os valores europeus. Esses espaços não apenas moldavam as mentes, mas também ajudavam a configurar uma sociedade colonial centrada na visão de mundo católica, muitas vezes à custa da riqueza e diversidade das culturas indígenas. Esse processo, repleto de contradições e impactos profundos, revela a complexidade da história do Brasil e a maneira como a educação foi usada como ferramenta de poder e controle.

Na gravura portuguesa abaixo, o Padre Antônio Vieira prega os dogmas religiosos aos indígenas ajoelhados aos seus pés.

Figura 30. A igreja e os povos indígenas



Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.104).

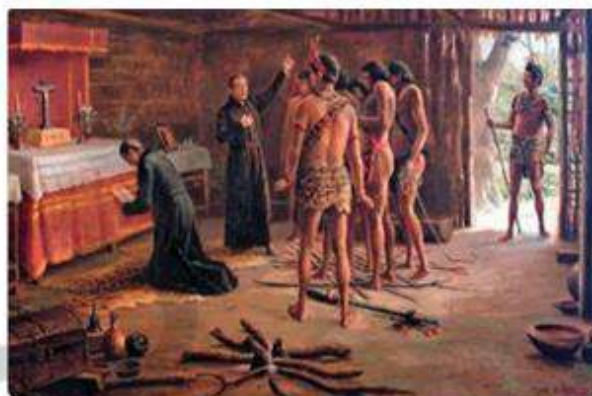
No capítulo 12, *Religião e sociedade: religiosidade e poder na conquista da América*, o texto *A igreja e os povos indígenas: morrer resistindo ou tornar-se escravo* aborda as diversas violências e massacres praticados contra os indígenas pelos colonizadores. A Igreja criou diversas estratégias de aproximação e domínio, mediando os conflitos entre colonizadores e indígenas.

Na América portuguesa, os jesuítas criaram diversas estratégias de aproximação e domínio sobre os povos indígenas. O conhecimento básico da língua e da cultura foram imprescindíveis para estabelecer os aldeamentos coloniais, coordenados por padres jesuítas, com o intuito de atrair as comunidades indígenas para um local destinado à catequese e ao trabalho. Recorrendo ao sincretismo, os jesuítas aproximavam as divindades cristãs do universo sagrado dos povos originários, o que ao longo da história se revelou uma ferramenta eficaz para o aniquilamento cultural de sociedades indígenas inteiras (ROMEIRO et al., p.109).

Essas ações refletiam uma mistura de intenções religiosas, sociais, econômicas e políticas, em que se buscava não apenas converter os povos indígenas, mas também controlá-los, enquanto se promoviam os interesses da Igreja e do Estado colonial. Ao mesmo tempo, as relações de poder e os processos de adaptação cultural impunham desafios profundos às comunidades indígenas, forçando-as a viver em um sistema que muitas vezes negava suas próprias tradições e modos de vida.

Nas ilustrações da página, retratam as violências e a dominação exercidas sobre os povos originários, tanto pela igreja quanto pelos militares.

Figura 31. A igreja e os povos indígenas



Os padres José de Anchieta e Antônio da Nóbrega foram convocados para atuar como mediadores do conflito entre os colonizadores e os Tamoio, na região do atual município de Ubatuba, no litoral de São Paulo. A pintura *Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçú*, de Benedito Calixto, de 1927, representa os padres pregando para os líderes indígenas.



O frei Bartolomeu de Las Casas, em sua obra *Brevíssima relação da destruição das Índias*, publicada em 1552, relata a violência colonial e o aniquilamento dos povos indígenas na América espanhola. Gravura de Théodore de Bry, de 1598.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.104 e 109).

As representações visuais nas ilustrações da página oferecem uma visão dos momentos de opressão e subjugação, na qual a igreja católica, aliada aos interesses coloniais, exerceu controle cultural e religioso sobre os povos indígenas. Os militares, por sua vez, representaram a força armada do colonialismo, impondo-se mediante guerras, expedições e estratégias de ocupação territorial.

O livro didático não leva em consideração que hoje em dia os povos indígenas ainda enfrentam uma série de desafios decorrentes desse legado histórico. A escravização e a exploração continuam a ser questões pertinentes, embora muitas vezes se manifestem de maneiras mais sutis, como a perda de território, a destruição do meio ambiente e a marginalização social e política. Além disso, as tentativas de assimilação cultural e religiosa persistem, com muitas comunidades indígenas lutando para preservar suas tradições e identidades em face da pressão externa.

As missões cristãs continuam a ter presença em várias regiões, muitas vezes interferindo nas culturas locais e promovendo uma visão de espiritualidade que, em muitas situações, não leva em consideração a riqueza e a complexidade das crenças indígenas. Ao imporem uma espiritualidade única e universal, as missões cristãs podem ser vistas como uma forma de colonialismo espiritual, onde as tradições e cosmologias indígenas são substituídas por uma perspectiva religiosa eurocêntrica. Essa prática não apenas reforça um padrão de

dominação cultural, mas também limita a liberdade espiritual dos povos indígenas, impedindo-os de se expressarem plenamente de acordo com suas próprias crenças e tradições. Isso nos leva a refletir sobre a importância de respeitar a diversidade religiosa e cultural, reconhecendo e valorizando as diferentes formas de espiritualidade presentes nas comunidades indígenas.

O texto *Os portugueses no Brasil*, título do capítulo 13, destaca o processo de expansão marítima portuguesa e o estabelecimento de feitorias, como marco inicial do povoamento efetivo da terra.

O texto menciona o processo de expansão marítima portuguesa e o estabelecimento de feitorias como um marco inicial do povoamento efetivo da terra no Brasil. No entanto, é importante reconhecer que essa narrativa é profundamente colonialista, pois desconsidera totalmente a presença e a história dos povos indígenas que já habitavam essas terras há milhares de anos antes da chegada dos europeus.

A afirmação de que o povoamento efetivo da terra começou apenas com a invasão europeia é um reflexo do viés eurocêntrico e colonialista que permeia muitas narrativas históricas. Na verdade, os povos indígenas estabeleceram sociedades complexas e desenvolveram formas de vida adaptadas aos diversos ecossistemas do Brasil muito antes da chegada dos europeus.

Portanto, é fundamental reconhecer e valorizar as contribuições dos povos indígenas para a história e o desenvolvimento do Brasil, em vez de perpetuar narrativas que marginalizam e apagam suas experiências e perspectivas. Esses fatos implicam repensar a forma como contamos a história do Brasil, incorporando as vozes e os conhecimentos dos povos indígenas e desafiando ativamente os aspectos colonialistas de nossa herança histórica.

Segue-se a narrativa. *Os indígenas e africanos nos engenhos do Nordeste*, página 121, a qual destaca a predominância do trabalho de indígenas escravizados nos engenhos do Nordeste durante o século XVI e sua importância na história colonial do Brasil. Os povos indígenas foram os primeiros a serem forçados a trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, muitas vezes devido à sua proximidade com os colonizadores e à imposição brutal de trabalho. Inicialmente, eles foram explorados como mão de obra nas lavouras, sem qualquer escolha ou liberdade. Contudo, com o passar do tempo, essa realidade cruel foi se transformando, e a escravidão indígena foi, gradualmente, substituída pela de africanos, que também foram tragicamente arrancados de suas terras e trazidos para os engenhos. Essa transição reflete as mudanças nas formas de exploração, mas também a continuidade da desumanização e opressão que marcaram o período colonial.

No capítulo 14, *A expansão portuguesa na América*, suscita já no título uma reflexão sobre uma visão historicamente colonialista que associa a América à expansão dos impérios europeus, especificamente o português. A expressão 'expansão portuguesa na América' pode ser problemática, principalmente quando a pensamos no contexto do capítulo do livro que aborda a consolidação do domínio português na região. Esse período da história é marcado por disputas territoriais intensas e pela busca incessante por riquezas, com a exploração comercial e o início das atividades de mineração no Brasil. No entanto, é importante não perder de vista que, por trás dessa 'expansão', houve uma imensa violência. O povo indígena foi forçado a enfrentar uma realidade brutal de coerção, destruição de seus territórios e exploração de sua mão de obra, sofrendo em silêncio enquanto o mundo ao seu redor mudava de maneira irreversível.

Evidentemente, as expressões "conquista" e "expansão" sugerem neste contexto uma narrativa de apropriação territorial pelos colonizadores europeus, sem dar o devido reconhecimento à diversidade de povos indígenas e culturas que já existiam nas terras antes da chegada dos europeus. Essas palavras carregam uma conotação de dominação e controle que podem obscurecer a rica complexidade das sociedades pré-coloniais nas Américas.

No subitem do capítulo, *As bandeiras de apresamento*, na página 134, em um breve trecho do texto, destaca-se que a partir de 1570, por ordem da Coroa, os povos indígenas foram oficialmente considerados livres. Sua mão de obra só poderia ser empregada mediante o pagamento de um salário estabelecido por lei. Os bandeirantes, então, foram contratados nos sertões para atuarem como bugreiros, combatendo os indígenas e, posteriormente, os quilombos, como o dos Palmares.

Na página 136, o texto aborda a transformação dos bandeirantes em bugreiros, destacando suas múltiplas funções. Entre elas, está a captura, escravização e extermínio dos povos indígenas considerados *selvagens bárbaros*, que eram vistos como obstáculos ao avanço do gado e das atividades coloniais. Além disso, os bandeirantes foram empregados na luta contra o Quilombo de Palmares, uma comunidade de pessoas fugitivas da escravidão. Também, eles se dedicaram à busca por metais e pedras preciosas.

Hoje, a realidade dos povos indígenas continua complexa e variada, muitos ainda enfrentam desafios significativos em relação aos seus direitos, territórios e bem-estar. Ainda que a escravidão oficial dos povos indígenas não exista mais, muitas comunidades indígenas continuam a lutar contra formas modernas de exploração e marginalização.

É importante reconhecer que a atuação dos bandeirantes foi marcada por violência, exploração e desrespeito aos direitos humanos dos povos indígenas e das comunidades

quilombolas. Suas atividades contribuíram para o genocídio e a escravização de populações nativas, bem como para o desrespeito aos seus territórios e formas de vida tradicionais.

Hoje, é essencial refletir sobre esse legado colonialista e suas consequências para os povos indígenas e afrodescendentes, reconhecendo suas lutas por justiça, reparação e respeito aos seus direitos. A memória histórica desses eventos é fundamental para compreendermos as desigualdades e injustiças presentes na sociedade contemporânea e para trabalharmos em prol de um futuro mais justo e inclusivo para todos.

A imagem abaixo, a obra de Jean-Baptiste Debret e outras pinturas históricas muitas vezes retratam os bandeirantes como heróis ou exploradores destemidos, enquanto as perspectivas e experiências dos povos indígenas são frequentemente marginalizadas ou ausentes. Essas representações tendem a reforçar uma narrativa eurocêntrica que glorifica a colonização e ignora os impactos devastadores sobre os povos indígenas.

Figura 32. Confronto entre bandeirantes e indígenas



Não existem imagens dos bandeirantes feitas na época em que viveram. As referências visuais que temos daqueles homens foram feitas com base em descrições e em costumes observados em São Paulo por artistas do século XIX. É o caso da gravura acima, do francês Jean-Baptiste Debret, 1834, que representa um combate entre bandeirantes e indígenas.

Fonte: Livro didático (ROMEIRO et al., 2020, p.136).

Seria mais enriquecedor incluir obras de arte ou imagens que tragam à tona a perspectiva indígena sobre os bandeirantes e as consequências de suas ações. Essas representações poderiam nos oferecer uma visão mais completa e justa desse período histórico, destacando não apenas os impactos devastadores que os povos indígenas enfrentaram, mas também suas lutas de resistência e as maneiras como continuaram a preservar suas culturas e identidades, apesar das violências e injustiças que sofreram.

Os bandeirantes são muitas vezes celebrados como desbravadores e heróis nas narrativas da história colonial brasileira e em monumentos públicos. No entanto, para os povos indígenas, sua chegada representou algo muito diferente: foi um período de grande

sofrimento, violência e perda. Eles não apenas atacaram aldeias indígenas, mas também escravizaram seus habitantes e destruíram suas culturas e modos de vida. Para essas comunidades, os bandeirantes foram agentes de opressão, cujas ações deixaram cicatrizes profundas.

Embora sejam frequentemente exaltados por suas habilidades de exploração, é fundamental olhar para os impactos devastadores que causaram às populações indígenas e afro-brasileiras. Suas expedições não só resultaram em conflitos violentos e extermínio de comunidades indígenas, mas também contribuíram para a tragédia da escravidão africana no Brasil. O sofrimento imposto por essas ações está em total desacordo com os valores de direitos humanos e justiça social que hoje buscamos defender.

Ao continuarmos a homenagear os bandeirantes, corremos o risco de perpetuar uma versão distorcida da história, que minimiza ou ignora os danos irreparáveis às culturas indígenas e aos seus territórios. Essa visão equivocada não só reforça estereótipos negativos sobre os povos indígenas, mas também apaga as valiosas contribuições que eles deram à formação do Brasil, o que torna ainda mais urgente a necessidade de reconhecer essas histórias esquecidas.

No Volume 06, composto por 16 capítulos, a temática indígena é mencionada apenas no capítulo 05, especificamente na página 53, onde se discute *A política indígena do governo imperial*. O texto reflete o contexto de violência e extermínio que os povos indígenas enfrentaram durante o Império do Brasil.

As denúncias de violência e extermínio praticados por autoridades e habitantes das províncias contra aldeias indígenas inteiras levaram o governo imperial a aprovar uma medida que nos parece demonstrativa da situação indígena no império. Tratava-se de um regulamento, datado de 24 de julho de 1845, que estabelecia a criação de “missões de catequese e civilização dos índios” (ROMEIRO et al., 2020, p.53).

O regulamento revela como as políticas do Império oscilavam entre tentar controlar e marginalizar os povos indígenas. Embora houvesse uma tentativa de protegê-los das violências diretas, o governo também impunha medidas que enfraqueciam suas culturas e modos de vida, como a criação das missões de catequese. Essas missões representavam uma tentativa forçada de assimilação, refletindo a dificuldade do Estado em reconhecer a autonomia e os direitos desses povos.

Essas políticas contraditórias contribuíram para o agravamento de um genocídio cultural, cujos efeitos ainda reverberam na luta atual dos povos indígenas por reconhecimento,

respeito e pelos seus direitos territoriais.

Nos livros didáticos, a história e a cultura dos povos indígenas frequentemente ocupam um espaço reduzido, muitas vezes limitando-se a breves menções ou a tópicos que abordam apenas o período colonial. Essa abordagem simplifica e desconsidera a rica e complexa trajetória dos povos indígenas, tratando-os como figuras do passado distante, desconectadas da realidade contemporânea. Além disso, o conteúdo apresentado carece, na maioria das vezes, de profundidade e precisão, reforçando estereótipos negativos em vez de promover uma compreensão abrangente e respeitosa das diversas culturas indígenas.

O livro analisado, por exemplo, privilegia a história e a cultura europeias, marginalizando as contribuições e vivências dos povos indígenas. Essa perspectiva distorce a realidade histórica e perpetua a ideia de que os indígenas são personagens relegados ao passado, sem relevância para a sociedade atual. Como resultado, essa abordagem limita a formação de uma visão de mundo plural e inclusiva nos estudantes.

Embora ainda existam limitações nas formas como a história e a cultura indígena são tratadas nos livros didáticos, é importante reconhecer os avanços que têm ocorrido ao longo dos anos. Edições mais recentes demonstram um esforço crescente para incluir a diversidade étnica e cultural do Brasil, desafiando a visão eurocêntrica tradicional. A inclusão de textos e atividades que destacam a resistência indígena, seus modos de vida contemporâneos e suas contribuições para a construção da sociedade brasileira representam passos significativos nesse processo. Além disso, muitos materiais passaram a incorporar discussões sobre a luta dos povos indígenas por seus direitos, alinhando-se com o movimento de descolonização do currículo e com a Lei 11.645/2008, que obriga o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas.

A invisibilidade indígena também é evidenciada na elaboração de materiais didáticos e na formulação de políticas educacionais. No entanto, observamos que são raras as ocasiões em que indigenistas puderam falar e dar suas contribuições, neste material. A inclusão de autores, educadores e especialistas indígenas é essencial para garantir que as perspectivas e experiências indígenas sejam representadas de forma justa e precisa. Sem essa inclusão, os materiais educativos falham em refletir a diversidade cultural da nação.

Vamos reforçar mais uma vez a necessidade emergencial de integrar a perspectiva indígena nos materiais educacionais, é fundamental e honesto oferecer aos estudantes uma compreensão mais completa e precisa da história do país, reconhecendo a contribuição significativa das culturas indígenas para a sociedade. Além disso, ajuda a promover o respeito à diversidade cultural e fortalece a identidade e autoestima dos grupos indígenas, que muitas

vezes não se veem representados nos currículos escolares.

A descolonização do currículo educacional envolve não apenas a inclusão de conteúdo indígena, mas também a adoção de uma abordagem crítica que questione as narrativas dominantes e valorize múltiplas perspectivas. Isso pode ajudar a criar uma sociedade mais correta e integradora, onde as vozes e experiências dos povos indígenas são respeitadas e valorizadas.

Segundo Walsh (2009), a educação inclusiva não se limita apenas a garantir acesso à educação para todos os grupos sociais, mas também envolve uma transformação mais profunda dos sistemas educacionais para reconhecer, respeitar e valorizar as diversas identidades culturais, étnicas, linguísticas e sociais. Isso significa que a educação inclusiva não apenas inclui pessoas de diferentes origens, mas também reconhece e valoriza suas experiências e conhecimentos como parte integrante do processo educacional.

Walsh (2009), enfatiza a importância de uma abordagem intercultural, que promova o diálogo e a troca de conhecimentos entre diferentes culturas, desafiando assim as hierarquias culturais impostas pelo colonialismo. Ela argumenta que a educação deve ser um espaço de encontro e interação entre diferentes perspectivas, onde o conhecimento é construído de maneira colaborativa e respeitosa.

A educação intercultural crítica, como enfatiza Walsh, não se trata apenas de garantir o acesso à educação para todos, mas de criar uma transformação profunda nos sistemas educacionais. Isso significa que a educação deve ser um espaço que reconheça e valorize as diversas identidades culturais, étnicas, linguísticas e sociais dos estudantes, integrando suas experiências e saberes de maneira significativa.

Além disso, a educação intercultural crítica está profundamente ligada à descolonização do currículo. Para Walsh, isso significa questionar as narrativas históricas que ainda estão presentes nos materiais educacionais, muitas vezes carregadas de uma visão colonial que marginaliza ou invisibiliza certos grupos, como os povos indígenas. Para transformar essa realidade, é necessário revisar e reescrever as histórias que contamos nas escolas, incorporando as vozes indígenas e de outras culturas que foram silenciadas durante tanto tempo.

Por isso, é urgente tomar medidas para combater a invisibilidade indígena na educação. Precisamos revisar os livros didáticos, adotar políticas educacionais inclusivas e dar espaço para que as vozes dos povos indígenas sejam ouvidas. Somente dessa forma poderemos construir uma educação que realmente reflita a riqueza e diversidade cultural do Brasil, celebrando suas múltiplas histórias e saberes.

4. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA

O Colégio José Pio de Santana, não tem se prendido em comemorações pautadas em encenações e tão pouco painéis e pinturas corporais estimulando alunos a rodopiarem, batendo pés e mãos, entoando sons repetitivos e em volta de fogueira, como se percebe na análise acima estruturada. O silenciamento sobre a temática indígena impera nos bastidores das salas de aula, apesar de os professores que hoje atuam nas disciplinas de história, serem formados em História, e os demais em sua maioria estão atuando na área de formação.

Esta é uma realidade que faz muita diferença na qualidade das aulas e que nem sempre foi/é possível, muitas vezes professores de formações específicas são obrigados atuarem em disciplinas que não foram preparados academicamente. A formação acadêmica é fundamental por várias razões, pois desempenha um papel crucial no desenvolvimento da qualidade da educação e no sucesso dos estudantes.

[...] como intelectuais e professores universitários, assumamos a invenção das ideias para intervir no mundo, combater desigualdades e cravar os conceitos nas práticas sociais. As investigações e intervenções não podem ser apenas coleta de dados, elas devem ser transformadoras do conhecimento, das ações políticas sociais e culturais (MOUJAN; CARVALHO; JUNIOR, 2020, p.36).

As/os docentes com formação acadêmica têm um conhecimento aprofundado em suas áreas de especialização, o que lhes permite transmitir informações precisas e atualizadas aos discentes, além de serem capacitados em métodos pedagógicos e estratégias de ensino eficazes. Eles entendem como apresentar informações de maneira clara e envolvente, facilitando a compreensão e o aprendizado dos alunos/as.

Mesmo assim, ainda se percebe uma grande demanda de profissionais do Ensino Básico, da cidade de Ipameri, inclusive no colégio José Pio de Santana, que necessita, por exemplo, de formação continuada para obtenção de conhecimento acerca da história e da cultura dos povos indígenas brasileiros, em cumprimento da lei 11.645/2008. Talvez este seja um ponto fundamental para que ocorra uma mudança de concepção hegemônica para uma de concepção intercultural. A falta de informações, formações e materiais adequados para subsidiar o ensino e orientar o/a docente que não obteve o conhecimento necessário na formação acadêmica, pode estar se tornando um grande obstáculo para a transformação epistêmica.

Dessa forma, o trabalho acaba por ser baseado na sua experiência escassa e, muitas vezes, deturpada e deficiente no que se refere à diversidade étnica e cultural, reprodução do conhecimento obtido através dos livros didáticos, que valoriza a cultura eurocêntrica e classifica de forma genérica a cultura indígena.

Percebe-se que, no espaço educacional, os profissionais vêm se preocupando em acompanhar as mudanças ocorridas nos últimos anos pela complexidade do avanço das desigualdades sociais e econômicas, necessitando posicionar-se constantemente sobre violência, xenofobia, intolerância enfim com todas as formas de diversidade e diferenças típicas desse espaço. Dessa forma, cabe às universidades contribuírem com o processo de formação inicial e continuada dos educadores e com produção de material didático para aprofundar o debate dos conceitos de Direitos Humanos a fim de (re)pensar as práticas a partir da educação intercultural:

Os cursos de licenciatura, por sua vez, devem realizar o debate de forma profunda nas instituições de Ensino Superior, realizando reformulações em suas estruturas curriculares a fim de contemplar a história e a cultura indígena, seja com a criação de disciplinas específicas ou na organização transversal da temática nos conteúdos curriculares (KAYAPÓ, 2019, p.77).

A formação de professores e a temática indígena são tópicos de extrema importância na educação atual. A formação adequada dos educadores é fundamental para que eles possam abordar de maneira sensível e inclusiva as questões relacionadas aos povos indígenas.

Para que os professores possam discutir a temática indígena de forma íntegra respeitosa, é necessário que eles tenham acesso a informações autênticas e atualizadas sobre a história, cultura, cosmologias e lutas dessas comunidades. Isso envolve ampliar a formação dos professores para que eles adquiram conhecimentos específicos sobre a diversidade cultural indígena e suas diferentes realidades.

Kayapó (2019) ainda comenta que “os cursos de licenciatura prosseguem com suas ações pedagógicas dando pouca ou nenhuma importância para a referida temática, o que mantém a formação de professores sem as competências e habilidades necessárias para atuar de forma coerente com a história e a cultura indígenas” (p. 77).

A temática indígena deve ser incorporada de forma transversal em todas as disciplinas, proporcionando uma educação intercultural e plurissignificativa. Os professores devem estar preparados para abordar a história e a cultura indígena, debatendo estereótipos e preconceitos, e promovendo a valorização da diversidade étnico-cultural em sala de aula.

Essa formação deve ser contínua, estimulando a atualização constante dos professores

e o estabelecimento de parcerias com as comunidades indígenas, especialistas, lideranças e organizações não governamentais, que possam contribuir na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitosas. Como nos fala Krenak (2009):

Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (p.16).

Dessa forma, o sistema educacional pode estar contribuindo para visão estereotipada dos povos indígenas impedindo e/ou atrasando o processo de descolonização e aplicação efetiva da lei 11.645/2008 nos bancos das escolas. A primeira seria o ensino ser subsidiado por livros didáticos que ainda valorizem e reverenciem a cultura eurocêntrica, por ser a ferramenta mais acessível e o principal recurso para trabalhar o ensino de história, sendo o instrumento que direciona os conhecimentos dos estudantes sobretudo do Ensino Médio.

Grosso modo, aprender nos livros que o “índio” vive na função do colonizador e é tratado sempre no passado, não lhe restando nenhum papel relevante na sociedade contemporânea. Ou seja: apresentar uma visão simplista sobre os habitantes da América, considerando-os povos sem história, sem escrita, negando, portanto, suas características culturais. Isso induzia o educar a considerar positiva a conquista e o extermínio do índio pelo colonizador. Além disso, esses livros não se apresentavam a diversidade cultural e linguística dos povos autóctones, passando a imagem de uma igualdade fictícia (MUNDURUKU, 2013, p.17).

As análises realizadas sobre os livros didáticos, tem demonstrado que ainda há uma visão etnocêntrica e preconceituosa, apesar das tentativas de um tratamento mais adequado sobre a temática indígena, há muita informação deturpada e ultrapassada. Kayapó (2019), diz sobre a importância de novas abordagens que não apenas desafiam a subalternidade histórica dos povos indígenas, mas também promovem uma reflexão crítica sobre seu papel na sociedade e na educação, valorizando a diversidade sociocultural e fortalecendo a autonomia indígena no Brasil contemporâneo.

Para além de referendar a situação de subalternidade, as novas abordagens abrem a possibilidade para se repensar o lugar ocupado pelos indígenas na constituição da sociedade nacional e na educação oferecida nas escolas, assim como tais abordagens convergem com a valorização da diversidade sociocultural no Brasil, dando visibilidade aos projetos de autonomia construídos pelos povos indígenas na atualidade (p.66).

Que seja o livro ou outros materiais didáticos eles desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento, para isso é necessário que seja feita uma análise, uma reflexão crítica, para que os arranjos e adaptações sejam realizados atendendo a realidade e o objetivo da aula. Como observado acima, os materiais didáticos envolvendo a temática indígena quase sempre estiveram a serviço da ideologia eurocêntrica.

5. TECENDO NOVAS NARRATIVAS: DESCOLONIZANDO A EDUCAÇÃO E CONSTRUINDO PONTES PARA O FUTURO

As abordagens que envolvem as temáticas indígenas no cotidiano escolar são fundamentais para garantir uma educação que respeite e celebre a diversidade cultural. É essencial oferecer aos alunos oportunidades de vivenciar essas culturas, seja por meio de atividades práticas, discussões em sala de aula ou o acesso a recursos como livros, sites, documentários, vídeos e artigos escritos por autores indígenas. Essas experiências ajudam os estudantes a conhecer, valorizar e respeitar as diferentes culturas indígenas presentes no Brasil, especialmente as de Goiás. Esse processo é crucial para promover a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural.

Em 1999, ao ser concursada pela rede estadual de Goiás, tive a oportunidade de ingressar no ensino público como professora de arte. Embora a abordagem pedagógica ainda seguisse certos moldes tradicionais, pude adaptar o currículo e a metodologia para propor atividades mais críticas e reflexivas, especialmente no que tange ao tratamento da diversidade cultural, em particular, a temática indígena. No entanto, nessa época, me faltavam conhecimentos mais aprofundados, uma metodologia específica e materiais didáticos adequados para abordar o assunto com o cuidado que ele realmente exige.

Com o tempo, percebi o potencial transformador de ferramentas educacionais como vídeos, sites e aplicativos, que enriquecem o processo de ensino e engajam os alunos de maneira significativa. Utilizei diversos documentários e vídeos em sala de aula, que complementaram o conteúdo e trouxeram exemplos práticos sobre a cultura indígena e sua cosmologia. Esse trabalho de pesquisa e preparação das aulas foi extremamente enriquecedor, pois me permitiu aprender mais sobre os povos originários, suas histórias e suas práticas, ao mesmo tempo em que me proporcionou conhecer novas técnicas metodológicas que tornaram minhas aulas mais dinâmicas e reflexivas.

Nas discussões e reflexões sobre os vídeos e estudo em sala de aula sobre a temática indígena, os alunos demonstravam estranhezas ao perceberem que as aldeias possuíam internet, bicicletas, tvs, antenas, objetos e utensílios dos ditos “brancos” e o fato de os indígenas se vestirem com roupas ditas “normais”, aquele era um universo totalmente diferente do que tinham em mente. Suas percepções confirmam o preconceito enraizado na nossa cultura pela classe hegemônica e a urgência em combater essa visão deturpada nas unidades escolares.

Sempre que trabalhava temas como desigualdade, discriminação, preconceitos e

violência, sentia o desejo profundo de contribuir para fazer a diferença na vida dos alunos. Acredito que, como educadoras/es, temos a responsabilidade de promover uma transformação epistêmica que favoreça a construção social, a visibilização das diferentes identidades e culturas.

Para promover uma visão mais justa e inclusiva, é fundamental incentivar o pensamento crítico, desafiando as narrativas preconceituosas e estimulando os alunos a questionarem as desigualdades enraizadas na sociedade. Incorporando as perspectivas indígenas, podemos desconstruir estereótipos e preconceitos, mostrando que os povos indígenas são parte fundamental da nossa história e sociedade atual.

A sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a integração e a assimilação à cultura global. Os povos indígenas, com forte sentimento de inferioridade, enfrentam duplo desafio: lutar pela autoafirmação identitária e pela conquista de direitos e de cidadania nacional e global (BANIWA, 2006, p.34).

O texto de Baniwa (2006) nos faz refletir sobre uma realidade difícil e muitas vezes invisível para a maioria das pessoas no Brasil: a luta constante dos povos indígenas para manterem suas identidades, suas culturas e sua dignidade em uma sociedade que ainda os vê de forma distorcida. A visão evolucionista que predomina em nosso país trata os indígenas como se estivessem em um estágio inferior, como se a única saída fosse se integrar e se assimilar à cultura dominante. Essa perspectiva ignora a riqueza e a profundidade das culturas indígenas, além de desvalorizar o que eles têm de mais precioso, que são suas tradições, suas línguas e seus saberes milenares.

Para os povos indígenas, essa luta é dupla: além de buscarem afirmar e proteger suas identidades, também têm de lutar por seus direitos, por um reconhecimento digno, tanto no Brasil quanto no resto do mundo.

Esse contexto nos leva a repensar o papel da educação na mudança desse quadro. Precisamos olhar para as culturas indígenas de uma forma mais justa, como algo vibrante, essencial e presente, não como algo distante e pertencente apenas ao passado. Só assim poderemos reconhecer as enormes contribuições dos povos indígenas, tanto na nossa história quanto no presente. Essa mudança de visão não é algo que cabe só aos indígenas, mas é responsabilidade de todos nós, de cada um de nós, que precisa ouvir suas vozes, aprender com suas histórias e lutar ao lado deles para garantir o protagonismo que merecem.

Isso inclui entender as lutas, conquistas e desafios enfrentados por esses povos.

Nestas perspectivas críticas, há uma ruptura com o desconhecimento, com o silenciamento e com os preconceitos historicamente criados contra esses povos, que vão desde a concepção de ingenuidade à condição de vítimas, atributos que analisados isoladamente tiram-lhes a potência política. (KAYAPÓ, 2019, p.66).

Ao refletirmos sobre a Lei 11.645/2008 é possível identificar críticas e limitações no contexto eventual, âmbito temporário para a prática docente, o que envolve a forma como é interpretada e implementada pelas escolas e redes de ensino. Muitas vezes, a inclusão desse conteúdo é feita de forma superficial e pontual, apenas para cumprir uma obrigatoriedade legal. Além disso, a falta de investimento em formação continuada para os professores e de espaços para o debate e a troca de experiências também dificulta a sua implementação adequada.

É preciso que as secretarias estaduais e municipais incluam ainda a temática indígena nos estudos, nas capacitações periódicas e na formação continuada, e a abordagem deve se dar na perspectiva da socio diversidade historicamente existente no Brasil: por meio de cursos, seminários, encontros de estudos específicos e interdisciplinares destinados ao professorado e aos demais trabalhadores/as em educação, com a participação de indígenas e a assessoria de especialistas reconhecidos. É preciso, também, adquirir livros que tratem da temática indígena, destinados ao acervo das bibliotecas escolares. Outro grande desafio e urgente necessidade é a produção – com assessorias de pesquisadores e especialistas – de vídeos, subsídios didáticos, textos etc. sobre os povos indígenas, para utilização em sala de aula, proporcionando ainda o acesso a publicações – livros, revistas, jornais e fontes de informações e pesquisas sobre os povos indígenas (SILVA, 2008, p.220)

O contexto social e político do país também impõe limitações à prática docente em relação à Lei 11.645/2008. Ainda há resistências e preconceitos enraizados na sociedade, que muitas vezes se refletem dentro da sala de aula. A falta de diálogo e de acolhimento dessas temáticas por parte da comunidade escolar, dos pais e dos alunos pode criar um ambiente desfavorável para a abordagem desses conteúdos, gerando conflitos e dificuldades para o professor. Um ponto importante é que “As contradições e preconceitos tem na ignorância e no desconhecimento sobre o mundo indígena suas principais causas e origens e que precisam ser rapidamente superadas” (BANIWA, 2006, p.35).

Historicamente os índios têm sido objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não-índios e, em consequência, dos próprios índios, marcadas profundamente por preconceitos e ignorância. Desde a chegada dos portugueses e outros europeus que por aqui se instalaram, os habitantes nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamentos quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e à natureza biológica

e espiritual que lhes são próprias (p.34).

Além disso, é importante que haja um trabalho contínuo de valorização da diversidade étnica e cultural, dentro e fora da sala de aula, para que a lei seja devidamente compreendida e respeitada.

Na nossa sociedade a escola tem papel privilegiado na formação humana, buscando responder às demandas sociais. Ainda que se levem em conta as dificuldades e os desafios presentes nos processos de ensino-aprendizagem, no fazer pedagógico, a escola é um locus onde a efetivação da Lei possibilitará viabilizar espaços que favoreçam o reconhecimento da diversidade e uma convivência respeitosa baseada no diálogo entre os diferentes atores sociopolíticos, oportunizando igualmente o acesso e a socialização dos múltiplos saberes (SILVA, 2008, p.221).

As formas de movimento e trabalho relacionadas às temáticas indígenas no cotidiano escolar têm se mostrado fundamentais para a promoção de uma educação abrangente e respeitosa à diversidade cultural. Uma das maneiras de abordar essas questões é por meio de atividades físicas que envolvam danças e jogos típicos das diferentes etnias indígenas. Além de promover a valorização das culturas indígenas, essas práticas também contribuem para o desenvolvimento motor e social dos alunos.

O ponto de partida para o ensino crítico da temática indígena consiste em considerar sempre a atualidade dos povos indígenas. Ou seja, por meio de usos de mapas para localização dos povos indígenas atuais, desvincular a ideia de passado colonial em que todos os índios supostamente foram exterminados. O Censo do IBGE/2022 contabilizou a população indígena no Brasil em cerca de 1,7 milhão de indivíduos – os que se autodeclararam índios (SILVA, 2008, p.221).

Com relação à inserção dos povos indígenas nos currículos escolares ao longo do tempo, desde o século XIX até os dias atuais, passaram a fazer parte dos conteúdos relacionados à fase de Colonização. No entanto, é enfatizado que, após a formação do Estado Nacional, esses povos desaparecem dos currículos, deixando de ser abordados. Portanto, é necessário repensar e atualizar os currículos escolares, garantindo a presença e valorização da história e cultura indígena.

Até recentemente, era ensinado nas escolas que o desaparecimento dos povos indígenas teria relação com a sua integração no processo colonial e a sua posterior “aculturação”, produzida por mudanças culturais progressivas, até que o desaparecimento se consumaria pela perda da identidade étnica e a definitiva integração desses povos à sociedade nacional. Os argumentos mencionados são fundamentados na percepção dos indivíduos e grupos

indígenas como passivos, vitimados por uma relação de dominação que não deixou margem para nenhum tipo de reação ou inovação. Desconsidera-se a “cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam” (ALMEIDA, 2013, p.22).

Essa visão reforça a percepção dos indígenas como vítimas passivas, incapazes de reagir ou inovar diante da dominação. No entanto, essa perspectiva desconsidera a cultura como um produto histórico, dinâmico e flexível, formado tanto pela tradição quanto pelas novas experiências vividas pelos indígenas.

Fazem parte da dinâmica cultural os intercâmbios e as interações com outras culturas, quando acontecem perdas e ganhos de elementos culturais, inclusive biológicos, mas que não resultam em perdas das identidades em interação. Dito de outra forma, não existe cultura estática e pura, ela é sempre o resultado de interações e trocas de experiências e modos de vida entre indivíduos e grupos sociais (BANIWA, 2006, p.50).

Essa visão tradicional sobre o desaparecimento dos povos indígenas baseava-se na ideia de que a perda da identidade étnica e a integração à sociedade nacional eram uma consequência inevitável da aculturação. No entanto, essa abordagem negligencia o fato de que a cultura é constantemente moldada e transformada pela interação entre tradições e novas experiências vividas pelos indivíduos e grupos indígenas. Portanto, é importante considerar a cultura como um fenômeno dinâmico, capaz de se adaptar e resistir às pressões externas.

Assim, a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores. A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global (KAYAPÓ, 2019, p.08).

As tecnologias neste momento podem contribuir muito, na internet pode-se encontrar muito material referente às comunidades indígenas atuais como: artigos; livros; vídeos; lives; palestras, materiais produzidos pelos os próprios indígenas. Essa metodologia proporciona ouvir e constatar o pensamento e atividade das diversas etnias existentes no Brasil e especificamente em Goiás como os povos Tapuia, Yny Karajá, e Avá-Canoeiro.

Diante do desconhecimento e falta de material que pudesse contribuir para uma nova abordagem que desconstruísse o modelo de pensamento excludente e que fornecesse suporte

para iniciar um trabalho significativo de reparação, coloquei-me a pensar sobre essa lacuna, o que gerou esta inquietação.

Atualmente, temos muito material produzido pelas comunidades indígenas (artigos, livros, vídeos, lives, palestras), então é necessário um trabalho reflexivo por parte das/os docentes que contribua para uma mudança de paradigma. É importante atribuir outras perspectivas para tratar a temática indígena na escola. Não se trata mais de levar o olhar antropológico de pesquisadores não indígenas.

Propomos uma(s) pedagogia(s) que promova(m) estratégias de intervenção criativas e inventivas. Intervenções políticas que possam, nos espaços cotidianos de fazer educativo, dar lugar à imaginação, aos sentimentos, à história singular e plural ao mesmo tempo que dá espaço ao pensamento, à criação e à reflexão. Uma (s) pedagogia(s) como ruptura e novidade, eleição e decisão política, que entenda que o poder-saber não o é algo conquistado ou a conquistar e sim algo que se exerce, para que certas ações efetivas estruturam o campo de outras ações possíveis, que algo diferente ocorra, que se reorganize o existente de uma maneira diferente (MOUJAN, CARVALHO, JUNIOR, 2020, p.38).

Isso implica em uma abordagem que se concentra na descolonização do pensamento, da educação e do currículo, que questiona as estruturas e práticas educacionais que perpetuam o colonialismo, o racismo, o genocídio, a violência e outras formas de opressão, e é no chão da escola que professoras/es podem contribuir para essa desconstrução de ideias, valores e crenças que foram historicamente promovidas pelo colonialismo. Kayapó (2019) sugere algumas atividades pedagógicas voltadas para o estudo da história e da cultura dos povos indígenas nas escolas não indígenas.

[...] os professores poderão analisar os conteúdos dos livros didáticos, identificando os preconceitos, a discriminação e as omissões do poder público e da sociedade no que se refere aos povos indígenas, assim como podem recorrer às fontes atuais da imprensa para analisá-las sob a ótica das contradições, das tensões sociais e das tendências políticas que estão envolvidas nas questões indígenas. Podem ainda indicar que a temática está posta no presente e envolve grupos políticos que mantêm a prática genocida, a exemplo dos setores envolvidos no encaminhamento do Projeto de Emenda Constitucional considerado um retrocesso na demarcação das terras e na conquista da autonomia dos povos indígenas (KAYAPÓ, 2019, p.75).

Kayapó (2019) sugere também o trabalho com literatura infantojuvenil, e outros como filmes, documentários etc. disponíveis na rede e os materiais físicos produzidos pelos próprios indígenas e não indígenas além de visitas técnicas dos discentes em aldeias, aos museus e presença de integrantes desse povo nas unidades escolares.

A partir desse diálogo com autores indígenas vislumbramos, para além da dissertação, a produção de material didático que não apenas proporciona aos alunos uma compreensão mais profunda da história e cultura indígenas do Brasil, mas também os capacitam a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, promovendo diálogos interculturais, bem como o respeito à diversidade e à justiça social.

A aulas-oficinas, serão metodologicamente construídas em etapas de desenvolvimento como: introdução (apresentação do tema e discussão inicial, com questões norteadoras), apresentação específica do tema (conceito, obras, mapas, música etc.), análise e reflexão (atividade em grupo de discussão), atividade prática, apresentação e conclusão (breve reflexão final).

Almeja-se que essas atividades pedagógicas possam prover aos discentes uma experiência de aprendizado significativa e envolvente, promovendo uma educação descolonizadora desafiando as narrativas dominantes e impulsionando uma compreensão mais autêntica e empática das experiências dos povos indígenas brasileiros.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, José L. de Q. et al. (Orgs.). **Diversidades étnico-raciais & interdisciplinaridade: diálogos com as leis 10.639 e 11.645**. Campina Grande/PB, EDUFPG, 2013.
- ALMEIDA, Maria R. Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, 2013.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. “Antropologia Colonial no caminho da Antropologia Indígena”, **Novos Olhares Sociais**, vol. 2, n. 1, (2019).
- BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC; SECADI; LACED, 2013.
- BITTENCOURT, M. Circe F. História das populações indígenas na escola: memória e esquecimento. In: Araújo, Cintia M. de. **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- CANDAU, Vera Maria e MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). **Multiculturalismo e educação: desafio para prática pedagógica**. In: Multiculturalismo diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CANDAU, Vera Maria e MOREIRA. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: editora 7Letras, 2009.
- CANDAU, Vera Maria e MOREIRA. **Didática crítica intercultural: aproximações**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2012.
- CARVALHO, Priscila Delgado. **Há lugar para movimentos sociais na teoria decolonial?**. 2015. Disponível em: <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wpcontent/uploads/2015/01/Texto_Alacip_PriscilaDelgadoCarvalho.pdf> Acesso em: 5 jul. 2023
- CUNHA, Manoela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ESCOBAR, Arturo. **Território de diferencia: Lugar, movimentos, vida, redes**. Editora Enviñon, 2010
- FAZENDA, I.C.A. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, A imagem do índio e o mito da escola. In MARFAN, Marilda A. org. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação- **Formação de Professores: educação escolar indígena**, Brasília: MEC, 2002, p.93-99.

GERLIC, Sebastián; ZOETTL, Peter Anton (orgs.). *Índios na visão dos índios: Potiguara*. Salvador: Thydêwá, 2011.

<https://aldeiasangradouro.blogspot.com/> <https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/dialogo>. Acesso em: 11 set. 2023.

IPAMERI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Flórida**: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ipameri&oldid=67326191>>. Acesso em: 18 set. 2023.

<https://www.todamateria.com.br/lenda-da-mandioca/>. Acesso em: 10 março. 2023).

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos**: história indígena do Brasil contada por um índio. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

KAYAPÓ, Edson; SESC. SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso. SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO [SESC]. **Educação em rede**: culturas indígenas, diversidade e educação, v. 7, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERTO, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Encontros**. Organização de Sergio Cohn. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.

KRENAK, Ailton. Pensando com a cabeça na terra. **Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. 2017.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019a.

KRENAK, Ailton. “**Nossos mundos estão em guerra**”. Depoimento a José Eduardo Gonçalves e Maurício Meirelles. *Olympio*, 2, dezembro de 2019. Belo Horizonte: Miguilim, 2019b.

KRENAK, Ailton. **O eterno retorno do encontro**. In: NOVAES, Adauto; FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE (Brasil) (org.). *A outra margem do ocidente*. Brasília, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Um rio um pássaro**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2023

KRENAK, A. **Os brancos querem comer o mundo**. Mas nós, nós somos o mundo [Internet].

São Paulo: n-1 edições; 2020 [citado 19 Abr 2021]. Disponível em: <<https://www.n1edicoes.org/os-brancos-querem-comer-o-mundo-mas-nos-nos-somos-o-mundo>> Acesso em: 18 set. 2023.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF –Dossiê: literatura língua e identidade**, n.34, 2008.

MOUJAN, CARVALHO E JUNIOR. **Pedagogias de(s)coloniais: Saberes e fazeres**. Palmas: EdUFT. 2018.

MONAGREDA, Johanna K. **Estado e cidadania diferenciada a partir do pertencimento étnico-racial afrodescendente no Brasil e na Venezuela: uma perspectiva comparada**. (Dissertação, Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses**. Conversa sobre a origem e a cultura brasileira. São Paulo: Global, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. **Literatura indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade**. 2011. Disponível em: <http://sociedadepoetasamigos.blogspot.com.br/2014/12/literatura-indigena-e-otenu-fio-entre.html>. Acesso em: 1 Mar. 2018.

RADIO YANDÊ. Documentário mostra luta pela conquista da cidadania e trajetória do movimento indígena. Entrevista com Rodrigo Siqueira, 9 de março de 2015. Disponível em: <<http://radioyande.com/>>

ROMEIRO, Julieta; APOLINÁRIO, Maria Raquel; MELANI, Ricardo; JUNQUEIRA, Silas Martins. **Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. São Paulo: Moderna, 2020.

SILVA, E. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2013. DOI: 10.20949/rhhj.v1i2.48. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/48>.> Acesso em: 7 jul. 2023.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, 2014.

SILVA, Maria da Penha da. A “presença” dos povos indígenas nos subsídios didáticos: leitura crítica sobre as abordagens das imagens e textos impressos. **Minemosine Revista**, v. 1, nº 2, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena”. In: **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Plurinacionalidade e Decolonialidade: As insurgências político-epistêmicas de reembolsar o Estado**. Tábula Rasa, 9 de julho a dezembro, Bogotá.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: Insurgir, reexistir y reviver**. Em P. Melgarejo (comp), Educação Intercultural na América Latina: Memórias, horizontes históricos e disyuntivas políticas. México: Universidade Pedagógica Nacional,

CONACIT, Editorial Plaza e Valdés. Recuperado de: <http://www.saudecoletiva2012.com.br/userfiles/file/didatico03.pdf>

WALSH, Catherine. Interculturalidade, Estado e Sociedade. Lutas (de)coloniais de nossa época. **Quito**: Universidade Andina Simón Bolívar, Editorial Abya-Yala, 2009.

WALSH, Catherine, Oliveira, Luiz Fernandes & Candau, Vera Maria: **Colonialidade e pedagogia decolonial**: Para pensar uma educação outra. Arquivos Analíticos de Políticas educativas. Vol. 26, Nº 83. Revista acadêmica. Arizona State University, 2018.

WALSH, C. **¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales?** Rev Nómadas. 2007.

WALSH, Catherine. **"Interculturalidade e decolonialidade do poder**: um pensamento e posicionamento 'outro' a partir da diferença colonial". Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) V. 05, n. 1, Jan.-Jul., 2019.

7. APÊNDICE

**TEMÁTICA INDÍGENA
NO CONTEXTO ESCOLAR
CONFORME A LEI 11.645/2008**



Márcia de Souza Pereira

TEMÁTICA INDÍGENA

AULA-OFICINA

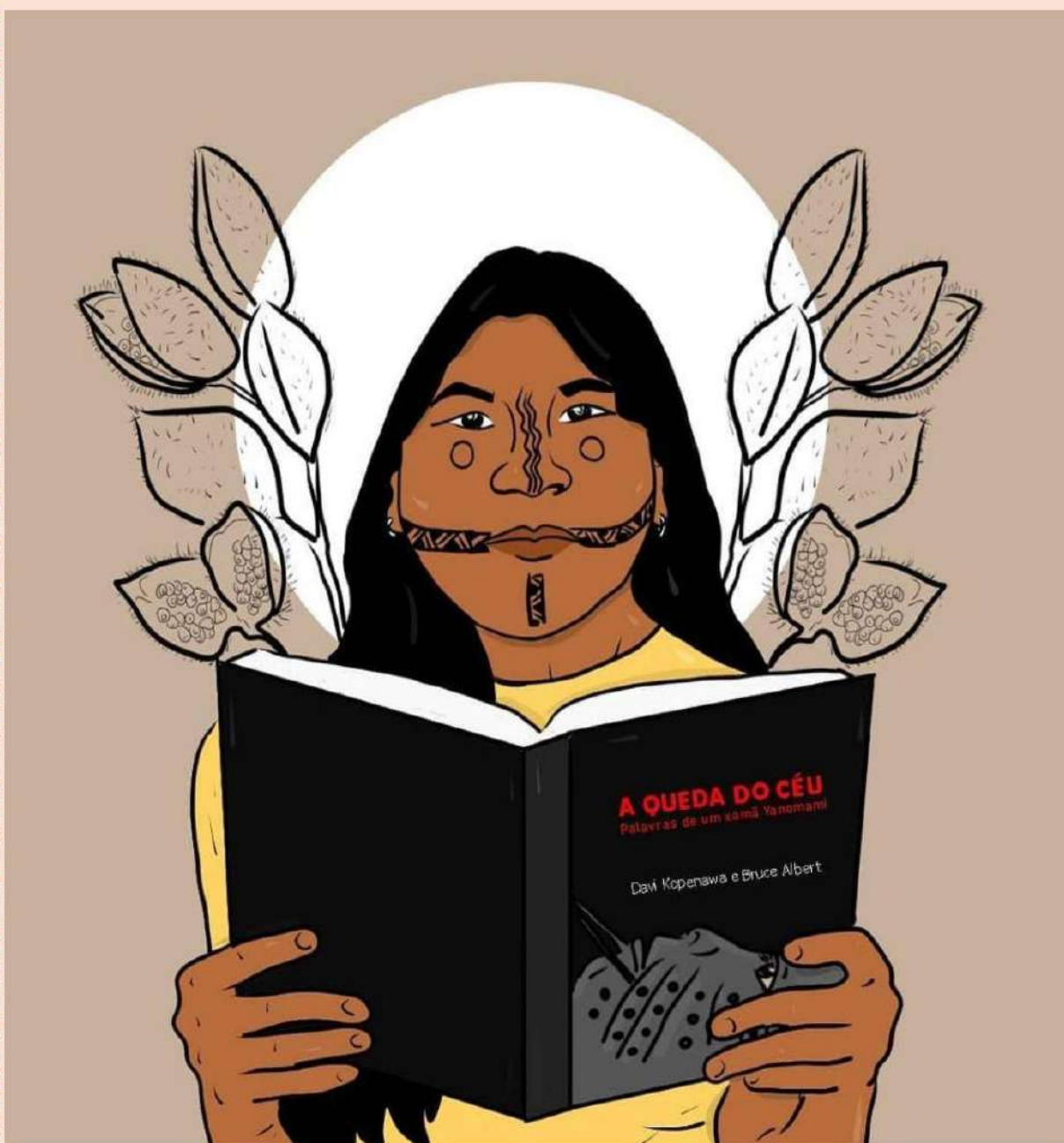
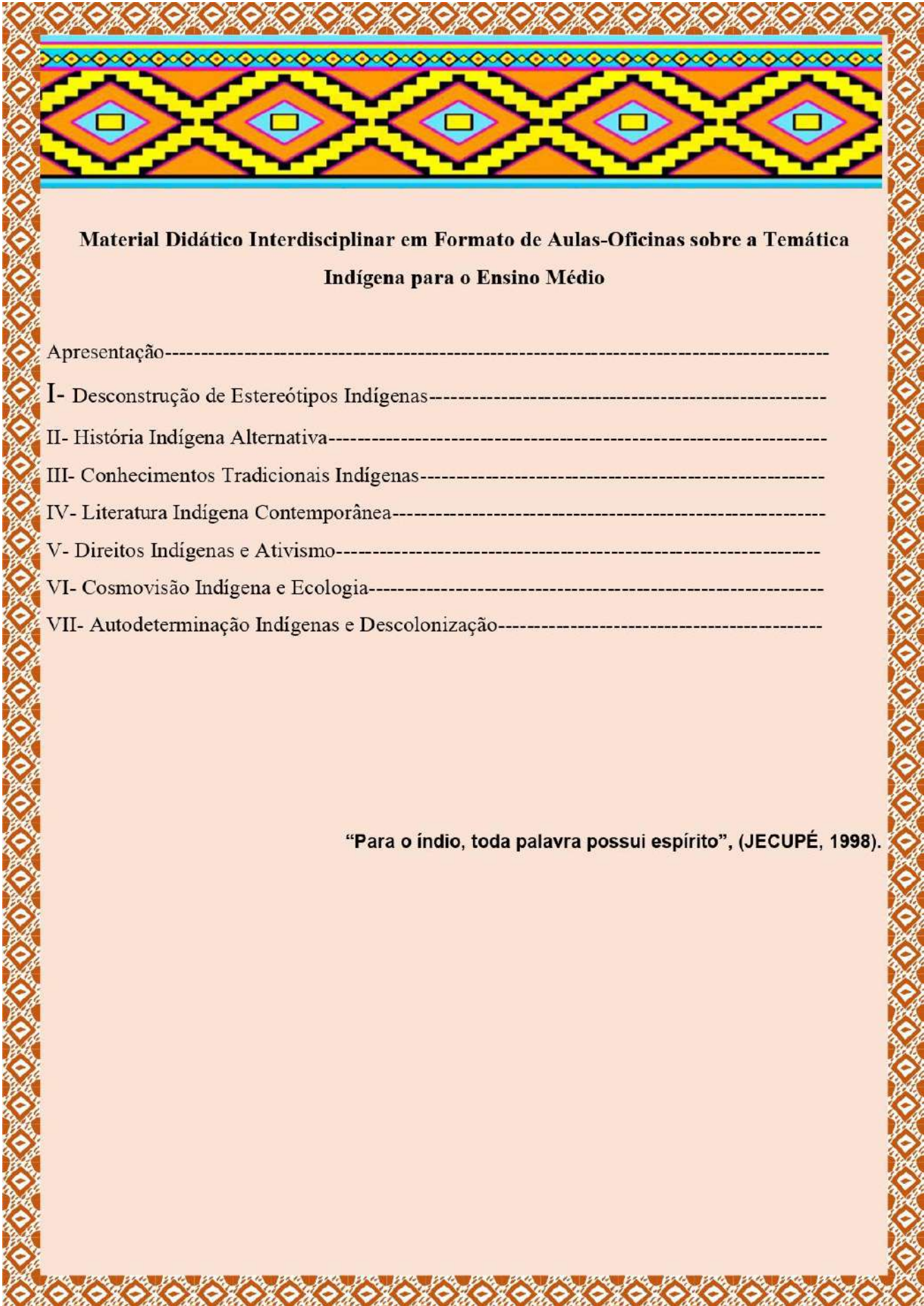


Ilustração: Yacunã Tuxá

ENSINO MÉDIO



**Material Didático Interdisciplinar em Formato de Aulas-Oficinas sobre a Temática
Indígena para o Ensino Médio**

Apresentação-----

I- Desconstrução de Estereótipos Indígenas-----

II- História Indígena Alternativa-----

III- Conhecimentos Tradicionais Indígenas-----

IV- Literatura Indígena Contemporânea-----

V- Direitos Indígenas e Ativismo-----

VI- Cosmovisão Indígena e Ecologia-----

VII- Autodeterminação Indígenas e Descolonização-----

“Para o índio, toda palavra possui espírito”, (JECUPÉ, 1998).

APRESENTAÇÃO

Este material didático foi criado com o propósito de promover um conhecimento profundo e crítico sobre a história e a cultura indígena no Brasil. Ele oferece suporte tanto para docentes quanto para discentes na construção de uma compreensão ampla e inclusiva das culturas indígenas, destacando suas complexidades, suas lutas e suas contribuições para a sociedade brasileira.

Objetivos do Material:

1. **Apoiar na construção do conhecimento:** Este material busca proporcionar a estudantes e docentes uma compreensão mais ampla sobre a presença indígena no Brasil, destacando sua resistência histórica, a riqueza de seus saberes e práticas culturais, e a importância de sua preservação e valorização.

2. **Reduzir estereótipos e preconceitos:** Apresentando uma abordagem informada e crítica, o material combate visões estereotipadas e preconceituosas que ainda persistem sobre os povos indígenas, promovendo uma atitude de respeito e empatia em relação às suas realidades e identidades.

3. **Destacar as lutas por direitos e territórios:** Um dos focos centrais deste material é ressaltar a resistência indígena ao longo dos séculos. Desde o período colonial até os dias de hoje, as populações indígenas enfrentam desafios para proteger seus territórios e garantir seus direitos fundamentais. Essas lutas são essenciais para compreender a importância da autodeterminação, da preservação cultural e da soberania alimentar, além de permitir uma reflexão sobre o impacto da perda de terras e recursos naturais na vida dessas comunidades.

4. **Oferecer conteúdo atualizados e relevantes:** O material aborda temas atuais e contextualizados, como o ativismo indígena, a defesa dos direitos ambientais e sociais, e as interações interculturais, ampliando o debate sobre cidadania e justiça social.

5. **Incluir vozes indígenas:** Este material dá protagonismo às próprias comunidades indígenas, incorporando produções e reflexões de autores e lideranças indígenas. Dessa forma, docentes e estudantes têm acesso direto às perspectivas daqueles que vivem essa realidade, valorizando as vozes de quem luta por seus direitos e territórios.

Este material foi desenvolvido para contribuir de forma significativa com uma educação crítica e consciente, que valorize a diversidade cultural e histórica do Brasil e reconheça a importância das lutas indígenas na formação de nossa sociedade.

As aulas-oficinas propostas são uma ferramenta essencial para abordar a temática indígena sob diferentes perspectivas, incentivando uma compreensão mais inclusiva dos povos indígenas entre os estudantes. Com duração de 50 minutos cada, essas oficinas podem ser adaptadas para diversas disciplinas, promovendo uma abordagem interdisciplinar que fortalece o processo de ensino e aprendizagem.

I AULA-OFICINA



DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS INDÍGENAS



Pataxó, *Sem título*, 2009.



I AULA-OFICINA: DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS INDÍGENAS

PÚBLICO-ALVO: Estudantes do Ensino Médio

1. TÍTULO DA OFICINA:

Desconstrução de Estereótipos Indígenas

2. DURAÇÃO:

4 aulas (4 x 50 minutos)

3. OBJETIVO GERAL:

Desafiar estereótipos comuns sobre os povos indígenas e promover uma visão mais autêntica e respeitosa, descolonizando a visão eurocêntrica.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar e discutir estereótipos comuns sobre os povos indígenas.
- Compreender a diversidade cultural entre as diferentes etnias indígenas.
- Promover reflexões críticas sobre a representação indígena na mídia e na educação.
- Criar um projeto colaborativo que represente uma visão autêntica das culturas indígenas.

5. CONTEÚDOS:

- Estereótipos e preconceitos sobre povos indígenas.
- Diversidade cultural e minorias das comunidades indígenas.
- Representação indígena na mídia e em materiais didáticos.
- Direitos dos povos indígenas e sua luta por visibilidade.

6. HABILIDADES DESENVOLVIDAS (BNCC)

- (EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

- **(EM13CHS301)** Analisar os processos de construção das identidades sociais e as formas de representações coletivas, incluindo a diversidade cultural e as relações de poder entre diferentes grupos, com ênfase nas questões de etnia, gênero, classe social, raça e orientação sexual.

7. METODOLOGIA:

➤ Aula 1: Introdução aos Estereótipos.

• **Apresentação da temática:**

Os estereótipos indígenas são simplificações e generalizações que dificultam a compreensão da diversidade e complexidade das culturas indígenas. Muitas vezes, esses estereótipos representam os indígenas como pessoas primitivas ou em situações de pobreza, ignorando suas ricas tradições, conhecimentos e contribuições para a sociedade. Além disso, esses estereótipos podem perpetuar preconceitos e discriminações, impactando negativamente a forma como os povos indígenas são vistos e tratados. É fundamental promover a valorização e o respeito pelas identidades indígenas, reconhecendo a diversidade cultural e histórica que elas representam. Para combater estereótipos, a educação e o diálogo são essenciais, permitindo uma maior compreensão e valorização das realidades vividas pelos povos indígenas.

• **Atividade 1:** Apresentação do vídeo para iniciar a discussão e quebra de estereótipos:

-**Vídeo (3:14):** “*Falas da Terra - Documentário sobre a cultura indígena no Brasil*” (A pluralidade do povo indígena que deu origem ao Brasil e a sua luta pelo direito de existirem, serem ouvidos e terem sua história e cultura valorizados vão conduzir a narrativa de Falas da Terra. Com depoimentos em primeira pessoa, o programa mostra a riqueza cultural dos mais de 300 povos indígenas existentes no país, que falam aproximadamente 200 línguas diferentes).

• **Atividade 2:** Dinâmica de grupo onde os estudantes listam estereótipos comuns sobre indígenas.

❖ **Sugestões de materiais para fundamentar a dinâmica.**

-**Vídeo (6:17):** *Povos Indígenas do Brasil* (Há muito mais em nós do que apenas uma palavra pode expressar, somos mais de 300 etnias, falamos mais de 270 línguas e somos quase 1 milhão de indígenas espalhados em todo território nacional seja em aldeia ou nas cidades, somos tão diversificados e do mesmo jeito tão únicos, sim somos os Povos indígenas do Brasil).

- **Site:** LGBTQ+ Spacey: Desmistificando estereótipos indígenas.

- **Site:** Fundo Brasil - Povos indígenas atualmente: quebre estereótipos.

- **Artigo:** "Apontamentos em prol de uma prática educativa comprometida eticamente com a temática indígena: Deconstructing stereotypes: notes in favor of an educational practice ethically pledged to the indigenous theme". Autores: Paula Gomes Mancini e Marta Coelho Castro Troquez.

- **Discussão:** Reflexão sobre a origem e impacto desses estereótipos.
- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

- 1- O que você entende por estereótipos e como eles podem influenciar a maneira como vemos as pessoas?
- 2 - Você pode citar alguns exemplos de estereótipos que são comuns em nossa sociedade?
- 3 - De que forma os estereótipos podem afetar as relações entre grupos diferentes ou entre indivíduos?

➤ **Aula 2: Diversidade Cultural.**

- **Apresentação da temática:**

A diversidade cultural indígena é um patrimônio inestimável para a humanidade. Existem mais de 370 línguas indígenas faladas no Brasil, cada uma com sua própria história e tradição. Essas línguas são fontes de conhecimento e sabedorias que contêm história, mitologia e conhecimento de manejo ambiental. A preservação dessas línguas é fundamental para garantir a continuidade da cultura indígena e combater a marginalização e a perda de identidade.

- **Atividade 1:** Pesquisa em grupos sobre diferentes etnias indígenas (ex.: Guarani, Yanomami, Xavante).

- ❖ **Sugestões de materiais auxiliares.**

- **Sites:** "Quem são os povos indígenas do Brasil?"

- **Site:** aprova total- Povos indígenas no Brasil: história, culturas e conflitos atuais

- **Texto:** "Diversidade cultural indígena." do livro: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Gersen Baniwa.

- **Apresentação:** Cada grupo apresenta suas descobertas, focando em aspectos culturais, sociais e históricos.

- **Discussão:** Reflexão sobre como a diversidade desafia os estereótipos.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. O que você entende por diversidade cultural e por que ela é importante para a sociedade?
2. Quais culturas ou grupos étnicos você conhece e quais características deles você poderia mencionar?
3. Como a diversidade cultural pode enriquecer nossas vidas e as interações sociais?

➤ **Aula 3: Mídia e Representação.**

- **Apresentação da temática:**

A representação indígena na mídia tem sido historicamente invisível e estereotipada. Os indígenas são apresentados como "selvagens", "primitivos" ou "exóticos", ocultando sua riqueza cultural e sua luta por direitos. A falta de representação é ainda mais grave quando se trata de mulheres indígenas, que são obrigadas a combater pelo seu lugar no espelho da sociedade. É necessário mudar essa realidade, investindo em produções que retratem a complexidade e a diversidade da Cultura indígena.

- **Atividade 1:** Exibição de clipes de filmes, documentários e propagandas que retratam indígenas.

- **Vídeo (1:00):** *Campanha Dia Nacional dos Povos Indígenas* (A campanha celebra a força da ancestralidade, que persiste, luta e existe. Hoje, a terra indígena resplandece em sua grandeza. É tempo de honrar a cultura, a história e a diversidade dos povos originários, que emergem exuberantes, pintados de urucum e jenipapo).

- **Vídeo (0:50):** *Manifesto da campanha "Indígenas, no plural"* - abril Indígena 2024 (Todas essas pessoas demonstram como cada caminho trilhado é uma afirmação da diversidade que pulsa em suas veias, uma afirmação de que a identidade indígena é dinâmica e vibrante).

- **Vídeo (0:30):** *Índios Campanha Ipiranga 2015.*

- **Site:** Representações étnicas: a representação indígena em propaganda do Posto Ipiranga.

- **Discussão:** Análise crítica da representação indígena na mídia.

- **Atividade 2:** Redação de um texto reflexivo sobre a imagem do indígena na sociedade brasileira.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Quais imagens ou representações você já viu na mídia sobre os povos indígenas? O que essas representações transmitem para você?
2. Como você acredita que a representação dos povos indígenas na mídia pode impactar a opinião pública e a cultura em geral?
3. Você já se deparou com alguma cobertura midiática que respeitasse a voz e a cultura dos povos indígenas? Como você avaliaria?
 - Qualidade e criatividade do projeto colaborativo.

➤ **Aula 4: Projeto Colaborativo.**

- **Atividade 1:** Criação de um projeto (pode ser um mural, uma apresentação, um vídeo) que represente a diversidade e a cultura indígena de forma respeitosa e autêntica.
- **Apresentação dos Projetos:** Os grupos apresentam suas criações para a turma.
- **Reflexão Final:** Discussão sobre o que aprenderam e como podem contribuir para a descolonização do conhecimento.

8. RECURSOS:

- Vídeos, documentários e texto sobre culturas indígenas.
- Materiais de pesquisa (livros, artigos, internet).
- Materiais para o projeto (papel, tinta, cartolina, etc.).

9. REFERÊNCIAS:

➤ **Aula 1**

Atividade 1:

- **Documentários (3:14):** *"Falas da Terra - Documentário sobre a cultura indígena no Brasil"*
<https://www.youtube.com/watch?v=repPmoz8ozQ>

Atividade 2:

- **Vídeo (6:17):** *Povos Indígenas do Brail*. Disponível em: https://youtu.be/unkNJF_mINQ.
- **Site:** LGBTQ+ Spacey: Desmistificando estereótipos indígenas. Disponível em: <https://lgbtqspacey.com/desmistificando-estereotipos-indigenas/>
- **Site:** Fundo Brasil - Povos indígenas atualmente: quebre estereótipos. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/povos-indigenas-atualmente-quebre-estereotipos/>
- **Artigo:** Desconstruindo estereótipos: apontamentos em prol de uma prática educativa comprometida eticamente com a temática indígena. Autores: Paula Gomes Mancini e Marta Coelho Castro Troquez.

<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/185/212>

➤ **Aula 2**

Atividade 1:

- **Sites:** “*Quem são os povos indígenas do Brasil?*” <https://aprovatotal.com.br/povos-indigenas-brasil/>

- **Site:** Aprova total- Povos indígenas no Brasil: história, culturas e conflitos atuais. Disponível em: <https://aprovatotal.com.br/povos-indigenas-brasil/>

- **Texto:** Diversidade Cultural Indígena, do livro: *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil* hoje. Gersen Baniwa. - Livro: *O índio brasileiro, o texto Diversidade cultural indígena.* Gersen Baniwa - pág.46 a 51. PDF e digital. Disponível em: https://www.academia.edu/32877726/BANIWA_Gersen_O_indio_brasileiro

➤ **Aula 3**

Atividade 1:

-**Vídeo (1:00):** *Campanha Dia Nacional dos Povos Indígenas-* <https://youtu.be/byRK-gGTJTI>

- **Vídeo (0:50):** *Manifesto da campanha "Indígenas, no plural" (Abril Indígena 2024) -* <https://youtu.be/xFOT7IZn7S4>

- **Vídeo (0:30):** *Índios Campanha Ipiranga 2014 -* <https://youtu.be/8VpY5r5VAIq>

- **Site:** Representações étnicas: a representação indígena em propaganda do Posto Ipiranga – Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0633-1.pdf>

II AULA-OFICINA



HISTÓRIA INDÍGENA ALTERNATIVA

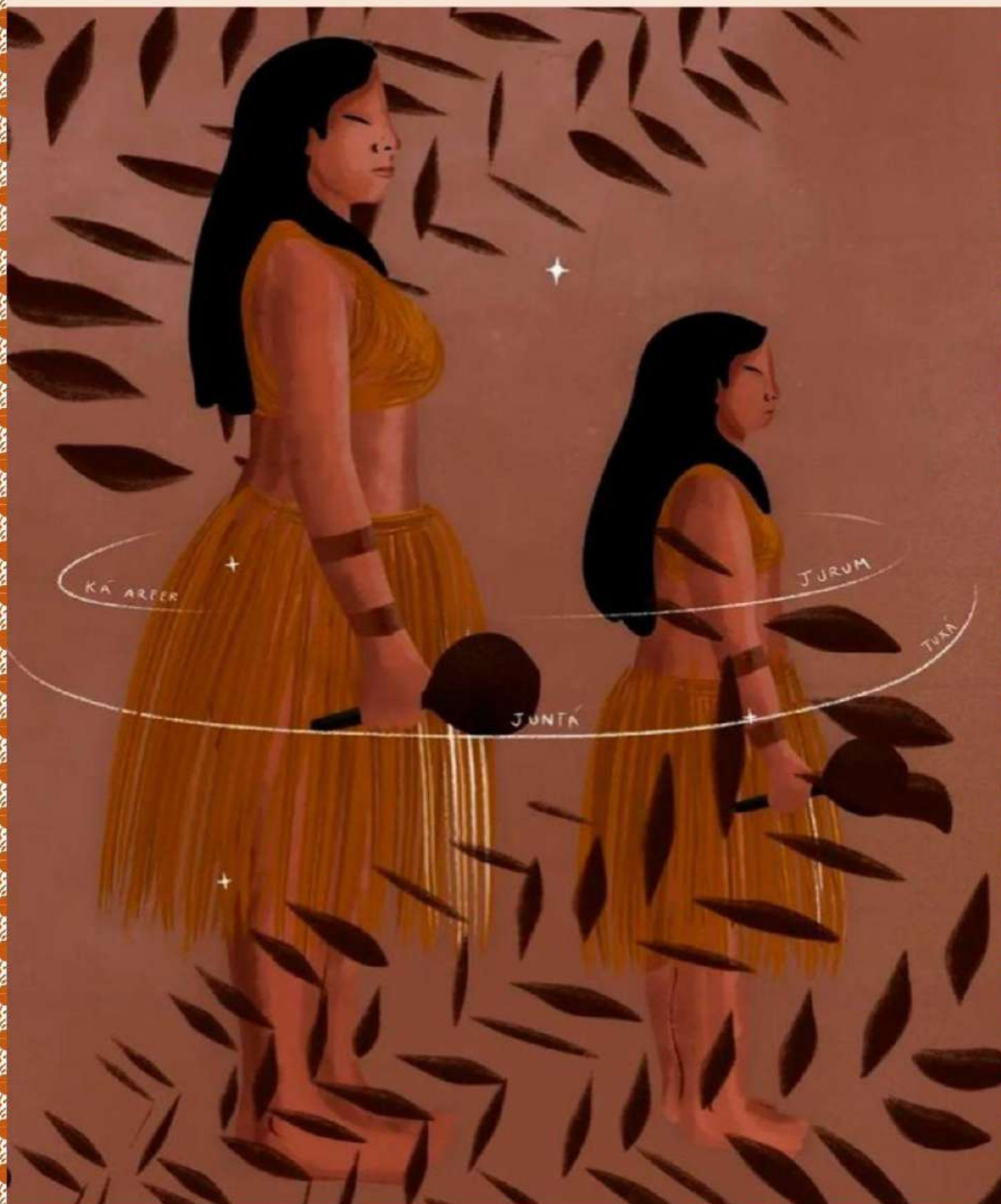


Ilustração: Yacunã Tuxá



II AULA-OFICINA: HISTÓRIA INDÍGENA ALTERNATIVA

PÚBLICO-ALVO: Estudantes do Ensino Médio

1. TÍTULO DA OFICINA:

História Indígena Alternativa

2. DURAÇÃO:

4 aulas (4 x 50 minutos)

3. OBJETIVO GERAL:

Descolonizar a visão eurocêntrica da história, promovendo uma compreensão mais completa e respeitosa da história e das culturas indígenas.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer a história dos povos indígenas a partir de suas próprias perspectivas.
- Reconhecer a importância das contribuições indígenas para a sociedade.
- Refletir criticamente sobre a narrativa histórica dominante e os processos de colonização.
- Valorizar a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

5. CONTEÚDOS:

- Narrativas históricas indígenas.
- A colonização e suas consequências para os povos indígenas.
- Contribuições indígenas em áreas como medicina, agricultura e ecologia.
- Diversidade cultural entre diferentes etnias indígenas.

6. HABILIDADES DESENVOLVIDAS (BNCC)

- **(EM13CHS104)** Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

- **(EM13CHS504)** Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

7. METODOLOGIA:

➤ Aula 1: Introdução à História Indígena.

• **Apresentação da temática:**

A indígena alternativa refere-se a narrativas e perspectivas sobre a história dos povos indígenas que desafiam as versões dominantes frequentemente apresentadas em livros didáticos e na mídia. Essa abordagem visa resgatar e valorizar a história, cultura, e experiências dos indígenas, muitas vezes marginalizadas ou distorcidas.

A história indígena alternativa procura apresentar os eventos do ponto de vista das comunidades indígenas, destacando sua resistência, adaptabilidade e as contribuições para a sociedade contemporânea. Isso inclui a preservação de saberes tradicionais, práticas culturais e a luta por direitos e reconhecimento. Ao contar essas histórias, busca-se criar um entendimento mais profundo e respeitoso das realidades indígenas, promovendo a descolonização do conhecimento histórico e a valorização da diversidade cultural.

- **Atividade 1:** Apresentação do vídeo (2:40): Clip do filme “Martírio” (premiado filme que traz o testemunho e a memória de mais de um século da omissão frente ao genocídio dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Dirigido pelo cineasta e indigenista Vincent Carelli, em colaboração com Ernesto de Carvalho e Tita).

- **Discussão (roda de conversa):** Reflexão sobre o clip do filme Martírio e as percepções iniciais dos estudantes sobre a história indígena e sua importância. Para nortear essa reflexão são apresentadas as seguintes perguntas reflexivas.

• **Reconhecimento de Importância.**

-Por que você acha importante estudar a história indígena na escola?

-Quais contribuições dos povos indígenas você identifica na nossa cultura, língua, culinária ou modo de vida?

-Como a história indígena pode ajudar a entender melhor a formação do Brasil e os desafios atuais da sociedade?

• **Reflexão Crítica**

-Você acredita que a história indígena é valorizada na sociedade? Por quê?

- De que forma os estereótipos sobre os povos indígenas podem distorcer o entendimento da história?
- Como o ensino da história indígena pode contribuir para combater preconceitos e promover o respeito à diversidade cultural?

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Quais são as principais características das culturas indígenas que você conhece?
2. Como você imagina que os povos indígenas viviam antes da chegada dos colonizadores?
3. Qual é a importância da História Indígena para a formação da identidade nacional brasileira?

➤ **Aula 2: A Colonização e suas Consequências.**

- **Apresentação da temática:**

A colonização teve sérias consequências para as comunidades indígenas. A exploração, a violência e o assassinato de indígenas foram comuns durante a colonização, levando à perda de vidas, à destruição de territórios e à perda de línguas e crenças tradicionais. A colonização também levou à implantação de estruturas sociais e econômicas específicas, que ainda afetaram as comunidades indígenas hoje em dia. É necessário considerar essas consequências e trabalhar para reparar os danos causados.

- **Atividade 1:** Debate em grupos sobre os efeitos da colonização nas vidas indígenas, utilizando textos e dados históricos. Dividir a sala em 5 grupos, em que serão trabalhados os seguintes materiais:

-Grupo 1 - Perda de Terras e Recursos Naturais

Texto: "*A Carta de Achamento de 1500*" (documento histórico) descreve o primeiro contato e a imposição da ocupação das terras indígenas pelos portugueses.

-Grupo 2 - Genocídio e Extermínio Populacional

Texto: "*O Povo Brasileiro*" de Darcy Ribeiro, que descreve o impacto da colonização na população indígena e os processos de aculturação forçada.

-Grupo 3 - Perda de Autonomia e Fragmentação Social

Texto: "*Os terenas e a política colonial*" (Marcos Terena), que analisa como os povos indígenas lutaram pela preservação de suas culturas e territórios durante a colonização e ainda hoje.

-Grupo 4 - Resistência e Ação dos Povos Indígenas

- Vídeo (55:14): *Ailton Krenak conta a sua trajetória e fala da luta permanente dos povos tradicionais no Brasil.*

-Grupo 5 - Efeitos Psicológicos e Identitários

- Vídeo (8:16): *Como grupos socialmente discriminados promovem sua saúde mental?* (O vídeo traz uma conversa com Otávio Kaxixó, estudante de Medicina da UFMG e representante estudantil do

Colegiado Especial Indígena; e Barbara Braga, que cursa Psicologia e faz parte do Centro de Convivência Negra da UFMG)

- **Vídeo (1:45):** *Como está a saúde mental dos povos indígenas?* (O filósofo, historiador e psicólogo Daniel Munduruku, do povo Indígena Munduruku fala sobre a relação da saúde mental com a presença de grupos religiosos nos territórios).

- **Apresentação:** Cada grupo apresenta suas ideias e reflexões sobre como a colonização alterou as culturas indígenas e suas terras.

- **Atividade 2:** Criação de uma linha do tempo que inclua os eventos significativos da história indígena, contrastando com os eventos da história eurocêntrica.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1-Como você percebe a influência da colonização na sociedade atual, em termos de cultura, economia e relacionamentos sociais?

➤ **Aula 3: Contribuições Indígenas para a Sociedade.**

- **Apresentação da temática:**

As contribuições indígenas para a sociedade são inúmeras. A Cultura Indígena tem ensinado valores como o respeito ao meio ambiente, a cooperação e a solidariedade. Além disso, as comunidades indígenas desenvolveram práticas tradicionais de manejo ambiental, como a agroecologia e a conservação do feedback. As contribuições indígenas também se estendem à medicina, ao artesanato e à música, refletindo a riqueza cultural e a centralidade da Cultura indígena na sociedade.

- **Atividade 1:** Pesquisa em grupos sobre as contribuições indígenas em áreas como agricultura (ex.: cultivo de milho, batata etc.), medicina e manejo sustentável.

- ❖ **Sugestões de materiais auxiliares.**

- **Site-** Entre Solo: “A contribuição dos indígenas para a agricultura”.

- **Site:** National Geographil- Sistema agrícola tradicional – Como os saberes indígenas podem salvar a Amazônia.

- **Site:** Povos indígenas e “desenvolvimento sustentável”.

- **Apresentação:** Grupos reunindo suas descobertas com a turma, destacando como essas contribuições são relevantes até hoje.

- **Discussão:** Debate sobre a importância de valorizar essas contribuições na sociedade contemporânea.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Quais contribuições dos povos indígenas você conhece que tiveram impacto na cultura brasileira?
2. Como você acredita que as práticas e conhecimentos indígenas podem contribuir para a preservação do meio ambiente?
3. De que maneira as contribuições indígenas podem ser reconhecidas e valorizadas na sociedade contemporânea?

➤ **Aula 4: Valorização da Diversidade Cultural.**

- **Apresentação da temática:**

A valorização da diversidade cultural é fundamental para garantir a proteção das comunidades indígenas e a preservação de suas línguas e tradições. A UNESCO emitiu a Declaração sobre a Diversidade Cultural, que confirma a importância da diversidade cultural para a humanidade. É necessário implementar políticas públicas que promovam a valorização da diversidade cultural e combatam a homogeneização e a perda de identidade.

- **Atividade 1:** Pesquisa e exposição em grupo, sobre diferentes etnias indígenas e suas culturas (tradições, idiomas, costumes).

- **Vídeo (14:46).** *“Tradições e valores morais – culturas indígenas”*. (Daniel Munduruku, Fabiane Medina, Darlene Taukane, Graciela Guarani, Marcos Terena, Severiá Idiorie e Graciliana Wakanã falam sobre a importância tanto do papel da criança quanto do papel dos mais velhos em suas tribos, sobre as memórias passadas através da oralidade pelos avós para as crianças e sobre o respeito ao momento presente).

- **Site:** Toda matéria: Povos indígenas do Brasil: principais etnias, suas culturas e histórias.

- **Atividade 2:** Criação de um mural colaborativo onde os estudantes representam graficamente as diferentes culturas indígenas exploradas.

- **Reflexão Final:** Discussão sobre o que aprenderam ao longo das aulas e como essas lições podem ser aplicadas na vida cotidiana para promover o respeito e a valorização das culturas indígenas.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. O que você entende por valorização da diversidade cultural indígena e por que isso é importante?
2. Quais práticas ou tradições indígenas você conhece que merecem ser valorizadas e preservadas?
3. Como a valorização da diversidade cultural indígena pode contribuir para o respeito e a convivência entre diferentes grupos sociais?

- Participação nas discussões e atividades em grupo.

- Qualidade e criatividade do mural colaborativo.

8. RECURSOS:

- Vídeos e documentários sobre a história indígena.
- Textos de relatos indígenas e materiais de pesquisa.
- Materiais para o mural (papel, tinta, marcadores etc.).

9. REFERÊNCIAS:

➤ Aula 1

Atividade 1:

- **Filme:** Apresentação do Clip "Martírio". Disponível em: <https://youtu.be/C4jNPwqjfk?si=44y3c-9FuUpH7Vu->

➤ Aula 2

Atividade 1:

-**Grupo 1 -Texto: "A Carta de Achamento de 1500" (documento histórico).**

Caminha, Pero Vaz de. *A Carta de Achamento do Brasil*. [1500]. Disponível em diversas edições modernas, como a organizada por Sérgio Buarque de Holanda (Fundação Biblioteca Nacional, 2000).

Disponível em: [CartaCaminha20pgs.pdf](#)

-**Grupo 2 -Texto: "O Povo Brasileiro" de Darcy Ribeiro. Ribeiro, Darcy. O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em:

<https://youtu.be/yVWUMOgi6h0> ou [O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil : Darcy Ribeiro : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#)

-**Grupo 3 - Perda de Autonomia e Fragmentação Social**

Texto: " Os terenas e a política colonial" (Marcos Terena), que analisa como os povos indígenas lutaram pela preservação de suas culturas e territórios durante a colonização e ainda hoje. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1318:catid=28

-Grupo 4 - Resistência e Ação dos Povos Indígenas

- **Vídeo (55:14):** Ailton Krenak conta a sua trajetória e fala da luta permanente dos povos tradicionais no Brasil. Disponível em: https://youtu.be/-o8lunpggXY?si=vC_KWPxlwHgTp8b3

-Grupo 5 - Efeitos Psicológicos e Identitários

- **Vídeo (8:16):** Como grupos socialmente discriminados promovem sua saúde mental? Disponível em: https://youtu.be/U6S6H_NSv5E?si=ZxVvQ2tXGxQEh9BB

-**Vídeo (1:45):** Como está a saúde mental dos povos indígenas? <https://www.youtube.com/watch?v=bE-wzGBWhPc&t=4s>

➤ **Aula 3**

Atividade 1:

- **Site:** Entre Solo: "A contribuição dos indígenas para a agricultura". Disponível em: <https://www.entresolos.org.br/a-contribuicao-dos-indigenas-para-a-agricultura/>

- **Site:** National Geographil- Sistema agrícola tradicional – Como os saberes indígenas podem salvar a Amazônia. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2022/08/sistema-agricola-tradicional-como-o-conhecimento-indigena-pode-salvar-a-amazonia>.

-**Site:** Povos indígenas e "desenvolvimento sustentável" https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/NOL00033_2.pdf

➤ **Aula 4**

Atividade 1:

- **Vídeo (14:46):** "Tradições e valores morais – culturas indígenas". Disponível em: <https://youtu.be/UaCEY4gnyY0>

- **Site:** Toda matéria: Povos indígenas do Brasil: principais etnias, suas culturas e histórias. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/indios-brasileiros/>

III AULA-OFICINA



CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENA



Ilustração: Yacunã Tuxá



III AULA-OFFICINA: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS

PÚBLICO-ALVO: Estudantes do Ensino Médio

1. TÍTULO DA OFICINA:

Conhecimentos Tradicionais Indígenas

2. DURAÇÃO:

4 aulas (4 x 50 minutos)

3. OBJETIVO GERAL:

Explorar narrativas históricas indígenas que desafiam a versão colonial predominante e promover uma visão mais diversificada e inclusiva da história do Brasil.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender a importância de importância e valorizar as narrativas históricas indígenas.
- Conhecer exemplos de narrativas históricas alternativas produzidas por povos indígenas.
- Refletir sobre o impacto do colonialismo na interpretação da história do Brasil.
- Promover uma visão mais descolonizada e plural da história brasileira.

5. CONTEÚDOS:

- Narrativas históricas indígenas e sua relevância.
- Exemplos de narrativas alternativas de diferentes etnias.
- Impactos do colonialismo na história brasileira.
- A construção de uma história plural e descolonizada.

6. HABILIDADES DESENVOLVIDAS (BNCC)

- **(EM13CHS101)** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
- **(EM13CHS302)** Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais - entre

elas como indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

- **(EM13CHS304)** Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aqueles que favorecem a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

7. METODOLOGIA:

Aula 1: Introdução às Narrativas Históricas Indígenas.

- **Apresentação da temática:**

Os tradicionais indígenas são um conjunto de saberes, práticas e valores que têm sido transmitidos de geração em geração entre os povos indígenas. Esses conhecimentos abrangem uma variedade de áreas, como agricultura, medicina, manejo sustentável dos recursos naturais, arte, espiritualidade e relações sociais. Fundamentais para a sobrevivência e identidade cultural dessas comunidades, eles refletem uma profunda conexão com a terra e o meio ambiente.

Esses saberes são frequentemente baseados na observação da natureza e no entendimento das interações entre os seres vivos. Por exemplo, muitas comunidades indígenas possuem conhecimentos avançados sobre plantas medicinais, utilizando-as para tratar diversas doenças de maneira eficaz. Além disso, práticas agroecológicas, como o sistema de plantio consorciado, evidenciam uma relação harmoniosa com o ecossistema, promovendo a biodiversidade e a sustentabilidade. A valorização e o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais indígenas são cruciais, não apenas para a preservação das culturas indígenas, mas também para o fortalecimento da biodiversidade global e o enfrentamento de desafios ambientais contemporâneos. A troca de saberes entre as culturas indígenas e a sociedade em geral pode enriquecer práticas e políticas de desenvolvimento sustentável, promovendo um futuro mais inclusivo e equilibrado.

- **Atividade 1:** Apresentação de um vídeo ou documentário que ilustra a perspectiva indígena sobre eventos históricos, como a chegada dos colonizadores.

- **Documentários (6:15):** *“A história contada por um indígena”*, com Daniel Munduruku (o vídeo apresenta o depoimento de Daniel Munduruku e alguns aspectos da cultura indígena).

- **Site:** Ciência e Cultura- Artigo “As contribuições dos povos indígenas para o desenvolvimento da ciência no Brasil”.

- **Discussão:** Reflexão sobre a diferença entre a narrativa colonial e a indígena, destacando a importância de ouvir as vozes dos povos originários.

- **Atividade 2:** Leitura de textos curtos de autores indígenas que abordam a história de suas comunidades.

- **Site: Revista Acrobata** - "Literatura Indígena Brasileira Contemporânea- Criação, Crítica e Recepção".

- **Livro:** "Literatura Indígena Brasileira Contemporânea – Autoria, Autonomia e Ativismo".

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. O que você entende por narrativas históricas indígenas e como elas se diferenciam das narrativas históricas tradicionais?
2. Quais histórias ou mitos indígenas você conhece e qual é a mensagem ou ensinamento que elas transmitem?
3. Como você acredita que as narrativas históricas indígenas podem contribuir para a compreensão da história do Brasil e da cultura nacional?

➤ **Aula 2: Exemplos de Narrativas Históricas Alternativas.**

- **Apresentação da temática:**

As narrativas históricas alternativas são fundamentais para a construção de uma compreensão mais completa e justa da história. Essas narrativas não são apenas uma opção, mas sim uma necessidade de romper com a hegemonia das narrativas tradicionais e dar visibilidade às vozes e perspectivas marginalizadas. Exemplos de narrativas históricas alternativas:

1- A Contribuição Indígena para a Medicina Tradicional: A história tradicional apresenta a medicina como uma ciência europeia, mas a verdade é que a medicina tradicional indígena é fundamental para a preservação da saúde. Uma narrativa alternativa pode destacar a contribuição indígena para a medicina, como o uso de plantas medicinais e práticas de cura tradicional.

2- A Importância da Conversação e Preservação de Línguas Indígenas: Uma história tradicional pode apresentar as línguas indígenas como meras "línguas exóticas", mas a verdade é que elas são fontes de sabedoria e conhecimento. Uma narrativa alternativa pode destacar a importância da preservação e conversação de línguas indígenas, como um patrimônio cultural e intelectual.

3- A Cultura Indígena na Arte e na Música. Uma história tradicional pode apresentar a arte e a música como produtos da cultura europeia, mas a verdade é que uma Cultura indígena é rica e influente. Uma narrativa alternativa pode destacar a contribuição indígena para a arte e a música, a cerâmica e a dança.

- **Atividade 1:** Pesquisa em grupos sobre diferentes etnias indígenas (ex.: Guarani, Tupinambá, Yanomami) e suas narrativas sobre eventos históricos significativos, como a colonização e a resistência.

❖ **Sugestões de materiais auxiliares.**

- **Texto** “Povos indígenas no Brasil: história, culturas e conflitos atuais”.

- **Apresentação:** Cada grupo apresenta suas descobertas, enfatizando a singularidade de cada narrativa.

- **Discussão:** Debate sobre como essas narrativas desafiam a história convencional e quais novos entendimentos podem surgir.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. O que você entende por narrativas históricas alternativas e como elas podem desafiar as versões tradicionais da história?
2. Como a inclusão de narrativas históricas alternativas pode enriquecer nossa compreensão do passado e do presente?

➤ **Aula 3: O Impacto do Colonialismo (continuação).**

- **Apresentação da temática:**

colonialismo teve um impacto devastador sobre as comunidades indígenas. A colonização trouxe consigo a exploração, a violência e a destruição cultural. Os indígenas foram obrigados a abandonar suas terras, suas línguas e suas culturas, e foram obrigados a se adaptarem às realidades impostas pelos colonizadores. Isso levou à perda de identidade e autonomia dos indígenas, e à presença de uma grande injustiça social e econômica. É necessário considerar esses efeitos e trabalhar para as peças dos danos causados pelo colonialismo.

- **Atividade 1:** Criação de um mural colaborativo onde os estudantes podem desenhar, colar imagens e anotar frases que representem as consequências do colonialismo nas culturas indígenas e na história do Brasil, utilizando as informações discutidas.

- **Apresentação:** Cada grupo apresenta seu mural, explicando suas escolhas e o que aprenderam sobre o impacto do colonialismo.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Quais foram algumas das principais consequências sociais e econômicas do colonialismo para os povos colonizados?
2. Como você percebe a relação entre colonialismo e a formação de estereótipos ou preconceitos sobre culturas indígenas e outros grupos?
3. De que maneira o legado do colonialismo ainda pode fazer sentido na sociedade atual, em termos de desigualdade e injustiça social?

➤ **Aula 4: Construindo uma História Plural e Descolonizada.**

- **Apresentação da temática:**

A descolonização é um processo complexo e amplo que visa romper com as estruturas e práticas coloniais e restabelecer a autonomia e a soberania dos povos e comunidades que foram colonizados.

A descolonização não é apenas a retirada dos colonizadores, mas também a transformação das relações de poder e a construção de novas formas de valorizar e respeitar as culturas e práticas dos povos colonizados. Isso requer um processo institucional que inclua:

1. Remoção das estruturas e práticas colonizadoras, como a educação, a saúde e a economia, e sua substituição por modelos mais justos e inclusivos;
2. Reconhecimento da autonomia. Reconhecimento da soberania e da autonomia dos povos e comunidades colonizadas, e a garantia de seus direitos e princípios;
3. Justiça reparadora, como a restituição de territórios e o ressarcimento de danos econômicos e culturais.
4. Reestabelecimento da cultura: Restauração e valorização das culturas e práticas dos povos colonizados, e a garantia de sua presença e participação em todas as áreas da vida social e política.

- **Atividade 1:** Reflexão em grupo sobre a importância de incluir as narrativas indígenas nos currículos escolares e na historiografia brasileira. Os estudantes podem discutir o que aprenderam nas aulas anteriores e como isso muda sua visão sobre a história do Brasil.

- **Vídeo (17:37):** *Série Índios no Brasil - Quem são eles?* (O documentário da TV Escola da série Índios no Brasil - Episódio 1: Quem são eles? Essa série conta com 10 programas que mostram como vivem e o que pensam os indígenas de nove povos: os Ashaninka e Kaxinawá do Acre; os Baniwa do Rio Negro, no Amazonas; os Krahô de Tocantins; os Maxacali de Minas Gerais; os Pankararu de Pernambuco; os Yanomami de Roraima; os Kaiowá do Mato Grosso do Sul; e os Kaingang da região Sul do País).

- **Atividade 2:** Criação de um projeto final em que os estudantes desenvolvem uma apresentação (pode ser em formato de vídeo, mural, teatro ou apresentação digital) que sintetize suas aprendizagens sobre a história indígena e suas contribuições. Cada grupo deve incluir narrativas históricas indígenas e discutir como essas histórias podem ser integradas ao currículo escolar.

- **Apresentação Final:** Cada grupo apresenta seu projeto para a turma, promovendo um espaço de troca e reflexão sobre a importância da descolonização da história.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. O que você entende por uma história plural e descolonizada? Quais elementos você acha que essa abordagem deve incluir?
2. Quais vozes ou perspectivas históricas você considera que foram superadas nas narrativas tradicionais?
3. Como a construção de uma história plural e descolonizada pode contribuir para a promoção da igualdade e do respeito entre culturas diferentes?

8. RECURSOS:

- Vídeos/documentários sobre a história indígena.
- Textos e livros de autores indígenas.
- Materiais para o mural (papel, canetas, revistas etc.).
- Acesso à internet para pesquisa.

9. REFERÊNCIAS:

➤ Aula 1

Atividade :1

- **Documentários (6:15):** “A história contada por um indígena”, com Daniel Munduruku-
<https://youtu.be/NEqAUbuDkAk?si=1hrSvulPMqFwo6K4>

- **Site: Ciência e Cultura-** “As contribuições dos povos indígenas para o desenvolvimento da ciência no Brasil”. Disponível em: <https://revistacienciaecultura.org.br/?p=3105>

Atividade 2:

- **Site: Revista Acrobata** - “Literatura Indígena Brasileira Contemporânea- Criação, Crítica e Recepção”. Disponível em:

https://docs.wixstatic.com/ugd/48d206_093effa656194602b2bb25561277a65d.pdf

- **Livro:** “Literatura Indígena Brasileira Contemporânea – Autoria, Autonomia e Ativismo”.

Disponível em: https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf

➤ **Aula 2**

Atividade 1:

- **Texto:** “*Povos indígenas no Brasil: história, culturas e conflitos atuais*”. Disponível em: <https://aprovatotal.com.br/povos-indigenas-brasil/>

➤ **Aula 4**

Atividade 1:

- **Vídeo (17:37):** *Série Índios no Brasil - Quem são eles?* - https://youtu.be/o_F9IVyS2kw

- **Texto:** “*Povos indígenas no Brasil: história, culturas e conflitos atuais*”. Disponível em: <https://aprovatotal.com.br/povos-indigenas-brasil/>

IV AULA-OFICINA
↔↔↔↔↔↔↔
**LITERATURA
INDÍGENA CONTEMPORÂNEA**



Ilustração: Yacunã Tuxá

IV AULA-OFCINA: LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA

PÚBLICO-ALVO: Estudantes do Ensino Médio

1. TÍTULO DA OFICINA:

Literatura Indígena Contemporânea: Vozes e Narrativas

2. DURAÇÃO:

4 aulas (4 x 50 minutos)

3. OBJETIVO GERAL:

Explorar obras literárias contemporâneas de autores indígenas e suas contribuições para a cultura e identidade indígenas, descolonizando a visão eurocêntrica da literatura.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender a importância da literatura indígena contemporânea na expressão das identidades e experiências dos povos indígenas.
- Conhecer obras literárias de autores indígenas e suas temáticas.
- Analisar os elementos culturais e históricos presentes na literatura indígena contemporânea.
- Refletir sobre a importância de valorizar e promover a diversidade de vozes na literatura.

5. CONTEÚDOS:

- Panorama da literatura indígena contemporânea no Brasil.
- Análise de obras selecionadas de autores indígenas (poesia, conto, romance, teatro).
- Temáticas recorrentes na literatura indígena: resistência, memória, identidade, ancestralidade, meio ambiente.
- Elementos culturais e históricos presentes nas narrativas.
- A importância da descolonização na literatura e na educação.

6. HABILIDADES DESENVOLVIDAS (BNCC)

- (EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais –

entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

7. METODOLOGIA:

➤ Aula 1: Introdução à Literatura Indígena Contemporânea.

- **Apresentação da temática:**

A indígena contemporânea tem ganhado destaque como uma poderosa ferramenta de resistência e revitalização cultural. Esta forma literária permite que vozes indígenas contem suas próprias histórias e perspectivas, desafiando narrativas tradicionais e preconceitos históricos. A descolonização do currículo é essencial para promover uma educação mais inclusiva e respeitosa, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e a sabedoria ancestral dos povos indígenas.

A incorporação da literatura indígena nos currículos não apenas enriquece o entendimento cultural, mas também emerge como um ato de justiça social, dando visibilidade a autores que frequentemente foram marginalizados. Autores como Ailton Krenak, Daniel Munduruku e Eliane Potiguara são figuras proeminentes nesse movimento literário, oferecendo obras que exploram a identidade, cosmologia e as lutas indígenas contemporâneas. Suas produções literárias são não apenas uma herança cultural, mas também um convite ao diálogo e à reflexão crítica sobre nossa relação com a terra e entre nós. Ao integrar essas vozes nas salas de aula, educadores podem desafiar as narrativas dominantes e promover uma compreensão mais holística e equitativa da história e cultura.

- **Atividade 1:** Apresentação do documentário que entrevista autores indígenas contemporâneos e discute o papel da literatura na preservação cultural e na resistência indígena.

-Vídeo (15:54): “*Culturas indígenas (2016)*”, de Ailton Krenak (O escritor e ambientalista Ailton Krenak conta um pouco da história de seu povo, impactado brutalmente pelo rompimento da Barragem do Fundão, no município de Mariana/MG, responsável pela morte do Rio Doce – um dos principais elementos da cultura e de sobrevivência do povo Krenak. Segundo ele, não há interesse por parte de editoras em publicar sobre o assunto, mas destaca a importância da literatura produzida por indígenas. O autor fala sobre o processo de produção de seu livro *O Lugar Onde a Terra Descansa*, escrito a partir de 40 horas de entrevista. E alerta, através da cosmologia Yanomami, sobre o impacto ambiental causado pelo ser humano).

-Vídeo (10:39): “*Culturas indígenas (2016)*”, de Márcia Kambeba (Márcia Kambeba, escritora de origem Omágua Kambeba, no Amazonas, cresceu em uma aldeia do povo Ticuna e reside hoje no Pará. Aos 8 anos, ela se mudou para a cidade, porém visitava a aldeia com frequência. Nessas visitas pôde observar o aumento gradativo do contato da civilização branca com a cultura daquele povo, que ainda mantém sua tradição oral. Ela também fala sobre alguns trabalhos de preservação da cultura).

-Vídeo (5:44): “Culturas indígenas (2017)”, de Davi Guarani (Davi Guarani, professor da Escola da Aldeia, fala sobre seu trabalho de liderança na aldeia guarani do Parque Estadual do Jaraguá, em São Paulo (SP), e sobre a resistência territorial dos Guarani, maior povo indígena da América do Sul, mas também o que tem menos terra. Na visão guarani a terra é de todos, e não propriedade privada. Ele fala ainda sobre a violência que enfrentou na escola não indígena, sobre a necessidade de a escola ser apropriada pela comunidade com sua própria identidade e sobre o equilíbrio dos saberes – como funciona o mundo do não indígena e os saberes dos ancestrais).

-Vídeo (13:23): “Culturas indígenas (2018)”, de Marcos Terena (Marcos Terena é líder indígena do povo Terena que vive na divisa do estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia. Saiu de lá para estudar em Brasília, onde viu a possibilidade de afirmar os costumes e as tradições de seu povo e dar voz aos conhecimentos indígenas. Neste vídeo, Marcos fala sobre sua conquista ao garantir a inserção dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, levando os pajés ao encontro de deputados e de Ulysses Guimarães).

- **Discussão:** Debate sobre a importância da literatura como ferramenta de resistência e expressão cultural para os povos indígenas. Reflexão sobre a invisibilidade da literatura indígena na formação literária tradicional.

- **Atividade 2:** Leitura de trechos de diferentes obras de autores indígenas, com foco em suas temáticas e estilos.

- **Texto:** Os autores da Literatura Indígena Brasileira.

- **Texto:** Gersen Baniwa: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje- Identidade Indígena: Orgulho de ser Índio (pág.38 a 48).

- **Texto:** Ailton Krenak- Humanidade que pensamos ser. (pág 28 a 34).

- **Texto:** Davi Kopenawa- “A queda do Céu” - O Espírito da Floresta.

- **Texto:** Daniel Munduruku, “O Banquete dos Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira”.

- **Texto:** Maria Julia Maltese- livro “Apuka”.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. O que você entende por literatura indígena contemporânea e quais autores ou obras você conhece?
2. Como você acha que a literatura indígena contemporânea pode contribuir para a valorização e preservação das culturas indígenas?

➤ **Aula 2: Análise de Obras Selecionadas.**

- **Atividade 1:** Divisão da turma em grupos, cada um responsável pela análise de uma obra literária de um autor indígena (poesia, conto, romance, etc.). Selecionar obras de diferentes etnias e gêneros.

- **Poema:** “índio eu não sou” de Márcia Kambeba

- **Poema:** “Território ancestral” de Márcia Kambeba.

- **Poema:** “Da humanidade levada pelas águas” (Em memória de Aylan Kurdi) de Graça Graúna;

- **Conto:** O Roubo do fogo - Mito Guarani de Daniel Munduruku.

- **Análise:** Os grupos analisam os elementos culturais e históricos presentes na obra escolhida, as temáticas abordadas, o estilo narrativo e a perspectiva indígena.

- **Apresentação:** Cada grupo apresenta sua análise para a turma, promovendo um debate sobre as diferentes obras e autores.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Você já leu alguma obra de um autor indígena? Se sim, quais foram suas reações sobre a narrativa e os personagens?

2. Quais elementos culturais você notou nas obras indígenas que você conheceu? Como eles se conectam com a identidade dos povos representados?

➤ Aula 3: Temáticas e Elementos Culturais.

- **Apresentação da temática:**

As temáticas e elementos culturais na literatura indígena contemporânea são fascinantes e complexos. Existem muitas questões recorrentes que são relevantes para a experiência indígena atual, como:

- **Resistência:** A resistência é uma temática muito importante na literatura indígena contemporânea.

Os indígenas têm sido e continuam a resistir ao colonialismo, ao patriarcado, à exploração econômica e à violência sistemática. A resistência é uma forma de lutar por seus direitos e suas terras.

- **Memória:** A memória é outra temática muito importante na literatura indígena contemporânea. Uma memória coleta os eventos passados e a história das comunidades indígenas, e serve para educar as novas gerações sobre suas raízes e seu passado. A memória também é uma forma de preservar a cultura e a identidade indígena.

- **Identidade:** A identidade é uma temática recorrente na literatura indígena contemporânea. A identidade é formada pela cultura, pela história, pela língua e pela religião. A identidade indígena é **uma forma de se conectar com a ancestralidade e com a comunidade.**

- **Ancestralidade:** A ancestralidade é uma temática importante na literatura indígena contemporânea.

A ancestralidade é a conectividade com os antepassados, que a identidade é fundamental para a cultura e para o indígena. A ancestralidade também é uma forma de preservar a história e a cultura.

- **Meio Ambiente:** A temática do meio ambiente é muito importante na literatura indígena contemporânea. Os indígenas têm uma relação profunda com a natureza e a preservação do meio ambiente é fundamental para a sobrevivência da cultura e da identidade indígena.

- **Atividade 1:** Discussão em grande grupo sobre as temáticas recorrentes na literatura indígena contemporânea: resistência, memória, identidade, ancestralidade, meio ambiente etc.

-**Vídeo (21:07):** “*Círculo de Saberes de Escritores e Realizadores Indígenas (2016)*” (Neste vídeo, estão reunidas falas de participantes desta primeira edição do Mekukradjá, com o intuito de trazer um panorama sobre a reflexão do fazer artístico e a identidade de cada povo).

- **Atividade 3:** Análise dos elementos culturais e históricos presentes nas obras estudadas nas aulas 1 e 2: linguagem, simbolismo, mitos, tradições etc.

- **Reflexão:** Como esses elementos contribuem para a construção da identidade indígena e para a descolonização da literatura.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. De que maneira você acredita que a literatura indígena pode desafiar estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas?

➤ **Aula 4: Valorizando a Diversidade de Vozes.**

- **Apresentação da temática:**

Valorizar a diversidade de vozes indígenas é fundamental para promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Isso significa dar voz àqueles que foram silenciados e marginalizados, e valorizar a riqueza e a diversidade cultural das comunidades indígenas.

Essa valorização é importante porque permite:

- **Respeito à autodeterminação:** Reconhecer a capacidade dos indígenas de se governarem mesmo e que têm seu próprio modo de vida, seus próprios valores e crenças .

- **Preservação da cultura:** Manter e preservar a cultura indígena, seus costumes, sua língua e sua identidade.

- **Descolonização:** Desconstruir as estruturas e práticas coloniais e imperialistas que perpetuam a marginalização e o silenciamento dos indígenas.

- **Reconhecimento dos direitos:** Reconhecer os direitos dos indígenas sobre suas terras, recursos naturais e autonomia política.

Podemos valorizar a diversidade de vozes indígenas de várias maneiras, como: Ouvir sobre a história, a cultura e a experiência dos indígenas, e respeitar suas opiniões e perspectivas, incorporar a perspectiva indígena em diferentes áreas, como a educação, a saúde e a política, respeitar a identidade indígena e não fazer distinções entre os indígenas e outros grupos étnicos, promover a participação indígena em espaços de decisão e tomada de decisão, e garantir a representação equitativa dos indígenas, especialmente em uma perspectiva feminina.

- **Atividade 1:** Debate sobre a importância de incluir a literatura indígena nos currículos escolares e na formação literária. Discussão sobre a representação e a visibilidade dos povos indígenas na literatura brasileira.

- **Atividade 2:** Criação de um projeto final: produção de um blog, podcast, vídeo, ou apresentação que divulgue a literatura indígena contemporânea e seus autores.

- **Apresentação Final:** Os grupos apresentam seus projetos para a turma, compartilhando suas descobertas e promovendo um debate final sobre a importância da literatura indígena.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

2. O que você entende por "diversidade de vozes" em um contexto social ou literário?
3. Você consegue identificar alguns grupos sociais cujas vozes são frequentemente marginalizadas ou silenciadas na sociedade?
4. Por que é importante valorizar a diversidade de vozes e como isso contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva?

8. RECURSOS:

- Obras literárias de autores indígenas (livros físicos ou digitais).
- Computadores com acesso à internet para pesquisas e criação do projeto final.
- Projetor e tela para apresentações.
- Materiais para a produção do projeto final (de acordo com o formato escolhido).
- Lista de autores e obras indígenas contemporâneas para consulta.

9. REFERÊNCIAS:

- **Aula 1**

Atividade 1:

-**Vídeo (15:54):** “Culturas indígenas (2016)”, de Ailton Krenak. Disponível em: <https://youtu.be/LEw7n-v6gZA?si=QIR2alWYsH4hT-xp>

-**Vídeo (10:39):** “Culturas indígenas (2016)”, de Márcia Kambeba. Disponível em: Disponível em: <https://youtu.be/maZLixWP4Yw?si=x0qs3DiHiURsRQyt>

-**Vídeo (5:44):** “Culturas indígenas (2017)”, de Davi Guarani. Disponível em: <https://youtu.be/4Ymnj8WbgF4?si=r4CE-j1K8NNpT-3J>.

-**Vídeo (13:23):** “Culturas indígenas (2018)”, de Marcos Terena. Neste vídeo, Marcos fala sobre sua conquista ao garantir a inserção dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, levando os pajés ao encontro de deputados e de Ulysses Guimarães. Disponível em: <https://youtu.be/EMTJc3Hiodw?si=8Tvu1XIKqLSOF5jS>

Atividade 2:

- **Texto:** Os autores da Literatura Indígena Brasileira. Site: <https://escritaselvagem.com.br/carreira-literaria/literatura-indigena-12-escritores-para-ler/>

- **Texto:** Gersen Baniwa: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje- Identidade Indígena: Orgulho de ser Índio (pág.38 a 48). [indio brasileiro- BANIWA.pdf](http://indio-brasileiro-BANIWA.pdf)

- **A Texto:** Ailton Krenak- Humanidade que pensamos ser. (pág 28 a 34). Ideias para adiar o fim do mundo- krenak.pdf

- **Texto:** Davi Kopenawa- “A queda do Céu” - O Espírito da Floresta. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/cultura/trecho-de-livro/o-espírito-da-floresta/>

- **Texto:** Daniel Munduruku, “O Banquete dos Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira”.Resenha. Disponível em: daniel Munduruku- O banquete dos Deuses.pdf

- **Texto:** Maria Julia Maltese- livro “Apuka”- <https://fliphtml5.com/bsej/rosw/Apuka/>

➤ **Aula 2****Atividade 1:**

- Poema de Márcia Kambeba: “índio eu não sou”. Disponível em: <https://revistaacrobata.com.br/julie-dorrico/poesia/3-poemas-de-marcia-kambeba/>

- Poema de Márcia Kambeba: “Território ancestral”. Disponível em: <https://revistaacrobata.com.br/julie-dorrico/poesia/3-poemas-de-marcia-kambeba/>

- Poema de Graça Graúna: “Da humanidade levada pelas águas” (Em memória de Aylan Kurdi). Disponível em: <https://revistaacrobata.com.br/acrobata/poesia/3-poemas-de-graca-grauna/>

- Conto de Daniel Munduruku: O Roubo do fogo - Mito Guarani. Disponível em: <https://xapuri.info/o-roubo-do-fogo-um-mito-guarani/>

➤ **Aula 3**

Atividade 1:

-**Vídeo (21:07):** “*Círculo de Saberes de Escritores e Realizadores Indígenas (2016)*”. Disponível em:
https://youtu.be/FPcbCGH7w-c?si=qwF5Q_ej3Y3rHjk4.

V AULA-OFICINA



DIREITOS INDÍGENAS E ATIVISMO



Ilustração: Yacunã Tuxá

V AULA-OFFICINA: DIREITOS INDÍGENAS E ATIVISMO

PÚBLICO-ALVO: Estudantes do Ensino Médio

1. TÍTULO DA OFICINA:

Direitos Indígenas e Ativismo

2. DURAÇÃO:

4 aulas (4 x 50 minutos)

3. OBJETIVO GERAL:

Compreender os direitos indígenas e promover a conscientização sobre o ativismo indígena, descolonizando a visão eurocêntrica e incentivando o apoio às lutas indígenas por justiça e equidade.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender os direitos indígenas reconhecidos internacionalmente e garantidos pela legislação brasileira.
- Conhecer casos de luta indígena por território, autodeterminação e preservação cultural.
- Refletir sobre as formas de apoio e solidariedade ao ativismo indígena.
- Promover ações concretas de engajamento e apoio às causas indígenas.

5. CONTEÚDOS:

- Direitos indígenas e sua fundamentação legal (Convenção 169 da OIT, Constituição Brasileira).
- Casos emblemáticos de luta indígena no Brasil.
- Formas de ativismo e engajamento com causas indígenas.
- Ações práticas de apoio e solidariedade.

6. HABILIDADES DESENVOLVIDAS (BNCC)

- **(EM13CHS601)** Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.
- **(EM13CHS605)** Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos,

grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

- **(EM13CHS403)** Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.
- **(EM13CHS502)** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

7. METODOLOGIA:

➤ Aula 1: Introdução aos Direitos Indígenas.

- **Apresentação da temática:**

Os indígenas e o ativismo são centrais para a proteção e promoção das culturas e territórios dos povos originários. Esse ativismo busca garantir o reconhecimento legal e a preservação das tradições e modos de vida indígenas, frequentemente ameaçados por explorações econômicas e políticas discriminatórias. Movimentos indígenas ao redor do mundo desempenham um papel vital na luta por justiça social e ambiental, construindo alianças e pressionando governos para respeitar tratados, leis internacionais e direitos humanos fundamentais. Esses esforços têm ajudado a trazer a visibilidade necessária e a mudança para questões que afetam diretamente as comunidades indígenas.

- **Atividade 1:** Apresentação de materiais sobre os direitos indígenas, com foco na legislação brasileira e internacional.

-Vídeo (8:47): *Direitos Indígenas* – Coluna: Daniel Munduruku (No vídeo, Daniel Munduruku apresenta o tema direitos indígenas. Até 1988, os povos indígenas eram considerados relativamente incapazes pelo Código Civil, ou seja, eram tratados todos como menores de idade. Conheça as mudanças nas políticas públicas relacionadas aos indígenas e quais os direitos e deveres deles atualmente).

-Site Jusbrasil: “Art. 231 da Constituição Federal, de 1988”.

- **Discussão:** Debate sobre os direitos apresentados e sua importância para a proteção das comunidades indígenas.

- **Atividade 2:** Leitura e análise de artigos da Constituição Brasileira e da Convenção 169 da OIT, destacando os principais direitos garantidos.

- Site: “Povos Indígenas - conheça os direitos previstos na Constituição”.

• **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Quais são alguns dos desafios que os povos indígenas enfrentam em relação aos seus direitos hoje?
2. Por que uma discussão sobre direitos indígenas é relevante para a sociedade como um todo?

➤ **Aula 2: Introdução aos Direitos Indígenas.**

• **Apresentação da temática:**

A proteção dos direitos indígenas é fundamental para garantir a sobrevivência e o bem-estar das comunidades indígenas. Esses direitos incluem:

- Territorialidade: O reconhecimento da soberania sobre as terras e recursos naturais.
- Desenvolvimento: Uma garantia de oportunidades de desenvolvimento econômico e social.
- Linguagem: O reconhecimento e respeito às línguas indígenas.
- Culturalidade: O respeito e proteção da cultura indígena.
- Autodeterminação: O direito de tomar decisões sobre suas próprias vidas e comunidades.

• **Atividade 1:** Pesquisa em grupos sobre casos emblemáticos de luta indígena no Brasil, como a demarcação de terras (ex.: caso dos Guarani-Kaiowá, Yanomami).

❖ **Sugestões de materiais auxiliares.**

-Vídeo (16:00): *“Demarcar terras indígenas é honrar nossos ancestrais. Joziléia Daniza Kaingang/TEDxFlóripa”* (O vídeo apresenta a história dos povos indígenas Kaingang. Joziléia Daniza conta que há mais de 500 anos, eram os povos indígenas os únicos habitantes da terra que veio a se chamar Brasil, onde hoje vivem de forma segregada, espalhados por "ilhas" de terras indígenas, nem todas devidamente demarcadas. Um desses povos é o kaingang, de onde vem Joziléia Daniza Kaingang, indígena que navega entre sua aldeia original e o mundo acadêmico, onde é doutoranda em Antropologia Social e coordena a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na Universidade Federal de Santa Catarina. Desse lugar, Joziléia compartilha sua história e destaca o papel das lideranças indígenas femininas na retomada de seus territórios sagrados, essenciais para sua sobrevivência. Há mais de 500 anos, eram os povos indígenas os únicos habitantes da terra que veio a se chamar Brasil, onde hoje vivem de forma segregada, espalhados por "ilhas" de terras indígenas, nem todas devidamente demarcadas. Um desses povos é o kaingang, de onde vem Joziléia Daniza Kaingang, indígena que navega entre sua aldeia original e o mundo acadêmico, onde é doutoranda em Antropologia Social e coordena a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na UFSC).

-Vídeo (5:12): YANOMAMI FOME, DESNUTRIÇÃO, MALÁRIA, GARIMPO- 29 01 23 - PARTE 04 (GENOCÍDIO DOS YANOMAMI. Fome, desnutrição, malária, e contaminação por mercúrio: a tragédia Yanomami em Roraima - exibido em 29/01/2023. Repórteres do Fantástico acompanham o resgate de indígenas doentes na região onde há a maior concentração de garimpo na Terra Indígena Yanomami).

- **Apresentação:** Cada grupo apresenta seu caso, discutindo os desafios enfrentados e os resultados das lutas.

- **Discussão:** Reflexão sobre a resistência e as estratégias utilizadas pelos povos indígenas em suas lutas.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Você conhece algum movimento ou organização que atua em favor dos direitos indígenas? Quais são suas principais ações?

➤ **Aula 3: Ativismo e Solidariedade.**

- **Apresentação da temática:**

O ativismo é fundamental para lutar pelos direitos indígenas. Já quebram são as instituições governamentais e tradições culturais que perpetuam a marginalização e a exploração dos indígenas. É preciso mudar essa realidade, e para isso é necessário que as pessoas sejam ativistas em defesa dos direitos indígenas. A solidariedade é um componente crucial desse processo. Aqueles que não são indígenas podem e devem se espelhar nos que estão lutando por seus direitos e se tornarem seus aliados. Isso inclui proporcionar apoio político e financeiro, assim como dar visibilidade às causas indígenas.

Mas a solidariedade não é um dos lados. Também é fundamental que os indígenas sejam capazes de se solidarizar uns com os outros. A luta pelos direitos indígenas é uma luta coletiva e requer a união das comunidades indígenas em defesa de seus direitos.

Juntos, ativismo e solidariedade podem fazer a diferença. Podem impulsionar as instituições a respeitar os direitos indígenas, promover políticas públicas que apoiem a cultura indígena e combater a violência e a exploração.

- **Atividade 1:** Apresentação de formas de ativismo indígena, como movimentos sociais, campanhas; ações coletivas; Caminhadas/marchas/passeatas; Ocupação de instituições

pública/espços públicos; Ocupação de propriedades privadas; Ativismo midiático/digital, Bloqueios de estradas e Atos simbólicos.

- **Artigo:** Formas de ativismo: "Ciclos de protesto e repertório de ação do movimento indígena brasileiro entre 2009 e 2016: o caso da PEC 215".

- **Discussão:** Reflexão sobre como os estudantes podem apoiar essas causas, discutindo formas de engajamento e solidariedade.
- **Atividade 3:** Criação de cartazes ou campanhas de conscientização que os estudantes podem usar para promover a causa indígena na escola ou na comunidade.
- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:
 1. O que significa ativismo para você e como ele pode ser aplicado na luta pelos direitos indígenas?
 2. Como a solidariedade entre diferentes grupos sociais pode fortalecer a luta pelos direitos indígenas?

➤ **Aula 4: Ações Concretas de Apoio.**

- **Atividade 1:** Planejamento de uma ação concreta de apoio a uma causa indígena, como uma campanha de sensibilização na escola.
- **Execução:** Implementação da ação planejada, com o envolvimento de toda a turma.
- **Reflexão Final:** Após a ação, realizar uma roda de conversa sobre o que aprenderam com a experiência e como isso impactou sua visão sobre os direitos indígenas.
- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:
 1. Quais ações concretas você acredita que podem ser realizadas para apoiar os direitos dos povos indígenas?
 2. Como a educação e a conscientização sobre os direitos indígenas podem impactar a sociedade?

7. AVALIAÇÃO:

- **Participação:** Avaliação da participação dos estudantes nas discussões e atividades em grupo.
- **Apresentações:** Avaliação das apresentações dos grupos sobre os casos de luta indígena, considerando a profundidade da pesquisa e a clareza na apresentação.

- Ação Concreta: Avaliação da execução da ação planejada, com ênfase no engajamento e na reflexão sobre o impacto gerado.

9. REFERÊNCIAS:

➤ Aula 1

Atividade 1:

- **Vídeo (8:47):** Direitos Indígenas – Coluna: Daniel Munduruku - Disponível em: https://youtu.be/KZQ0YJB2QDM?si=M42sNJ_HBwAsUOdz

- **Site Jusbrasil:** “Art. 231 da Constituição Federal, de 1988”. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988>

Atividade 2:

- **Site:** “Povos Indígenas - conheça os direitos previstos na Constituição”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao>

➤ Aula 2

Atividade 1:

- **Vídeo (16:00):** “Demarcar terras indígenas é honrar nossos ancestrais. Joziléia Daniza Kaingang/TEDxFloripa”. Disponível em: <https://youtu.be/ZxC1lyunIFc>

- **Vídeo (5:12):** YANOMAMI FOME, DESNUTRIÇÃO, MALÁRIA, GARIMPO, 29 01 23 - PARTE 04. Disponível em: <https://youtu.be/OUPRz5PjZvM?si=uUOXNmYU36PXGGAO>

➤ Aula 3

Atividade 1:

- **Artigo:** - Formas de ativismo: “Ciclos de protesto e repertório de ação do movimento indígena brasileiro entre 2009 e 2016: o caso da PEC 215”. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/zVpCh9nNv8Nphd6bHqqtj9j/>

VI AULA-OFICINA
↔↔↔↔↔↔↔↔
**COSMOVISÃO INDÍGENA
E ECOLOGIA**



Ilustração: Yacunã Tuxá

VI AULA-OFFICINA: COSMOVISÃO INDÍGENA E ECOLOGIA

PÚBLICO-ALVO: Estudantes do Ensino Médio

1. TÍTULO DA OFICINA:

Cosmovisão Indígena e Ecologia

2. DURAÇÃO:

4 aulas (4 x 50 minutos)

3. OBJETIVO GERAL:

Compreender a relação entre cosmovisão indígena e cuidado com o meio ambiente, descolonizando a visão eurocêntrica e promovendo uma compreensão mais holística e integrada da natureza.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Explorar conceitos de cosmovisão indígena e sua relação com a ecologia.
- Compreender a importância da relação harmoniosa entre seres humanos e meio ambiente na cosmovisão indígena.
- Refletir sobre os impactos do colonialismo na degradação ambiental e na perda de saberes tradicionais.
- Promover uma visão mais respeitosa e cuidadosa em relação ao meio ambiente, inspirada na cosmovisão indígena.

5. CONTEÚDOS:

- Conceitos de cosmovisão em diferentes culturas indígenas.
- Relação entre seres humanos, natureza e espiritualidade na cosmovisão indígena.
- Práticas tradicionais indígenas de manejo ambiental e conservação da biodiversidade.
- Impactos do colonialismo na relação entre os povos indígenas e o meio ambiente.
- Conhecimento tradicional indígena e sua importância para a sustentabilidade.

6. HABILIDADES DESENVOLVIDAS (BNCC):

- **(EM13CHS304)** Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando,

incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

- **(EM13CHS305)** Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

-**(EM13CHS306)** Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

-**(EM13CHS601)** Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

7. METODOLOGIA:

➤ Aula 1: Introdução à Cosmovisão Indígena.

- **Apresentação da temática:**

A cosmovisão indígena e a ecologia frequentemente andam de mãos dadas, refletindo uma compreensão única e holística da natureza e do universo. Para muitos povos indígenas, a Terra é considerada um ser vivo, e a interação com o ambiente é percebida como uma relação sagrada. Essa visão integrada promove práticas sustentáveis e uma forte conexão espiritual com a natureza, reconhecendo a interdependência entre seres humanos e o ecossistema. A ecologia indígena oferece valiosas lições para a conservação e gestão ambiental contemporâneas, destacando a importância de viver em harmonia com o planeta.

- **Atividade 1:** Apresentação de vídeos e reflexão

-**Vídeo (11:43):** "Diálogo Entre Dois Mundos – Cosmovisão (Neste episódio da série Diálogo Entre Dois Mundos, entenderemos, a partir das narrativas sobre a origem do mundo, a relação harmoniosa dos Guarani com todos os seres vivos. A relação dos Guarani com a natureza, assim como a maneira de enxergar a vida, estão enraizados na sua cosmovisão. É ela que determina sua religiosidade, suas mentalidades e seus valores.)

-**Vídeo (10:51):** Diálogo Entre Dois Mundos – Rituais (Como as crianças Guarani recebem seus nomes? Por que o alimento precisa ser batizado antes de ser consumido? E como o menino se torna homem e a menina se torna mulher? Os rituais são carregados de valores simbólicos e estão intimamente ligados às tradições de cada sociedade. Conheceremos o nhemongaraí, ritual em que as pessoas Guarani recebem seus nomes e que o alimento é batizado, além dos ritos que marcam a passagem da infância para a vida adulta).

-Vídeo (10:14): O Brasil foi descoberto pelos índios | We'e'ena Tikuna | TEDxLaçador(A fala de We'e'ena sublinha a triste realidade dos povos indígenas brasileiros. Ela afirma: o Brasil não foi descoberto pelos portugueses, mas sim pelos índios. Ressalta que o preconceito em relação aos indígenas inicia pelo fato de que a história dos índios não é contada por eles mesmos, mas sim por historiadores e pesquisadores de outras etnias. Salaria a importância da igualdade, do não julgamento e preconceito e também da ligação dos povos indígenas com a floresta. Artista indígena do Amazonas, We'e'ena, cujo nome significa "a onça que nada para o outro lado no rio", nasceu na terra indígena Tikuna Umariçu no Amazonas, Alto Rio Solimões. Viveu na aldeia até os 12 anos de idade, é a quarta filha do Nutchametü rü Metchitücü, nome do seu pai, que na cultura tikuna quer dizer "onça com rosto redondo e bonito". Sua mãe se chama Totchimaüna, "três araras voando". Seus pais decidiram morar na capital de Manaus, para seus seis filhos estudarem. Hoje ela é artista plástica, cantora indígena, nutricionista, design de moda, além de ativista dos direitos indígenas, sendo a primeira indígena do povo tikuna a se formar como Bacharel em Nutrição).

- **Discussão:** Debate sobre o conceito de cosmovisão e como ele difere da visão de mundo ocidental. Comparação entre a visão antropocêntrica e a visão ecocêntrica.

- **Atividade 2:** Leitura de textos que descrevem a relação entre os povos indígenas e a natureza, focando na espiritualidade e no respeito à terra.

- **Livros e Textos:** A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami - Davi Kopenawa e Bruce Albert. Este livro apresenta a visão cosmológica e ambiental dos Yanomami, com ênfase no papel espiritual da natureza e nos desafios enfrentados pelas comunidades indígenas frente às ameaças ambientais.

- **Livros e Textos:** Ideias para Adiar o Fim do Mundo: Ailton Krenak. O texto reflete sobre como os povos indígenas enxergam a natureza como parte de sua espiritualidade e como elemento essencial para uma vida em equilíbrio. Ele critica o modelo de desenvolvimento que explora a terra como recurso e propõe uma reconexão com a sabedoria ancestral para adiar os efeitos destrutivos da modernidade.

- **Livros e Textos:** "Futuro Ancestral" – Ailton Krenak - Aborda a relação entre os povos indígenas e a natureza, enfatizando a importância de uma visão ancestral e sustentável para o futuro da humanidade.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. O que você entende por cosmovisão? Como ela influencia a forma como as pessoas veem o mundo e interagem com ele?
2. De que maneira a cosmovisão indígena difere da visão de mundo predominantemente na sociedade ocidental?

3. Por que é importante conhecer e respeitar as diferentes cosmovisões existentes?

➤ **Aula 2: Práticas Tradicionais de Manejo Ambiental.**

• **Apresentação da temática:**

As práticas tradicionais de manejo ambiental são fundamentais para a preservação da biodiversidade e do ecossistema. As comunidades indígenas possuem conhecimentos milenares sobre como gerenciar o meio ambiente de forma sustentável.

- Agricultura Orgânica: A agricultura orgânica é uma prática tradicional que envolve o cultivo de plantas sem uso de fertilizantes químicos ou pesticidas. Isso permite manter a fertilidade do solo e a saúde das plantas, sem danificar o meio ambiente.

- Floresta Quadrada: Uma floresta quadrada é uma prática tradicional de manejo ambiental que envolve uma plantação de árvores em um padrão quadrangular. Isso permite manter.

• **Atividade 1:** Pesquisa em grupos sobre as práticas tradicionais de manejo ambiental de diferentes etnias indígenas (agricultura sustentável, uso de plantas medicinais etc.).

❖ **Sugestões de materiais auxiliares.**

- **Site National Geographic:** "Na Amazônia, práticas agrícolas indígenas interligam cosmologia e conservação".

- **Vídeo (20:05):** "*Povos Indígenas - Guardiões da Sustentabilidade - Castanha Suruí*" (O vídeo apresenta a discussão sobre a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável é você ter compromisso com o futuro, compromisso com a política que pode garantir, a médio e longo prazo, o desenvolvimento do país, do município e do estado, atendendo a necessidade de todos, com o respeito que todo mundo merece." Essa declaração, feita Almir Suruí, líder do povo Paiter Suruí e vencedor do prêmio da ONU "Herói da Floresta" (2013), é apenas um dos vários ensinamentos que esse vídeo nos traz. No Dia Internacional dos Povos Indígenas, a Funai tem a honra de divulgar um exemplo dos povos originários brasileiros para todo o país: o trabalho produtivo desenvolvido com a castanha de forma totalmente sustentável pelos Paiter Suruí, em Rondônia. Acompanhe nesse minidocumentário a extensão do projeto, dificuldades enfrentadas e o impacto positivo para o restante da sociedade da atividade que se desenvolve de maneira compromissada com o meio ambiente e é fruto direto do processo de organização desse povo rumo ao crescimento de suas comunidades em equilíbrio respeitoso com o ecossistema que as rodeia).

- **Vídeo (6:36):** Projeto GATI - *Gestão Ambiental e Territorial Indígena* (o vídeo apresenta o Projeto GATI - Gestão Ambiental e Territorial Indígena, que visa fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas,

consolidando a contribuição das Terras Indígenas como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros).

- **Apresentação:** Cada grupo apresenta suas descobertas, destacando a sabedoria tradicional e a sustentabilidade das práticas.

- **Discussão:** Comparação entre as práticas tradicionais e os métodos de agricultura e manejo ambiental modernos.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Você conhece exemplos de práticas tradicionais de manejo ambiental utilizadas por povos indígenas?

2. Como essas práticas recomendadas para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental?

3. Quais são os desafios para a preservação e a transmissão dessas práticas tradicionais de geração para geração?

➤ **Aula 3: Impactos do Colonialismo e a Perda de Saberes.**

- **Apresentação da temática:**

O colonialismo teve um impacto devastador sobre as culturas e conhecimentos indígenas. Aqui estão alguns exemplos de como isso ocorreu:

1. **Destruição de textos e registros:** Os colonizadores destruíram ou confiscaram os textos e registros das culturas indígenas, como história, mitologia, filosofia e ciências. Isso eliminou a oportunidade de que os indígenas preservassem e compartilhassem seus conhecimentos com as futuras gerações.

2. **Proibição da língua e cultura:** As línguas e culturas indígenas foram proibidas ou marginalizadas, o que levou à perda da habilidade de comunicação e transmissão de conhecimentos dentro das comunidades.

3. **Assimilação forçada:** Os indígenas foram forçados a abandonar suas práticas e implicações tradicionais e a adotar as culturas e costumes dos colonizadores. Isso resultou na perda de conhecimentos e habilidades específicas da cultura indígena.

4. **Destruição de registros orais:** A ausência de proteção e registro dos conhecimentos orais indígenas levou à perda do conhecimento tradicional, como a história, as cerimônias e a cosmologia.

5. **Assimilação da propriedade intelectual:** As culturas e tecnologias indígenas foram consideradas propriedade intelectual dos colonizadores e não dos indígenas. Isso significa que o conhecimento e a

sabedoria indígena foram roubados e usados sem o consentimento ou reconhecimento dos proprietários legítimos.

6. **Destruição de habitats e objetos culturais:** O desmatamento, a exploração mineral e a construção de infraestruturas destruíram habitats e objetos culturais indígenas, levando à perda irreparável de conhecimentos e habilidades.

7. **Elitização do conhecimento:** O colonialismo sel-elitizou o conhecimento, superiorizando a ciência ocidental em relação às práticas e sabedorias indígenas. Isso levou à visão de que o conhecimento indígena era inferior e não relevante.

8. **Perda de conexão com a terra:** A perda da conexão com a terra e a natureza levou à perda de conhecimentos e habilidades relacionadas à agricultura, caça e coleta.

Esses são apenas alguns exemplos de como o colonialismo pode levar à perda de conhecimento indígena. É importante considerar e fortalecer esses respeitos, respeitando e protegendo as culturas e conhecimentos indígenas.

- **Atividade 1:** Debate sobre os impactos do colonialismo na degradação ambiental e na perda de conhecimentos tradicionais indígenas. Discussão sobre desmatamento, exploração de recursos naturais e perda da biodiversidade.

- **Site:** Universidade Federal de Minas Gerais - Texto "Degradação Ambiental em Terras Indígenas".

- **Documentário (13:34):** A luta do povo Karipuna para não desaparecer na Amazônia(O documentário fala dos territórios indígenas na Floresta Amazônica que são protegidos por leis, que nem sempre têm sido respeitadas desde que o presidente Jair Bolsonaro tomou posse. O povo Karipuna não quer mais aceitar invasões e opressão).

- **Atividade 2:** Análise de casos específicos de destruição ambiental em terras indígenas e suas consequências para as comunidades e o meio ambiente.

- **Vídeo (1:30):** O impacto do garimpo em terras indígenas (O vídeo fala sobre a expansão do garimpo coincide com o avanço sobre territórios indígenas e unidades de conservação. De 2010 a 2020, a área ocupada pelo garimpo dentro de terras indígenas cresceu 495%; no caso das unidades de conservação, o crescimento foi de 301%. No ano passado, metade da área nacional do garimpo estava em unidades de conservação (40,7%) ou terras indígenas (9,3%). As maiores áreas de garimpo em terras indígenas estão em território Kayapó (7602 ha) e Munduruku (1592 ha), no Pará, e Yanomami (414 ha), no Amazonas e Roraima).

- **Texto no site:** Brumadinho: comunidade indígena às margens do rio atingido pela lama enfrenta mais um rompimento, o de rituais.

- **Reflexão:** Como o colonialismo impactou a relação harmônica entre os povos indígenas e a natureza.

• **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. De que forma o colonialismo impactou o conhecimento e as práticas tradicionais de manejo ambiental dos povos indígenas?
2. Como a perda de saberes tradicionais afeta a capacidade dos povos indígenas de administrar seus territórios e recursos naturais?
3. Quais são as estratégias utilizadas pelos povos indígenas para recuperar e preservar seus saberes tradicionais?

➤ **Aula 4: Promovendo uma Visão Mais Respeitosa do Meio Ambiente.**

• **Apresentação da temática:**

Promover uma visão mais respeitosa do meio ambiente é fundamental para evitar a perda de conhecimentos indígenas relacionados à natureza e ao equilíbrio ecológico. Aqui estão algumas estratégias que podem contribuir para isso:

- Respeitar e aprender com as comunidades indígenas é fundamental para entender seus conhecimentos e práticas sobre a natureza e o meio ambiente.
- Fomentar a interculturalidade e a cooperação entre diferentes culturas e comunidades é fundamental para promover a compreensão e o respeito mútuo.
- Incorporar a educação ambiental na programação escolar e nos programas de desenvolvimento pode ajudar a sensibilizar as novas gerações sobre a importância do respeito ao meio ambiente.
- Proteger e conservar os habitats naturais e culturais é fundamental para preservar a biodiversidade e os conhecimentos indígenas relacionados à natureza.
- Respeitar a ancestralidade e a lição dos ancestrais é fundamental para compreender a importância da relação entre as pessoas e o meio ambiente.
- Fomentar o desenvolvimento sustentável e a aplicação de práticas econômicas de responsabilidade pode ajudar a proteger o meio ambiente e promover o respeito às comunidades indígenas.
- Difundir informações sobre a situação das comunidades indígenas e o meio ambiente pode ajudar a sensibilizar a sociedade e a desenvolver políticas públicas mais respeitosas.
- Estabelecer parcerias com as comunidades indígenas e envolver-las nos processos decisivos é fundamental para promover o respeito e a inclusão.

Essas são apenas algumas estratégias que podem contribuir para promover uma visão mais respeitosa do meio ambiente. É importante lembrar que a mudança é possível e que cada pessoa pode fazer uma diferença.

- **Atividade 1:** Roda de conversa e criar ações concretas que os estudantes podem realizar para promover uma visão mais respeitosa e cuidadosa em relação ao meio ambiente, inspirados na cosmovisão indígena.

- **Atividade 2:** Criação de um projeto final (vídeo, apresentação, panfleto etc.) que divulgue a cosmovisão indígena e a importância da preservação ambiental.

- **Apresentação Final:** Os estudantes apresentam seus projetos para a turma, compartilhando suas aprendizagens e propostas de ação.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Como a compreensão da cosmovisão indígena pode contribuir para uma visão mais respeitosa e sustentável do meio ambiente?
2. Quais são as principais diferenças entre a visão do mundo ocidental e a visão indígena sobre a relação entre humanos e natureza?
3. Que ações concretas podem ser tomadas para promover uma maior integração entre os saberes tradicionais indígenas e as políticas de conservação ambiental?

8. RECURSOS:

- Vídeos, documentários e filmes sobre a relação entre povos indígenas e meio ambiente.
- Textos sobre cosmovisão indígena e práticas tradicionais de manejo ambiental.
- Materiais para a criação dos projetos finais.

9. REFERÊNCIAS:

➤ Aula 1

Atividade 1:

-**Vídeo (11:43):** "Diálogo Entre Dois Mundos – Cosmovisão" que explora a cosmovisão de um povo indígena específico (ex: o conceito de "Mãe Terra" em diversas culturas). Disponível em:

https://youtu.be/xiA_L8HFkUQ?si=ypVUuvvGQGKuRAyy

-**Vídeo (10:51):** Diálogo Entre Dois Mundos – Rituais. Disponível em:

https://youtu.be/l34ZLScaA_8?si=75_VP42Eb74ANyNm

-**Vídeo (10:14):** O Brasil foi descoberto pelos índios | We'e'ena Tikuna | TEDxLaçador. Disponível em:

https://youtu.be/GvF1cfkbclY?si=5QiJGN_KHFbf2Pra

Atividade 2:

- **Livros e Textos:** A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami - Davi Kopenawa e Bruce Albert. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/queda-c%C3%A9u-Palavras-xam%C3%A3-yanomami-ebook/dp/B07S4F6GN4?asin=B07S4F6GN4&revisionId=d7ba3b56&format=1&depth=1>

- **Livros e Textos:** Ideias para Adiar o Fim do Mundo: Ailton Krenak. Disponível em: [Ideias para adiar o fim do mundo-krenak.pdf](#)

- **Livros e Textos:** "Futuro Ancestral" – Ailton Krenak. Disponível em <https://www.docdroid.net/J733Bpe/futuro-ancestral-pdf#page=8>

➤ Aula 2

Atividade 1:

- **Site:** National Geographic - "Na Amazônia, práticas agrícolas indígenas interligam cosmologia e conservação". Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/video/tv/na-amazonia-praticas-agricolas-indigenas-interligam-cosmologia-e-conservacao>

- **Vídeo (20:05):** "Povos Indígenas - Guardiões da Sustentabilidade - Castanha Suruí". Disponível em: https://youtu.be/qYLxQtePu7o?si=l_gn8hlQu2Vx7SFt

- **Vídeo (6:36):** Projeto GATI - Gestão Ambiental e Territorial Indígena. Disponível em: <https://youtu.be/Jhx-Ydsk1ZU?si=Fmv0DxfTF3cR7yVo>

➤ Aula 3

Atividade 1:

- **Site:** Degradação Ambiental em Terras Indígenas. Disponível em: <https://petesa.eng.ufba.br/blog/degradacao-ambiental-em-terras-indigenas>

- **Documentário (13:34):** A luta do povo Karipuna para não desaparecer na Amazônia: Disponível em: <https://youtu.be/UBwkmQhollQ?si=FTDzwUQ7JegVBcho>

Atividade 2:

- **Vídeo (1:30):** O impacto do garimpo em terras indígenas. Disponível em: https://youtu.be/cF-dN2ulpN8?si=wnfJnOh_xduFv-l

- **Texto no site:** Brumadinho: comunidade indígena às margens do rio atingido pela lama enfrenta mais um rompimento, o de rituais. Disponível em: <https://anaind.org.br/noticias/brumadinho-comunidade-indigena-as-margens-do-rio-atingido-pela-lama-enfrenta-mais-um-rompimento-o-de-rituais/>

VII AULA-OFICINA



AUTODETERMINAÇÃO INDÍGENA E DESCOLONIZAÇÃO



Ilustração: Yacunã Tuxá

VII AULA-OFICINA: AUTODETERMINAÇÃO INDÍGENA E DESCOLONIZAÇÃO

PÚBLICO-ALVO: Estudantes do Ensino Médio

1. TÍTULO DA OFICINA:

Autodeterminação Indígena e Descolonização: Lutas e Demandas

2. DURAÇÃO:

4 aulas (4 x 50 minutos)

3. OBJETIVO GERAL:

Refletir sobre estratégias de autodeterminação indígena e a descolonização de espaços e instituições, promovendo uma compreensão mais profunda e respeitosa das lutas e demandas dos povos indígenas.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender o conceito de autodeterminação indígena e sua importância para a preservação da identidade e dos direitos dos povos indígenas.
- Analisar os impactos do colonialismo na vida e nos territórios dos povos indígenas, incluindo processos de despossessão e violação de direitos.
- Refletir sobre estratégias de resistência e luta dos povos indígenas em busca da autodeterminação e da descolonização.
- Promover a solidariedade e o apoio mútuo em relação às demandas dos povos indígenas.

5. CONTEÚDOS:

- Definição de autodeterminação indígena e seus princípios.
- Efeitos do colonialismo nos direitos e territórios indígenas.
- Exemplos de resistência e luta dos povos indígenas ao redor do mundo.
- A importância da solidariedade em relação às lutas indígenas.

6. HABILIDADES DESENVOLVIDAS (BNCC)

- (EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária

desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

- **(EM13CHS605)** Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

- **(EM13CHS603)** Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

7. METODOLOGIA:

➤ Aula 1: Introdução à Autodeterminação Indígena.

- **Apresentação da temática:**

A autodeterminação indígena e a descolonização são processos interligados que buscam reverter os impactos do colonialismo e capacitar as comunidades indígenas a governarem suas próprias vidas. A autodeterminação envolve o direito dos povos indígenas de tomarem decisões sobre seus territórios, cultura, educação e desenvolvimento econômico, sem a interferência externa. Esse é um passo crucial no movimento de descolonização, que desafia estruturas coloniais remanescentes e promove a restauração de práticas e conhecimentos tradicionais. Ambos os processos visam restaurar a dignidade e a autonomia dos povos indígenas, assegurando seu papel central na definição de seu futuro.

- **Atividade 1:** Apresentação de um vídeo ou documentário que explore a autodeterminação indígena e suas implicações.

- **Vídeo (9:17):** *Povos indígenas na cidade- A cidade como local de afirmação de direitos indígenas.* (Minidocumentário produzido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo em 2013 reúne múltiplas vozes de distintos povos indígenas, traz experiências concretas de políticas públicas que vêm contribuindo para efetivar os direitos individuais e coletivos de pessoas indígenas que vivem em contextos urbanos.

- **Discussão:** Debate sobre o conceito de autodeterminação e sua relevância para os povos indígenas, enfatizando a preservação da identidade cultural e dos direitos).

- ❖ **Sugestões de materiais auxiliares.**

- **Site:** Pesquisa sobre o "Conceito de autodeterminação". Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autodeterminacao/>

- **Site Jusbrasil:** Índio e povo indígena: do conceito à autodeterminação.

• **Atividade 2:** Leitura de textos que abordam a autodeterminação indígena e suas interseções com a luta por direitos.

- **Texto:** "Autodeterminação, autonomia territorial e acesso à justiça: Reflexões sobre a situação dos povos indígenas no Brasil a partir do Navegador Indígena".

- **Artigo:** "O direito dos povos indígenas à autodeterminação".

• **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. O que você entende por autodeterminação indígena?
2. Quais são os direitos fundamentais relacionados à autodeterminação dos povos indígenas?
3. Por que a autodeterminação é crucial para a preservação das culturas e identidades indígenas?
4. Você conhece exemplos de como a autodeterminação indígena se manifesta na prática?

➤ **Aula 2: Impactos do Colonialismo.**

• **Atividade 1:** Análise de textos e casos que ilustram os impactos do colonialismo na vida e nos territórios indígenas, incluindo despossessão e violação de direitos. Os estudantes podem trabalhar em grupos para pesquisar diferentes casos históricos e contemporâneos.

-**Grupo 1-Despossessão de Terras:** Os colonizadores frequentemente tomaram as terras dos povos indígenas, violando seus direitos territoriais. Esse despojo resultou em deslocamento forçado, perda de habitat e degradação ambiental.

-**Grupo 2-Violação de Direitos Humanos:** Os indígenas enfrentaram uma série de violações de direitos, incluindo violência física, escravidão e exploração dos seus modos de vida. A imposição de sistemas legais e governamentais europeus muitas vezes desconsiderou os direitos e a autodeterminação dessas populações.

-**Grupo 3-Cultura e Identidade:** O colonialismo frequentemente resultou na erosão das culturas indígenas, através da imposição de línguas, religiões e costumes europeus. Isso levou à perda de tradições, identidades e conhecimentos ancestrais.

-**Grupo 4-Impacto Social e Econômico:** A economia indígena foi alterada ou devastada, com a introdução de novas dificuldades, como a dependência de mercados externos ou a exploração de recursos naturais. Isso frequentemente resultou em empobrecimento e marginalização social.

-**Grupo 5-Saúde e Bem-Estar:** A introdução de doenças pelos colonizadores provocou epidemias devastadoras entre as populações indígenas, que muitas vezes não tinham imunidade a essas novas doenças. Isso resultou em altas taxas de mortalidade e diminuição da população.

-**Grupo 6-Conflitos e Tensões:** A luta por terras e recursos gerou conflitos entre povos indígenas e colonizadores/exploradores, resultando em guerras, massacres e resistência.

- **Atividade 2:** Apresentação dos grupos sobre seus casos, seguida de uma discussão sobre os padrões e semelhanças encontrados nas experiências dos povos indígenas afetados.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. De que maneiras o colonialismo afetou o direito à autodeterminação dos povos indígenas?
2. Como o colonialismo impactou a organização social, política e econômica dos povos indígenas?
3. Quais são as consequências a longo prazo do colonialismo para a autodeterminação indígena?
4. Como o legado colonial continua a afetar a luta pela autodeterminação indígena nos dias de hoje?

➤ **Aula 3: Estratégias de Resistência e Luta.**

- **Apresentação da temática:**

Os indígenas precisam usar Estratégias de Resistência e Luta por diversas razões. Uma das principais é a defesa da terra e da cultura. Os indígenas lutam para proteger sua terra ancestral, sua cultura e sua identidade, contra a perda, a destruição e a apropriação forçada. Outra razão é o reconhecimento dos direitos. Os indígenas lutam pelo reconhecimento de seus direitos, como a soberania sobre seu território, a posse da terra e a liberdade para praticar sua cultura e linguagem.

Além disso, os indígenas precisam usar Estratégias de Resistência e Luta para superar a violência e a perseguição sofridas à mão. Essas estratégias também são importantes para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento sustentável, protegendo a flora, a fauna e a biodiversidade em suas terras. Por fim, as Estratégias de Resistência e Luta são uma forma de autodeterminação, permitindo às comunidades indígenas tomarem suas próprias decisões e gerenciar seus próprios assuntos. Algumas estratégias utilizadas pelas comunidades indígenas:

1. Bloqueio de estradas: bloquear estradas que transferia recursos naturais, como petróleo, minerais e madeira, para protestar contra a proteção sem o consentimento da comunidade indígena.
2. Ocupação de território: ocupar território ancestral para protegê-lo contra desmatamento, remoção de recursos naturais e projetos que ameaçam a sobrevivência da comunidade indígena.
3. Mobilização comunitária: mobilizar uma comunidade indígena para se organizar e lutar por seus direitos, organizando assembleias e protestos em massa.
4. Retorno à terra: retornar a terra ancestral para recuperar a cultura, a linguagem e a identidade indígena, e resistir à perda de território e à perseguição.
5. Defesa da natureza: proteger a biodiversidade e os recursos naturais em sua área de proteção, resistindo à exclusão de recursos e ao desmatamento.
6. Protesto pacífico**: realizar protestos pacíficos, como marchas, vigílias e projeções, para chamar a atenção para as injustiças sofridas pelas comunidades indígenas.
7. Educação e conscientização: educar as pessoas sobre a cultura, a história e os valores indígenas, para construir uma base de apoio e respeito às causas indígenas.

8. Participação política: participar ativamente na vida política, eleger representantes indígenas, e trabalhar para proteger os direitos indígenas.

9. Autogestão: estabelecer organizações e governos indígenas próprios, com dirigentes eleitos pela comunidade, para gerenciar e proteger os territórios e direitos indígenas.

Essas estratégias são apenas algumas das muitas formas pelas quais as comunidades indígenas resistem ao colonialismo, à perseguição e ao roubo de território. Cada uma delas é única e adaptada às necessidades e ao contexto específico da comunidade indígena.

- **Atividade 1:** Apresentação de exemplos de estratégias de resistência e luta dos povos indígenas, incluindo movimentos sociais, manifestações e iniciativas de autogoverno.

- **Vídeo (20:25):** “Diálogos: Desafios para a decolonialidade” (O artista indígena Jaider Esbell conversa com Ailton Krenak, líder indígena e escritor, considerado uma das maiores lideranças indígenas do Brasil. No programa Diálogos, eles conversam sobre como é possível romper com a força da cultura colonialista).

- **Vídeo (14:55):** Esse lugar também é meu!: Indígenas denunciam preconceito nas cidades brasileiras.

- **Discussão:** Reflexão sobre a eficácia dessas estratégias e como elas contribuem para a autodeterminação e descolonização.

-Quais são as principais estratégias que têm sido utilizadas por povos colonizados na luta pela autodeterminação e como elas impactaram suas comunidades?

-De que maneira a educação pode ser uma ferramenta de descolonização e promoção da autodeterminação?

-Como a participação política das comunidades historicamente marginalizadas pode mudar a dinâmica de poder?

-Qual é o papel da cultura e da identidade na luta pela autodeterminação e descolonização?

-Quais os desafios que surgem ao implementar estratégias de autodeterminação em contextos de opressão contínua?

-Como a solidariedade entre diferentes grupos pode fortalecer os movimentos de descolonização e autodeterminação?

- **Atividade 2:** Após a reflexão sobre as estratégias de resistência e luta dos povos indígenas, o grupo redige um texto sobre a melhor estratégia de resistência para atualidade.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Quais são as principais estratégias de resistência e luta utilizadas pelos povos indígenas na defesa de sua autodeterminação?

2. Como a organização política e social dos povos indígenas contribui para suas estratégias de resistência
3. Você conhece exemplos de lutas indígenas que foram vitoriosas na defesa da autodeterminação?
4. Quais são os desafios enfrentados pelos povos indígenas em suas lutas pela autodeterminação?

➤ **Aula 4: Solidariedade e Apoio Mútuo.**

- **Atividade 1:** Discussão sobre como os estudantes podem se engajar e apoiar as lutas dos povos indígenas em suas comunidades.

- **Atividade 2:** Desenvolvimento de um projeto ou campanha de conscientização que promova a solidariedade com os povos indígenas, onde os estudantes podem propor ações concretas, como eventos, palestras ou campanhas online.

- **Apresentação Final:** Os grupos apresentam suas propostas de projeto/campanha e discutem como podem ser implementadas.

- **Avaliação:** Para verificação da assimilação do conteúdo sobre a proposta temática (que pode ser através de uma prova escrita, prova oral, exercícios de fixação, trabalho de sala ou trabalho de classe), utilize as seguintes questões:

1. Como a solidariedade e o apoio mútuo entre diferentes povos indígenas locais para a luta pela autodeterminação? Como a sociedade civil pode apoiar a luta dos povos indígenas pela autodeterminação?
2. Quais são os papéis das organizações indígenas e dos movimentos sociais na defesa da autodeterminação?
3. Como podemos promover a conscientização sobre a importância da autodeterminação indígena na sociedade?

8. RECURSOS:

- Documentários e vídeos sobre autodeterminação indígena.
- Textos e artigos sobre impactos do colonialismo e resistência indígena.
- Materiais para a elaboração de projetos (papel, cartazes, canetas, etc.).
- Acesso à internet para pesquisa.
- Espaço para discussões e apresentações.

9. REFERÊNCIAS:

➤ **Aula 1**

Atividade 1:

- **Vídeo (9:17):** Povos indígenas na cidade- A cidade como local de afirmação de direitos indígenas.

Disponível em: <https://youtu.be/M0mrQZ5lqB4?si=NB7-sFhPNB91rF8R>

- **Site:** Conceito de autodeterminação. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autodeterminacao/>

- **Site Jusbrasil:** Índio e povo indígena: do conceito à autodeterminação. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autodeterminacao/>

Atividade 2:

- **Site:** Conceito de autodeterminação. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autodeterminacao/>

- **Site Jusbrasil:** Índio e povo indígena: do conceito à autodeterminação. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autodeterminacao/>

- **Texto:** “Autodeterminação, autonomia territorial e acesso à justiça: Reflexões sobre a situação dos povos indígenas no Brasil a partir do Navegador Indígena”. Disponível em: https://indigenounavigator.org/files/media/document/Insights_from_Brazil_PT.pdf.

- **Artigo:** “O direito dos povos indígenas à autodeterminação”. Disponível em: [file:///C:/Users/marci/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MESTRADO%20-UFCAT/AULA-OFFICINA/O direito dos povos indigenas a autodete.pdf](file:///C:/Users/marci/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MESTRADO%20-UFCAT/AULA-OFFICINA/O%20direito%20dos%20povos%20indigenas%20a%20autodete.pdf)

➤ Aula 3**Atividade 1:**

- **Vídeo (20:25):** “Diálogos: Desafios para a decolonialidade: Disponível em: https://youtu.be/qFZki_sr6ws?si=MAMuA8W-1SLaXtHI

- **Vídeo (14:55):** Esse lugar também é meu!: Indígenas denunciam preconceito nas cidades brasileiras. Disponível em: <https://youtu.be/GFBUG-jdSWI?si=DdGx06Gj8c8aLmBo>.